

A(U)TORES DE UM LUGAR COMUM

Comutação Cultura-Arquitetura em Bravães

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em Julho de 2014

sob a orientação do Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz e

coorientação do Professor Jorge Carvalho

José Rafael Cerqueira Freitas



A(U)TORES DE UM LUGAR COMUM

Comutação Cultura-Arquitetura em Bravães

AGRADECIMENTOS

*Ao Professor Jorge Carvalho pela orientação, interesse e notável disponibilidade.
Às pessoas de Bravães que tão empenhadamente contribuíram com os seus testemunhos.*

Ao GPPDE do município de Ponte da Barca pela colaboração.

*À minha família, em especial à mãe pelo constante incentivo,
ao pai pela constante compreensão e à Marta pelo apoio técnico.*

À Mariana.

RESUMO

Que lugar é este onde vivo? Um lugar comum, construído de forma aparentemente aleatória, imprevisível, numa cidade dispersa que se perde pelo território. Que campo é este onde vivo? O campo onde o carro de bois se transformou em carro de gente e os caminhos, agora estradas cada vez mais largas, ligam tudo a todo o lado. Que cultura é esta que trouxe o espigueiro da eira do meu avô para o móvel da minha sala? Quem transforma este espaço? São os arquitetos? É o povo? É a cultura? E quem é que transforma a cultura? É o povo? São os arquitetos? É o próprio espaço? A transformação deste lugar comum, em Bravães, tem-se revelado um processo complexo de comutação contínua entre cultura e arquitetura, influenciada por um vasto leque de atores-autores, que este estudo ajuda a compreender.

Palavras chave:

CULTURA, ARQUITETURA, ANTROPOLOGIA INTERPRETATIVA, LUGAR COMUM, ATORES, AUTORES, BRAVÃES, VULGAR, ARQUITETOS, ARQUITETURA SEM ARQUITETOS, CAMPO, CIDADE DISPERSA, AUTOETNOGRAFIA

ABSTRACT

What is this place where I live? A common place, randomly and unpredictably built, in a scattered city spreading through the territory. What is this countryside where I live? The countryside where the oxcarts turned into cars and the rural tracks became increasingly wider roads, connecting everything to everywhere. What is this culture that transformed the corn granary from my grandfather's farm into a figurine in my leaving room? Who change this space? Is it the architect? Is it the people? Is it the culture? And who transforms culture? Is it the people? Is it the architect? Is it the space itself? The transformation of this common place in Bravães has proved a complex switching process between culture and architecture, influenced by a broad range of actors-authors, which this study helps to understand.

Keywords:

CULTURE, ARCHITECTURE, INTERPRETATIVE ANTHROPOLOGY, COMMON PLACE, ACTORS, AUTHORS, BRAVÃES, ORDINARY, ARCHITECTS, ARCHITECTURE WITHOUT ARCHITECTS, COUNTRYSIDE, SCATTERED CITY, AUTOETHNOGRAPHY

| | |
|-----|---|
| 10 | Introdução |
| 16 | 1 - Cultura e arquitetura no vale do Lima |
| 16 | 1.1 - Cultura, onde? |
| 21 | 1.2 – Comutação cultura-arquitetura: memórias da ruralidade |
| 28 | 1.3 – Vale do Lima: cidade dispersa |
| 34 | 1.4 – Bravães: um lugar comum |
| 40 | 1.5 – Autoria em lugares comuns |
| 48 | 1.6 – Arquitetura sem arquitetos |
| 54 | 2– Bravães: um caso de estudo |
| 60 | 2.1 – Contextualização e caracterização do lugar |
| 66 | 2.2 – Comutação cultura-arquitetura em Bravães |
| 66 | 2.2.1 –Espaço público |
| 70 | A) Contexto cultural |
| 74 | B) Conção e ocupação do espaço |
| 92 | C) Desempenho |
| 102 | 2.2.2 – Casa Monteiro |
| 106 | A) Contexto cultural |
| 109 | B) Conção e ocupação do espaço |
| 114 | C) Desempenho |
| 120 | 2.2.3 – Casa Freitas |
| 124 | A) Contexto cultural |
| 126 | B) Conção e ocupação do espaço |
| 134 | C) Desempenho |
| 142 | 2.2.4 – Casa Costa |
| 147 | A) Contexto cultural |
| 150 | B) Conção e ocupação do espaço |
| 154 | C) Desempenho |
| 161 | 2.3 – Interações |
| 169 | Conclusão |
| 179 | Bibliografia e fontes das imagens |



1. Vista de pássaro sobre Bravães, de montante para jusante. Num segundo plano vê-se a nova ponte de Lavradas (2012) que liga à zona industrial de Padreiro e à via rápida (IC28). Ao fundo vê-se o aglomerado urbano de Ponte de Lima, que dista cerca de 15 km do lugar.

Desenho do autor

“Durante anos eu pensei a Arquitectura como qualquer coisa de diferente, de especial, de sublime e extraterreno, qualquer coisa como uma intocável virgem branca (...). Rodaram os anos. (...) Acreditei então que a Arquitectura era sobretudo um acontecimento como tantos outros que preenchem a vida dos homens e, como todos eles, sujeita às contingências que a mesma vida implica. E a intocável virgem branca tornou-se para mim numa manifestação da vida. (...) E o mito desfez-se.”¹

Fernando Távora

Acabei o curso, eivado pelos ensinamentos da cultura arquitetónica contemporânea, e voltei ao lugar de onde parti, um lugar comum em Bravães, uma freguesia do concelho de Ponte da Barca, no vale do rio Lima. Não encontrei casas do Fernando Távora nem do Souto Moura, embora hajam algumas parecidas. Não vi o mundo rural do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa” (1955-1957), embora haja arquitetura popular. Não vi máquinas voadoras da “Broadacre City” (1935) de Frank Lloyd Wright, embora hajam automóveis. Encontrei um lugar vulgar, mais vulgar do que o que deixara, talvez porque agora o via com outros olhos: os olhos de um arquiteto. Parecia não haver nada neste lugar do que aprendi na escola de arquitetura. No entanto, ambiguamente, parecia lá estar tudo.

Decidi estudar este lugar, o meu lugar de sempre, num compromisso de trazer para a comunidade científica aquilo que os meus olhos vêem, por verem para lá do que é visível a quem não viva o lugar. Comecei a trabalhar em alguns projetos locais e iniciei um estágio na vertente de arquitetura e urbanismo do GPPDE (Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico) do município de Ponte da Barca. Essa experiência ampliou o contacto direto com a cultura construtiva desta região que sempre tive, por estar no seio de uma família de construtores e pedreiros. Desde muito cedo na minha vida, observo e fascino-me com as transformações físicas, mesmo as mais vulgares, que vão ocorrendo neste lugar. Tenho ocupado o lugar de uma forma muito próxima, participando na vida pública local que ainda ocorre. Esta proximidade e interesse que o lugar sempre me proporcionou tornam-se instrumentos auto etnográficos fundamentais para o estudo. Dificilmente conseguiria um retrato de um lugar tão minucioso como o que me proponho, se não vivesse no, e com o, próprio lugar.

A cultura generalizada neste meio está muito longe da cultura arquitetónica em que se regeu a minha formação. A intervenção dos arquitetos representa uma minoria das transformações que têm ocorrido no território, o que resulta numa cultura construtiva com a qual a disciplina da ar-

1. TÁVORA, Fernando, “Escola Primária do Cedro”, In: *Arquitectura* 85 (1964), p. 175.

quitectura tem dificuldade em lidar.

As transferências culturais das últimas décadas têm-se traduzido numa sucessiva transformação dos modos de construir e habitar o território. A leitura das novas formas de construir e viver nos lugares rurais tem sido dificultada pela imprevisibilidade e irregularidade dos acontecimentos que neles ocorrem. As transformações são maioritariamente resultado de iniciativas privadas imprevisíveis, materializando-se numa sequência de acontecimentos variados que produzem um campo vasto de indagação para o que é realmente relevante na caracterização dos novos lugares, em constante mutação. Este estudo procura contrariar a dificuldade inerente à leitura da aleatoriedade e imprevisibilidade do vulgar e fazer um retrato consistente de um lugar específico.

Embora me baseie num estudo que se pretende simultaneamente intuitivo e racional, que procura fazer um retrato holístico de um lugar determinado, será necessário canalizar o trabalho para alguns objetivos específicos. É impossível um estudo que compreenda todos os fenómenos que têm ocorrido neste lugar. Interessa sobretudo refletir sobre a forma como a cultura tem influenciado a arquitetura e, no sentido inverso, como a arquitetura produzida influencia a cultura dos lugares, através duma abordagem que procura interetar o olhar arquitetónico com a antropologia.

É feito um levantamento das formas de construir e ocupar o centro de Bravães desde 1960, através de um conjunto selecionado de casos representativos de várias realidades (em termos de tempo, cultura e arquitetura) que permitem uma visão abrangente da realidade do lugar, sendo todos os casos preponderantes para a compreensão e leitura do objeto do lugar no seu todo.

Existe certamente uma enorme complexidade de atores envolvidos na conceção do lugar de estudo, que acabam por influenciar a configuração do lugar. O objetivo é procurar identificar esses atores-autores, que tanto podem ser técnicos projetistas, instituições que gerem a utilização do solo ou meras instâncias da vida e da cultura de cada ator. Percebendo que os arquitetos estão longe de ser os principais atores promotores das transformações do território, é necessário incluir no estudo manifestações de não-arquitetos, relacionando o desempenho dos espaços com os diferentes atores que o promovem. Os casos de estudo selecionados, uma casa de arquiteto, uma de desenhador e outra construída sem projeto, assim como o espaço público que as agrega, surgem com o objetivo de criar um universo de estudo abrangente, capaz de demonstrar a complexidade do lugar, que permita tirar conclusões entre o desempenho dos espaços e os diferentes atores que os promovem.

A transformação espacial reflete a cultura dos atores e, no sentido inverso, tem o poder de transformar a própria cultura. A cultura dos atores valida ou rejeita, copia ou reinventa, as soluções arquitetónicas com base na observação e experimentação dos espaços construídos, o que ajudará a compreender a cultura de rejeição de arquitetos que ainda se verifica na comunidade estudada.

Outro aspeto importante que se procura caracterizar na leitura deste lugar é o modo em que a vida pública ocorre. A diminuição da participação e interação pública dos meios rurais é uma realidade referida nalguns estudos sobre o território.² Após todas as transformações físicas do lugar, importa

2. Nas análises SWOT dos vários planos estratégicos de desenvolvimento para o vale do Lima os seus concelhos que o constituem, é comum diagnosticar-se como ponto fraco a falta de envolvimento da população na vida e nas causas públicas. Citando um documento intitulado “Estratégias Locais de Desenvolvimento do Vale do Lima” (2010) da ADRIL, uma das fraquezas do território rural é o “baixo nível de participação pública da população”.

perceber de que forma ainda ocorre e se materializa a ocupação dos espaços públicos e a interação local entre os moradores.

A estrutura deste trabalho é essencialmente dividida em duas partes. A primeira parte procura fazer uma revisão bibliográfica e contribuir para a contextualização do lugar à escala do território do vale do Lima, onde se insere. Num processo de zooming até chegar ao estudo concreto do lugar, são introduzidos aspetos culturais, urbanos e arquitetónicos, preponderantes para a leitura do lugar que se desenvolve na segunda parte do estudo.

A segunda parte centra-se sobretudo nas delimitações estabelecidas do lugar e em quatro casos concretos dentro dessa limitação: o espaço público, uma casa sem projeto, uma casa de desenhador e uma casa de arquiteto. Para um retrato que procure colocar lado a lado o olhar racional e o olhar sensível, torna-se necessário um cruzamento entre dados arquitetónicos, como a leitura de projetos e a observação dos espaços, e dados mais antropológicos, que resultarão de um contacto direto com os moradores, materializado num conjunto de entrevistas. Para garantir um resultado transparente e autêntico, foi necessário uma abordagem em entrevista que contornasse a rigidez do sistema pergunta-resposta. As entrevistas são conversas informais, cara a cara, com os moradores das casas de estudo, onde se procura que os entrevistados respondam sem que se façam questões diretas. Procuo conduzir a entrevista para objetivos traçados previamente, mantendo uma abertura para novas questões de interesse que possam surgir. Uma vez que a população entrevistada tem naturezas culturais diferentes, não faz sentido uma abordagem tipo, sendo que as conversas se adaptam caso a caso.

Para cada espaço de estudo, foram recolhidas várias peças desenhadas, quando existiam, tendo sido necessário o levantamento dos casos que não possuíam projeto, para que se pudesse trabalhar sobre bases rigorosas idênticas aos casos com projeto. Revelou-se muito difícil reunir informação documental sobre a evolução do lugar, tanto gráfica como escrita, quer no arquivo municipal e junta de freguesia, quer junto das várias pessoas entrevistadas. Por esse motivo, algumas das informações que se seguem são baseadas no depoimento dos moradores, devidamente identificados em nota de rodapé. As informações específicas que surjam não referenciadas devem-se ao meu autoconhecimento do lugar.

Com esta dissertação tenciono sobretudo criar linhas orientadoras para o meu futuro que certamente estará ligado a este lugar ou, no mínimo, a lugares comuns, como este. Fascinam-me, no seguimento dos ensinamentos de Robert Venturi em “Learning From Las Vegas” (1971), as manifestações mais vulgares da arquitetura. Procuo por isso apontar a mais-valia de ler e compreender o vulgar, que terá certamente lições preciosas para a atividade dos arquitetos.

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



2. Malhas em Rio de Onor. Fotografia de Sérgio Fernandez no seu trabalho de fim de curso, desenvolvido entre 1963 e 1965. O trabalho, com uma visão simultaneamente arquitetónica e antropológica, é um exemplo evidentemente de um estudo antropológico interpretativo, na linhagem do pensamento de Geertz, que será seguido neste estudo.

1.1 CULTURA, ONDE?

As definições de cultura são muito diversificadas nas várias áreas disciplinares que a abordam, onde se incluem a antropologia, a sociologia, a psicologia, a história, a arquitetura, entre outras. No entanto, todas têm um aspecto fundamental comum: não há cultura sem ser humano. A resposta à questão ‘o que é a cultura?’ tem-se revelado, pelas várias áreas de estudo, muito escorregadia. Procurar-se-á responder a uma questão mais pertinente neste estudo: ‘onde está a cultura?’

O autor que dá a resposta mais adequada ao contexto em que se desenvolve esta dissertação é o antropólogo Clifford Geertz (1926-2006), defendendo que a cultura se localiza no exterior do ser humano, ou seja, na esfera pública. Define cultura como sendo o sistema de absorção de símbolos que carregam significados e que os símbolos provêm dos espaços físicos que o ser humano habita. Geertz não considera que a cultura se localize no pensamento humano, rejeitando a hipótese de que a mente “contém” cultura, defendida pela vertente da antropologia cognitiva. O pensamento, segundo Geertz, não consiste em acontecimentos mentais, mas antes no trânsito e constante desvio mental de símbolos, com significados extraídos na esfera pública. Nesse contexto, propõe uma antropologia interpretativa, de experiência de proximidade, que estude os indivíduos no contexto onde ocorrem as transições dos símbolos perceptíveis.³

A “cultura” não será abordada como uma “entidade” misteriosa, nem como um “bicho frenético” que faz transitar símbolos no interior do pensamento humano. A cultura é, basicamente, aquilo que essa “entidade” ou esse “bicho frenético” materializam no espaço físico, enquanto comportamento/ocupação ou enquanto conceção/transformação espacial.

“Culture is here in front of our eyes, apparent in the bustle of transactions, managed through the shuffling back and forth of little packages of meaning - symbols exchanged between people in public places.”⁴

Um aspecto fundamental para perceber o contexto em que se utiliza o termo “cultura” é a ideia de que embora haja uma cultura geral num determinado lugar, a cultura é sobretudo específica a cada caso concreto, a cada tempo e a cada indivíduo dentro desse lugar.

O pensamento (que não é cultura), ao ser um sistema de absorção e trânsito mental de símbolos com significados, redireciona os símbolos e significados absorvidos e pode, por isso, transformar cultura. Assim, a cultura é entendida não apenas como o conjunto de símbolos e significados que influencia a atuação humana mas, simultaneamente, como um resultado dessa atuação.

Ao definir cultura como um resultado da atuação humana, pode-se considerar a arquitetura parte dessa atuação. A arquitetura pressupõe transformação espacial, que resulta em novos símbolos com novos significados, que serão absorvidos e redirecionados pelo pensamento humano num processo contínuo. Ou seja, a arquitetura, resultando da cultura, é um instrumento que reinventa a cultura de onde parte, com as sucessivas transformações materiais.

3. GEERTZ, C. (1983) *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books.

4. De Munck, V. (2000). *Culture, self, and meaning*. Prospect Heights, IL: Waveland Press p. 12

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima

O fenômeno de referenciação nas opções de atuação humana (em que se inclui a produção arquitetónica) resulta da acumulação de ações, símbolos e significados adquiridos, que reflete a época e grupo em que se insere a atuação, mas também o contexto cultural específico de cada ator humano. Cultura e arquitetura são dois conceitos indissociáveis. A cultura influencia os modos de produção arquitetónica, do mesmo modo que a arquitetura produzida influencia a cultura dos lugares. Chamemos-lhe “comutação cultura-arquitetura”.

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



3. Vista sobre o vale do Lima desde o monte de Santo Ovidio, 1955 (?)



4. A mesma vista, 2013

1.2 COMUTAÇÃO CULTURA ARQUITETURA: MEMÓRIAS DA RURALIDADE

Nas últimas décadas deram-se profundas transformações culturais no território do Noroeste português, que se traduziram em, e resultaram de, transformações físicas muito significativas. Um dos aspetos fundamentais na transformação física é o aumento muito significativo das construções do território. É difícil ter dados reais relativamente a números de construções, até porque muitas delas foram levantadas clandestinamente ou em contextos em que o seu registo não era necessário. No entanto, os dados do INE revelam sinais desse aumento, registando que 87% dos edifícios da região Minho-Lima, que funcionam atualmente como habitação, surgiram após 1946.

Nas figuras 3 e 4, que comparam um segmento do território do vale do Lima entre 1955 e 2013, é possível perceber, num olhar atento, as principais alterações físicas que ocorreram nos territórios rurais do vale do Lima. As ligações rodoviárias reforçaram-se com a introdução de autoestradas nos principais eixos e a multiplicação dos caminhos e estradas secundárias. Fora dos perímetros dos centros urbanos, como é o caso da zona retratada, as novas construções surgiram de uma forma dispersa, ao longo das várias vias, concentrando-se pontualmente em zonas que desenvolveram um efeito atrativo, que adiante serão estudadas. Os modos de vida alteraram-se profundamente, com uma democratização do conforto e cultura urbana que se generalizou e invadiu o território rural, proporcionando novas atitudes face a estes territórios. As localidades ficam cada vez mais perto umas das outras, em termos de distância-tempo, tornando-se possível às famílias viverem e trabalharem em lugares distantes. Aumentaram as migrações diárias pendulares, facilitadas pela democratização do automóvel e das redes de transportes e pela atratividade dos meios rurais enquanto lugares habitacionais, quer pelo preço mais baixo do solo, quer pela qualidade de vida associada a estes meios.

A edificação do espaço rural é um processo complexo. O fenómeno construtivo que invadiu os meios rurais a partir dos anos 60 tardou em ser acompanhado por estratégias de planeamento eficazes. Os proprietários privados foram os principais promotores da transformação. Na perspetiva da cultura e legislação portuguesa, o solo é um recurso para servir, sobretudo, o interesse privado. A propriedade privada reveste-se de regalias e direitos que a defendem de ações externas e é, normalmente, um bem apenas transformado por iniciativas do proprietário. O urbanismo toma forma no terreno através da arbitrariedade das iniciativas privadas, programadas aleatoriamente em função dos interesses e das oportunidades particulares, muitas vezes sem sintonia com o interesse público. O crescimento dos aglomerados resulta assim inconsistente e irregular, descontínuo no espaço e no tempo. O volume construtivo dos últimos anos levou a uma alteração das atividades económicas da sociedade rural, desenvolvendo-se um número muito significativo de atividades ligadas à construção. Este fenómeno deu origem a uma sociedade que, de uma forma ou de outra, acaba por ter uma ligação cultural com a construção (empreiteiros, operários, carpinteiros, eletricitas, picheleiros, pintores, serralheiros, engenheiros, arquitetos, vendedores de materiais, etc.), contribuindo todos, de um modo mais ou menos direto, para a definição da cultura construtiva. A construção tem sido influenciada por uma série de instâncias culturais muito variadas, que tanto



podem resultar da introdução de novos materiais e técnicas de construção, dos modelos difundidos nos “renders” das imobiliárias, das casas dos famosos da MTV, da memória dos símbolos rurais ou dos projetos de autores reconhecidos publicamente. É impossível contermos aquilo que será o atlas de referência cultural da construção minhota contemporânea, que se tem traduzido em modelos muito heterogêneos.

As manifestações arquitetónicas que se encontram no vale do Lima são a materialização direta da cultura humana no território. É visível uma nova organização socioeconómica e ocupação territorial apoiada na diminuição da importância da atividade agrícola (agroflorestal e criação de gado) que alterou significativamente as culturas e modos de vida rurais tradicionais, num fenómeno que se tem vindo a chamar *desruralização*.⁵ O despovoamento e o abandono do solo agrícola são alguns dos temas debatidos nos estudos sobre este tipo de territórios. Noutros contextos, sobretudo no que toca ao turismo, ouve-se apenas o lamento pelo sucessivo desaparecimento da arquitetura popular, das velhas tradições, costumes, ofícios e outras manifestações da cultura. No entanto, o fenómeno da desruralização não se traduz apenas em abandono ou perda cultural mas, sobretudo, em transformação cultural. O sentimento nostálgico motivado pelo sucessivo desaparecimento da tradição rural tem sido um aspeto muito evidente na transformação cultural, canalizado para a criação de novas manifestações arquitetónicas/culturais que recriam, entre o kitch e o folclórico, os símbolos culturais do passado, resultando numa nova arquitetura/cultura.

5. “Desruralização é um conceito que se usa nas ciências sociais para denominar o processo de mutação socio económica e territorial resultante da perda de importância da actividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas.”

DOMINGUES, A. *Vida no Campo* Porto: Dafne 2012 p.69

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



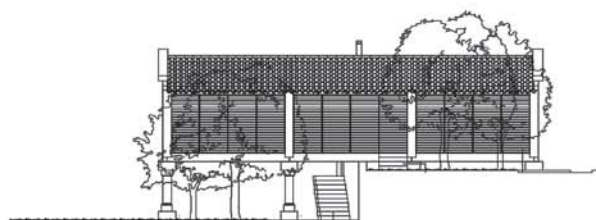
6. Espigueiro construído em 1979 com materiais industriais



7. Miniatura de espigueiro comprado em 2003



8. Espigueiro de jardim construído em 2012



9. Projeto para casa-espigueiro, 2008

“(...) Portugal não escapou da implacável marcha da moderna civilização industrial que trata de reduzir a enorme diversidade das formas de vida humana a uma triste e monótona uniformidade.

O incremento da nostalgia entre povos civilizados pelas formas originais da cultura popular que a civilização destruiu, deu passagem a uma nova indústria, a indústria do turismo, que cria um interesse no folclore, os restaurantes regionais, os bailes populares regionais, buscando desta forma dar a ilusão das coisas que já não existem, como nos museus de história natural onde os animais embalsamados que desapareceram dos bosques e das montanhas como resultado da fúria destrutiva da nossa civilização.”⁶

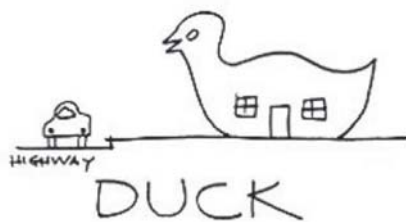
Sem que seja necessário sair do centro de Bravães, o lugar que servirá adiante como caso de estudo, surge um fenómeno muito evidente de sucessiva aculturação materializado na construção do espigueiro, um símbolo da arquitetura tradicional e da vida rural. Quando a produção do milho era significativa na cultura do lugar, a necessidade de construir espigueiros apoiou-se nos materiais disponíveis no meio. Inicialmente em granito ou madeira, este objeto arquitetónico apropriou-se da nova cultura construtiva, com materiais como ferro, o tijolo e o betão, mantendo a sua forma, função e simbologia. Desaparecida a necessidade do espigueiro na cultura rural, que traduz a redução da importância do milho na estrutura económica da região, verifica-se uma sucessiva apropriação do símbolo, replicando-o nas mais variadas formas, ora enquanto miniatura de jardim, maquete no móvel da sala ou projeto contemporâneo de arquitetura, que adapta a linguagem e morfologia do espigueiro a uma habitação para turismo.

6. DIAS, Jorge - *The Portuguese Contribution to Cultural Anthropology*, 1964 (excerto utilizado por DOMINGUES, A. *Vida no Campo*, Porto: Dafne 2012, p. 63.)

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



10. Granihouse, Ponte de Lima.



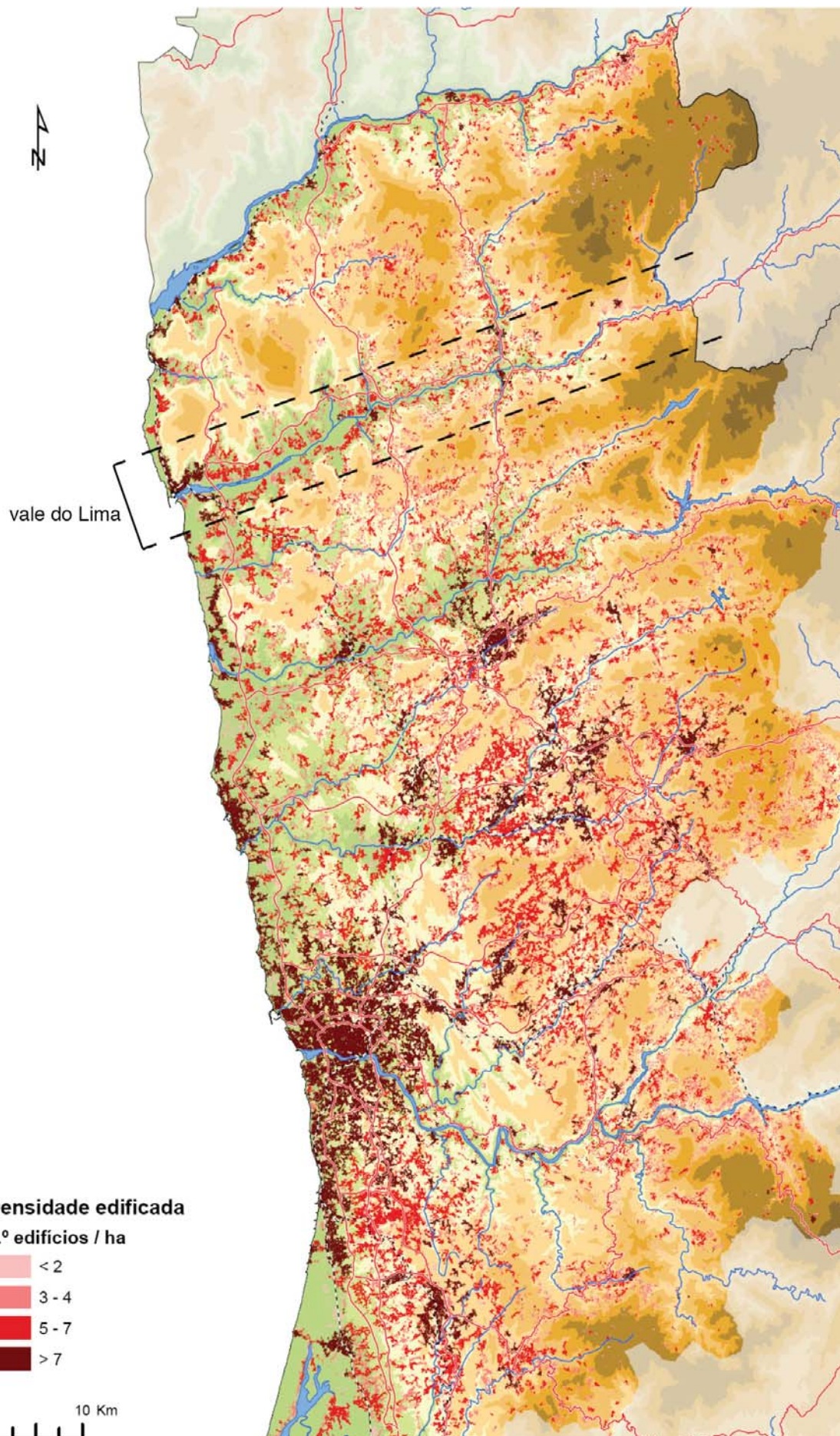
11. Big Duck (1931), Fotografia e desenho de Robert Venturi



12. Loja Barril (anos 80), Fotografia e desenho do autor

A perda da cultura rural tradicional motivou vários discursos relacionados com a manutenção da identidade regional e preservação das tradições que, em muitos casos, se resume a uma nova produção cultural de soluções miméticas. Popularizaram-se uma série de construções e soluções arquitetônicas que se baseiam em códigos estéticos tradicionais para captar o sentimento nostálgico da sociedade, que têm influenciado a produção arquitetônica da região. As empresas de materiais de construção oferecem uma série de soluções contemporâneas que mimetizam elementos da arquitetura tradicional, desde os painéis sandwich a imitar telha cerâmica às caixilharias de vidro duplo com perfis de pvc internos, que desenharam a quadrícula das janelas tradicionais, ou os revestimentos em pedra a imitar alvenaria tradicional. Em casos extremos surgem exemplos mais concretos desta tendência, como a “*granihouse*”, uma casa ‘tradicional’ prefabricada pronta a habitar, de uma empresa de granito sediada em Ponte de Lima. A cultura mimética dos símbolos do mundo rural vai muito para além das construções de habitação, sendo uma importante arma de marketing para os estabelecimentos comerciais que vão surgindo pelo território. Os exemplos desta tendência são variados, tanto na conceção do objeto arquitetónico, como na decoração dos espaços comerciais. Um dos casos levantados, uma loja de vinho em forma de barril junto à estrada nacional que liga Ponte da Barca a Braga, é bem ilustrador dessa cultura. É inevitável a referência ao Big Duck (Long Island, Nova Iorque, 1931), uma loja em forma de pato onde se vendiam ovos de pato, que Robert Venturi transformou num símbolo da arquitetura mimética em *Learning from Las Vegas* (1972).

Compreendendo a indissociabilidade entre cultura e arquitetura na construção dos espaços, um entendimento essencial para estudar o lugar de Bravães, procuraremos agora perceber o modelo urbano em que o lugar se insere, cuja leitura é indispensável para a contextualização cultural do lugar.



1.3 VALE DO LIMA: CIDADE DISPERSA

*“As ideias de perda da cidade e do campo extremaram dois imaginários: a boa cidade enquanto centro histórico e o campo enquanto aldeia típica. E estas duas coisas podem dar dois belos postais turísticos, mas não são a realidade, são ficção”.*⁷

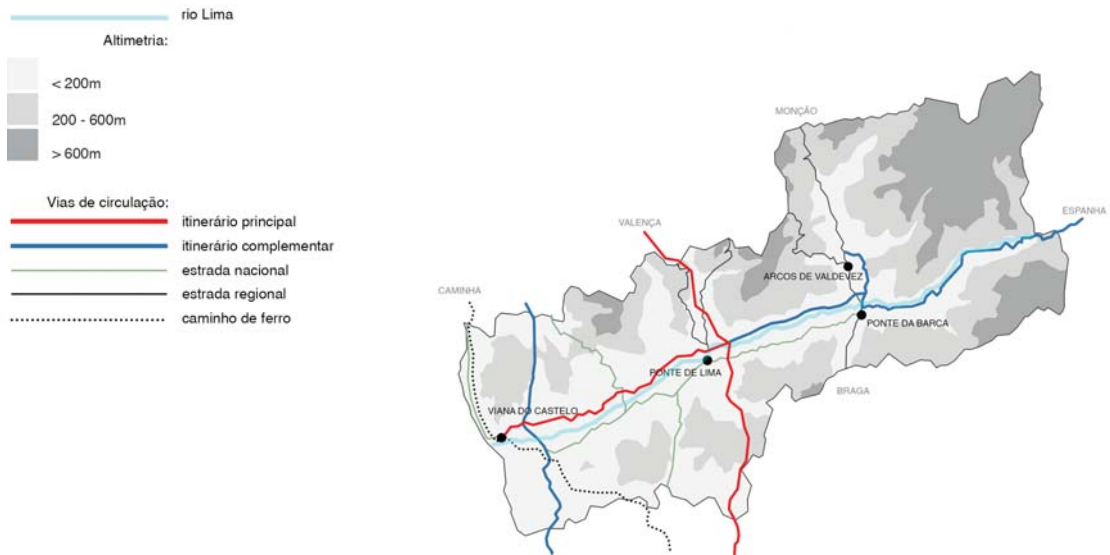
O conceito e a imagem das cidades atuais está longe da medieva cidade intramuros. A nova cidade, que se começa a desenhar após a II Guerra Mundial, estende-se para lá da cidade clássica, apoiada nas transformações tecnológicas (como o automóvel), sociais e culturais.

Em Portugal, a ocupação do solo tem assumido diferentes ritmos e densidades. No Noroeste de Portugal, o processo de ocupação tem sido difuso e fragmentado, aproveitando a existência de uma rede de cidades médias e de formas de povoamento historicamente descontínuas e caracterizadoras desta região.⁸

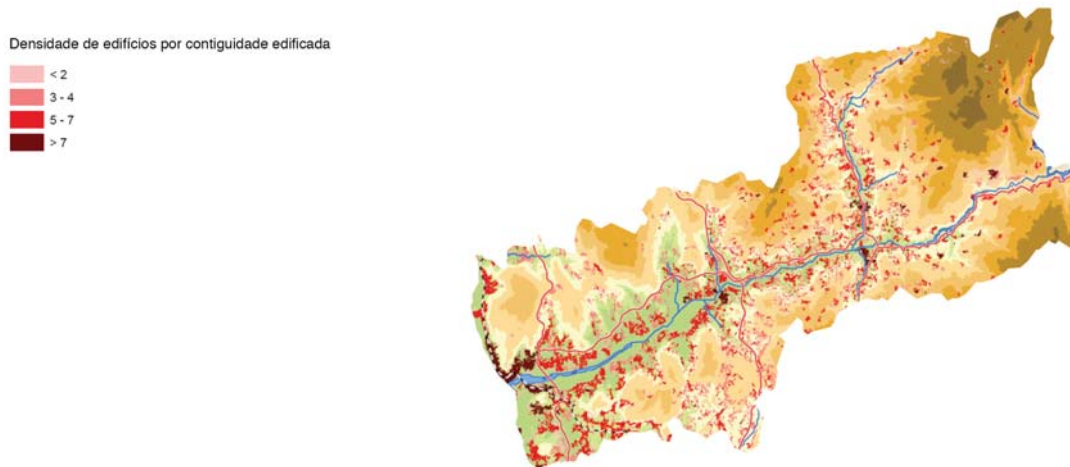
7. DOMINGUES, Álvaro, in *Ruralidade é Mito. Existe em 'resorts' e turismo rural*, entrevista ao DN (http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2271103&page=-1)

8. DELGADO, Carlos - *Metapolis do Porto: expansão urbana em áreas de forte aptidão agrícola*

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



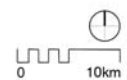
14. Circulação no vale do Lima, desenho do autor



15. Edificação no vale do Lima, 2009, adaptado de Departamento de Geografia, FLUP / CEGOT



16. Tipologia de ocupação, desenho do autor



Uma obra incontornável para o estudo da evolução do sistema urbano do vale do Lima é a publicação “Arquitectura Popular em Portugal”⁹. O interesse científico desta obra, a que se voltará com mais profundidade no ponto 1.5, prende-se com o facto de não se ter limitado o olhar sobre as construções, fazendo uma catalogação minuciosa dos tipos de povoamento e dos modos de viver das comunidades inquiridas. A zona 1, correspondente ao Minho, identifica uma série de tipologias de ocupação do território, das quais interessa destacar as tipologias identificadas no vale do Lima. Nas terras altas a montante, predominam os “lugares aglomerados de montanha”, ao passo que na zona baixa do vale, a área mais extensa, toma lugar uma “disseminação quase completa”, onde Bravães se inclui.

Apesar do termo “disseminação” nos remeter para o que hoje o urbanismo caracteriza como urbanização dispersa, a verdade é que se tratam de realidades muito diferentes. Ao passo que a “disseminação quase completa” do povoamento no vale do Lima se organizava em micro escala, numa base comunitária local em pequenos grupos, com uma coesão cultural e um sistema económico à escala do lugar ou da freguesia, hoje temos uma ocupação dispersa pelo território que se organiza e movimenta numa escala muito mais alargada.

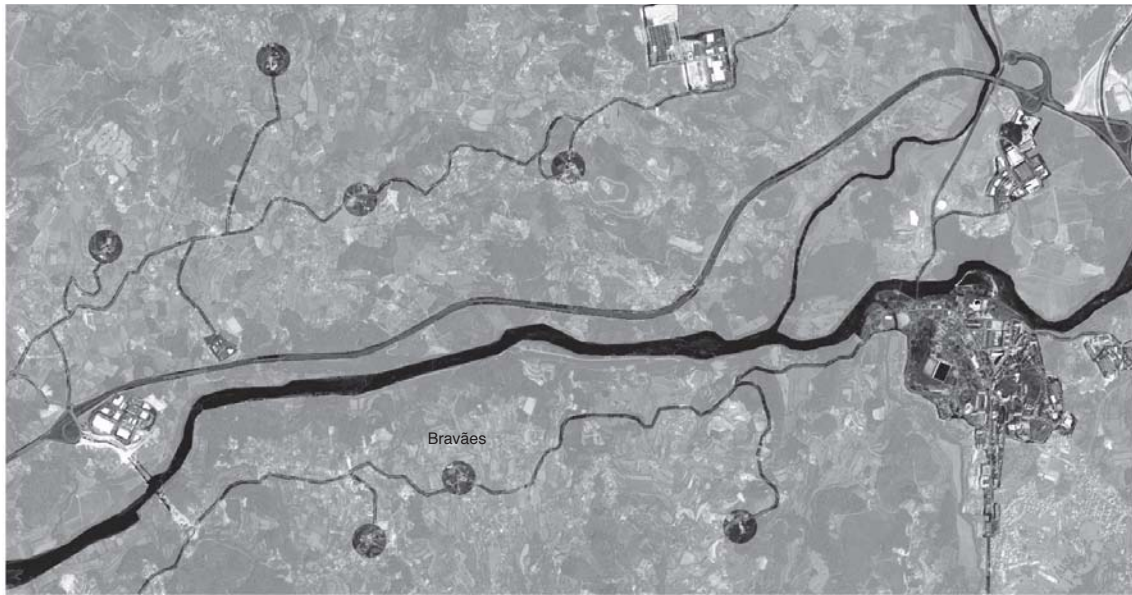
A ocupação dispersa atual apoia-se essencialmente nas vias rodoviárias que entretanto se multiplicaram. A dependência económica dos centros urbanos aumentou, transformando parte dos meios rurais em zonas dormitório. As fronteiras e a autonomia dos lugares rurais diluíram-se e o vale do Lima transformou-se numa sequência de elementos e acontecimentos dispersos e indetermináveis ligados pelas vias que infraestruturam o território.

A ocupação dispersa do vale do Lima apoia-se essencialmente nas vias rodoviárias em constante multiplicação. A dependência económica dos centros urbanos aumentou, transformando parte dos meios rurais em zonas dormitório. As fronteiras e a autonomia dos lugares rurais diluíram-se e o vale do Lima tem caminhado para um sistema urbano policêntrico, onde sobressaem a cidade de Viana do Castelo e as vilas de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, onde existe uma maior concentração de população e onde se localizam a maioria dos serviços. Fora dos perímetros urbanos, o território é ocupado de uma forma muito dispersa e aleatória, pontuado por alguns elementos com um poder de atração intermédio, que criam centralidades a um outro nível, ou microcentralidades, como é o caso dos parques escolares, das zonas industriais, dos centros cívicos das aldeias (como é o caso de Bravães) ou de um ou outro lugar onde a concentração demográfica justificou a criação de algum comércio e serviços.¹⁰

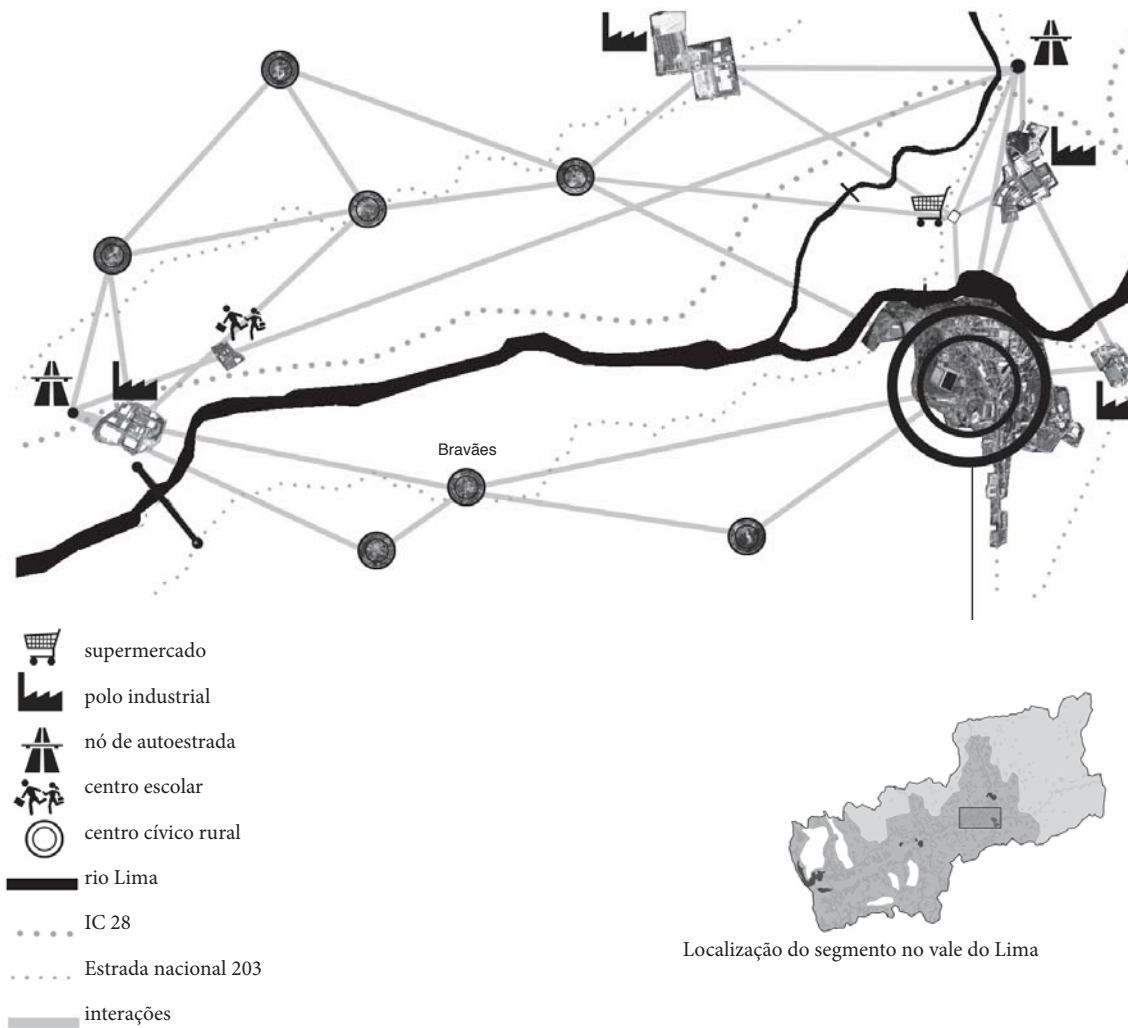
9. Publicação em 1961, pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, compilando os resultados do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, realizado essencialmente entre 1955 e 1956.

10. MATEUS, Augusto e ass., *Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020*

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



17. Ortofotomapa de segmento do vale do Lima. Adaptado pelo autor.



18. Sistema urbano do mesmo segmento, desenho do autor

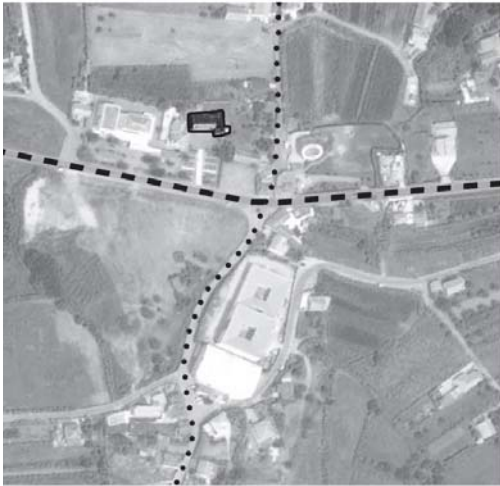
A aleatoriedade deste território disperso constrói-se através de uma série de aspetos físicos comuns que se generalizam a praticamente todo o território do vale do Lima. Embora o discurso se volte para a construção, a verdade é que o território é composto sobretudo por espaço vazio, seja ele público ou privado, urbano, agrícola ou florestal. A construção mais comum no vale do Lima é, de longe, a habitação, quase sempre unifamiliar.

A necessidade de infraestruturar o território disperso levou a que, pontualmente, se tenham implantado equipamentos de apoio ao funcionamento da região, que contribuem para a atratividade de alguns lugares do território. A secção do território nas figuras que se apresentam, que incluem o lugar de estudo, permitem perceber os elementos estruturantes desta área, que se replicam por todo o vale do Lima. Procurei fazer a marcação de alguns elementos com poder atrativo, fundamentais para compreender a estrutura do modelo urbano onde Bravães se insere. Os parques industriais, pela atividade constante e volume de empregos que garantem, constituem uma importante centralidade que se reflete no uso do território. Os centros escolares são outro tipo de centralidades do vale do Lima. Após o fecho das escolas primárias que se encontravam distribuídas pelas várias freguesias, foram localizados estrategicamente uma série de centros escolares para acolher, de uma forma mais concentrada e rentável, os alunos do ensino básico das escolas rurais. Este processo contribuiu, por um lado, para uma diluição da centralidade e independência externa das freguesias em geral e, por outro lado, para aumentar significativamente a centralidade das freguesias onde foram implantados os centros escolares, com todas as transformações culturais e arquitetónicas que isso possa gerar. As autoestradas e vias rápidas são fundamentais para a conectividade do vale do Lima e, conseqüente, os seus nós de ligação são pontos especiais na marcação do ritmo do território. Constituindo-se como uma espécie de “portais de teletransporte”, tornam-se marcos importantes na estrutura e funcionamento do território disperso, fomentando a transformação do espaço e da cultura envolvente. Outro elemento bastante importante no território envolvente ao lugar de estudo é o supermercado que, dada a variedade de oferta e preços praticados, acabou por fazer fechar muitos dos minimercados que se distribuíam ao longo das vias de circulação. (voltar-se-á ao fecho dos mini-mercados no estudo do lugar)

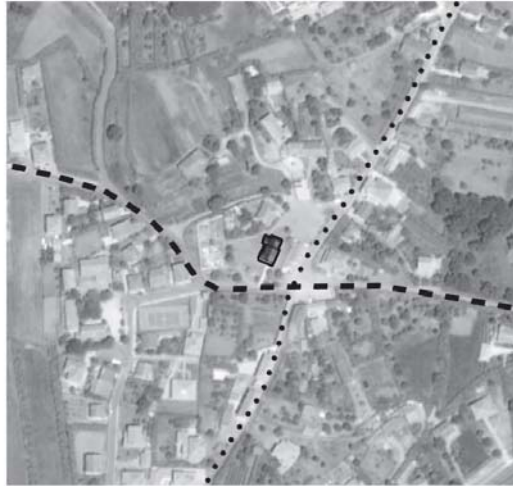
O elemento atrativo mais difundido é a igreja, presente em todas as freguesias, que agrega ainda na sua envolvente alguma dinâmica sociocultural. Para além de ser comum uma maior concentração de habitação junto à igreja, é nestes lugares que surgem alguns equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais, que formam os centros cívicos das freguesias.

Não querendo que esta síntese de elementos de exceção resulte num discurso redutor, até porque se admite a existência de outros elementos não referidos, é possível afirmar que o território do vale do Lima é construído sobretudo pelos três tipos de elementos identificados ao longo deste subcapítulo - espaço vazio, casas e equipamentos - e que tudo isto se apoia e interliga na rede de estradas que se ramificam pelo território. A diferente combinação das casas, dos equipamentos, do espaço vazio e das estradas resulta em lugares com culturas próprias, que formam uma rede contínua sobre a superfície do território e constituem a cidade dispersa do vale do Lima. Neste contexto urbano, voltemos agora os olhares para o lugar de estudo.

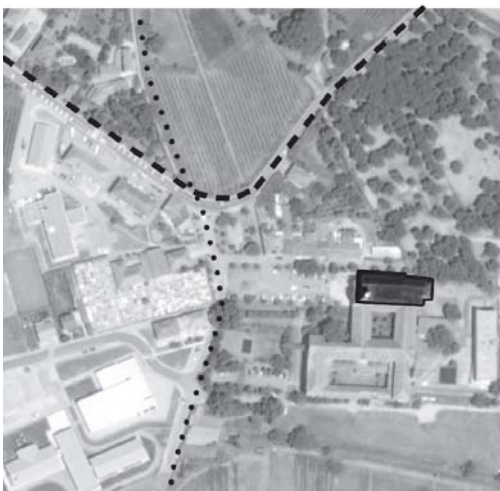
1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



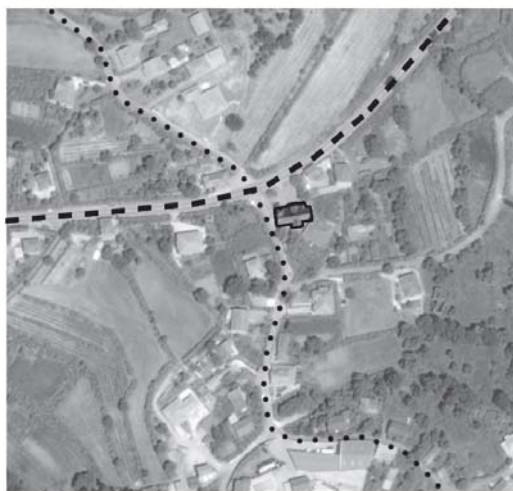
1- Deão



2- Santa Comba



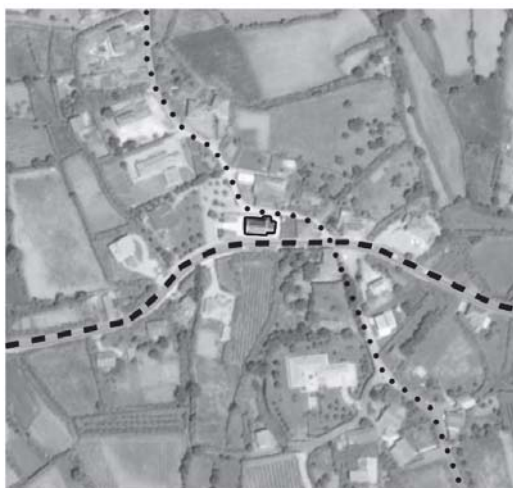
3- Refoios do Lima



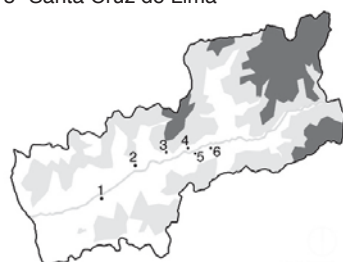
4- Jolda Madalena



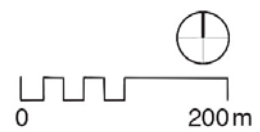
5- Santa Cruz do Lima




6- Bravães



19. Ortofotomapa de vários centros cívicos do vale do Lima, adaptados pelo autor



- Via logitudinal (sentido do vale) - - - - -
- Via transversal (ortogonal ao vale) ·····
- Igreja 

1.4 BRAVÃES: UM LUGAR COMUM

A definição de lugar é vaga. Em termos administrativos, um lugar é um aglomerado populacional com um número de alojamentos mínimo (10 alojamentos) e com uma designação própria. No estudo geográfico, a palavra lugar surge geralmente sem valor científico, associada ao conceito vago de local ou localização. A geografia humanista trata o termo com outra profundidade, associando o conceito de lugar à necessidade de estudar o quotidiano das populações de uma determinada área, para compreender valores e atitudes face ao meio que habitam. É no seguimento do contexto da geografia humanista que o conceito de lugar surge neste estudo.

É difícil definirem-se padrões e tipologias para a configurações dos inúmeros lugares que se vão sucedendo no território, resultantes maioritariamente duma iniciativa privada apoiada nas oportunidades esporádicas, em terrenos herdados ou adquiridos. Os lugares tanto poderão ser exclusivamente habitacionais, de usos mistos ou não habitacionais. Os lugares mistos, que fundem a habitação com outro tipo de atividades, revelam alguma complexidade de usos e agentes envolvidos nas transformações dos espaços, constituindo, muito provavelmente, uma amostra pertinente para o estudo aprofundado sobre a construção dos lugares comuns do vale do Lima. Uma das tipologias mais comuns dos lugares com usos mistos são os centros cívicos das freguesias.

Os centros cívicos são os lugares centrais das freguesias, normalmente correspondentes à área envolvente às igrejas. Numa visão abrangente, ao longo do vale, foi possível perceber que existe uma série de características transponíveis aos vários centros. A igreja surge geralmente como o elemento arquitetónico principal, à volta do qual se desenvolve alguma dinâmica social. Nestes centros vão-se mantendo um ou dois¹¹ pequenos estabelecimentos comerciais que servem maioritariamente a população local e um ou outro viajante que por ali passe, ou surge um conjunto de atividades comerciais mais consistente, quando a densidade populacional ou a introdução de um elemento de exceção com poder atrativo o justificam. Estes centros cívicos surgem várias vezes junto à estrada nacional, muito provavelmente porque a estrada resulta de uma consolidação de antigos caminhos de ligação entre as paróquias. Estes centros são, geralmente, o ponto de cruzamento entre a estrada nacional (longitudinal em relação ao vale) e a estrada secundária principal (transversal em relação ao sentido do vale), que liga a parte alta das freguesias ao rio. É ao longo destas duas vias que se dispõe atualmente, de um modo descontínuo e fragmentado, grande parte das habitações que compõe os povoamentos dispersos.

O centro de Bravães sintetiza algumas das características mais incidentes dos centros cívicos do vale do Lima. O lugar reúne num espaço relativamente concentrado a referida igreja, um estabelecimento comercial, uma escola primária, um edifício da junta de freguesia, um edifício de apoio social e uma série de tipologias habitacionais muito variadas, quer ao nível da época, quer ao nível do processo de construção, o que permitirá um estudo das transformações do território pertinente. É possível confirmar, pela leitura do lugar, a infinidade de atores e mecanismos que tem influenciado os fenómenos de transformação física e cultural dos territórios rurais. No momento

11. Nos lugares levantados, nunca há mais de 2 estabelecimentos comerciais, exceto no caso de Refoios do Lima, que tem um instituto politécnico que justificou a criação de mais de uma dezena de estabelecimentos comerciais)

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



antiga escola primária

sede da junta de freguesia

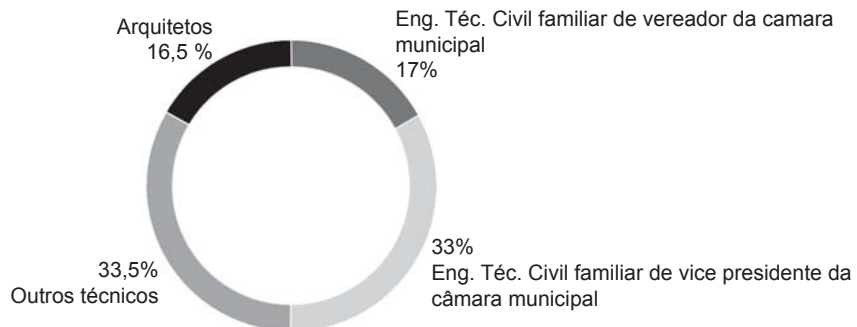
igreja

casa
paroquial

casa de turismo
rural

estabelecimento
comercial

20. Vista de pássaro do centro cívico de Bravães (drone), 2014, fotografia do autor.



21. Projetos licenciados pelo município de Ponte da Barca entre Junho de 2009 e Junho de 2014.

Gráfico produzido pelo autor, com informação cedida pelo município.

em que o panorama construído sofre alterações constantes e a transformação dos espaços assume um papel vital na construção dos modos de vida, é necessário perceber qual tem sido e qual deverá ser o papel do arquiteto nos territórios deste tipo. Existe uma ignorância popular bastante generalizada em relação ao papel do arquiteto na sociedade, que se confirmará com o estudo. A própria ordem dos arquitetos reconhece esta realidade e tem tentado combatê-la, como comprova a recente campanha publicitária “trabalhar com arquitectos”.

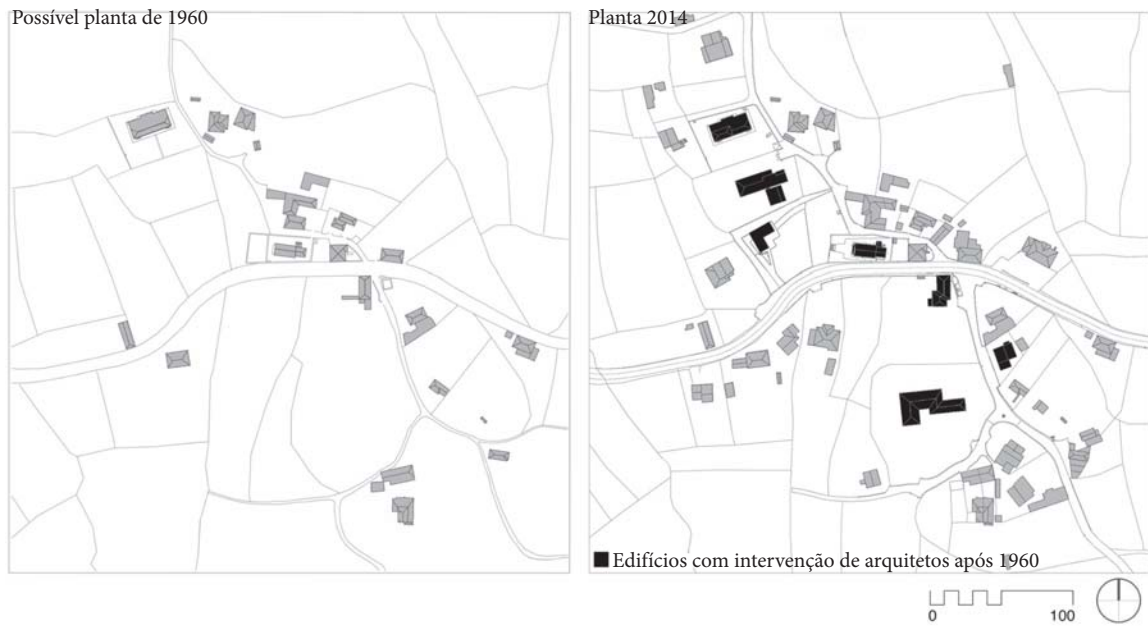
“Apesar dos arquitectos terem ganho, ao longo dos últimos 20 anos, uma preponderância e responsabilidade cada vez maior no desenvolvimento das cidades subsiste ainda alguma dúvida sobre a real mais-valia desse contributo, especialmente por parte do público em geral. Este é o grande motor da alteração da paisagem construída e é em definitivo o maior beneficiário do trabalho do arquitecto enquanto agente promotor de uma maior qualidade de vida e coesão social. É também essencial demonstrar a mais valia económica inerente ao envolvimento do arquitecto no processo da construção.”¹²

Uma grande parte da sociedade local tem preferido construir sem recorrer a arquitetos, embora se comessem a observar alguns sinais de inversão dessa tendência. A alteração legal imposta pela Lei 31 de 2009, no artigo 10, prevê que, após um período de 5 anos de transição que termina em 2014, apenas aos arquitetos seja permitido realizar projetos de arquitetura. Nesse sentido, passando a envolvimento do arquiteto a ser um dado adquirido, é necessário que o seu contributo seja positivo para a melhoria da qualidade do território. Embora seja um passo muito importante para melhorar a qualidade urbana, a envolvimento de arquitetos nas futuras transformações do espaço não garante, por si só, uma melhoria. Como em todas as classes profissionais, os técnicos são diferentes entre si e não são imunes ao erro. Se não existir um profundo esforço em compreender as realidades físicas, culturais e sociais destes meios, que é o que este estudo ambiciona, dificilmente o contributo dos arquitetos terá a profundidade e intencionalidade que a disciplina pressupõe. É necessário muito mais que proliferar edifícios com códigos estéticos mais eruditos e contemporâneos. As obras deverão surgir, sobretudo, como elementos catalisadores de uma melhoria da qualidade de vida dos meios.

A relação entre o arquiteto e o povo, entre o ‘erudito’ e o ‘popular’, tem sido um tema controverso. A relação entre técnico projetista e cliente, na cultura atual do vale do Lima, baseia-se em grande parte numa lógica de defesa dos interesses privados, em que o técnico assume um papel de advogado de defesa perante as instituições que regem as construções no território. Por isso mesmo, gera-se uma tendência para procurar técnicos que respondam diretamente às necessidades e vontades do cliente, reduzindo a sua tarefa, em muitos casos, à tradução gráfica e legalização da ideia do cliente (ou a construção que já está feita). Neste panorama, os técnicos com relações diretas com a direção do município acabam por ter um papel central na escolha da população, que julga que assim os projetos serão mais facilmente legalizados, o que não é necessariamente verdade,

12. ALEXANDRE, Rui; GONÇALVES, José Fernando - *Trabalhar com arquitectos* <http://www.trabalharcomarquitectos.pt/sobre>

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



22. Evolução do centro de Bravães. Planta dos anos 60 é uma reconstituição proposta pelo do autor através da observação dos edifícios existentes, da compilação de várias fontes gráficas (planta da envolvente da igreja do SIPA e planta de projeto para abertura da estrada municipal) e testemunhos dos habitantes locais.

nem mentira, como se verá no estudo do lugar.

Nesta dinâmica social, o arquiteto tem ficado à margem das escolhas, o que tem dificultado a relação entre os arquitetos e a comunidade. A tendência que se materializa é uma relação vertical, que sobrepõe o erudito ao popular. Se a relação entre arquitetos e população se basear nesta visão simplista e redutora, surgem equívocos de ambas as partes. Por um lado, os arquitetos poderão ter dificuldades em reconhecer aptidão a não-arquitetos e, por outro, a população poderá não se identificar com o trabalho demasiado impositivo dos arquitetos.

Segundo este ponto de vista, será necessário um redesenho da relação entre arquiteto e população nestes meios, de modo a incentivar um debate que será benéfico para ambas as partes. Este estudo desenvolve-se no sentido de retratar a realidade cultural de um lugar onde o papel do arquiteto ainda não é muito significativo, de modo a permitir a compreensão do lugar por parte dos arquitetos e, conseqüentemente, facilitar os futuros diálogos entre os arquitetos e a população.

Levanta-se agora uma dúvida: se os arquitetos não são os principais autores das transformações, quem são afinal os autores dos lugares comuns?



23. Fotografia e fotomontagem do autor. O caso de estudo (centro de Bravães) é a secção a cores.

“Imagine-se, agora, espaçosas autoestradas, bem enquadradas na paisagem (...) vias gigantescas, elas próprias grande arquitetura (...) unem e separam, separam e unem, séries intermináveis de unidades diversificadas que vão das unidades- agrárias, mercados à beira da estrada, jardins-escola, zonas de habitação, cada um nos seus acres de terra ornamentada e cultivada individualmente (...) E imagine-se unidades-homem tão organizadas que cada cidadão, quando escolhesse, pudesse ter todas as formas de produção, distribuição e aperfeiçoamento próprio (...) rapidamente disponíveis por meio do seu carro privativo ou transporte público.”¹³

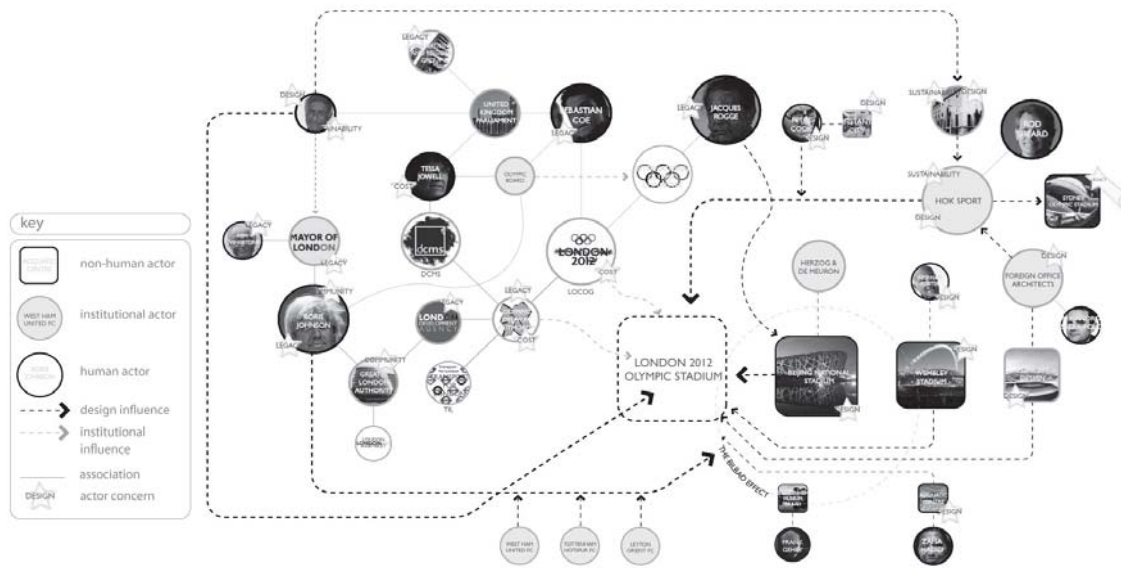
Frank Loyd Wright

O vale do Lima poderia ser, em muitos dos seus aspetos atuais, uma materialização da *Broadacre City* de Frank Loyd Wright.¹⁴ Na sua essência, a principal diferença está nos agentes que decidem e transformam o território. Na cidade de Wright, o artista-arquiteto absorve os poderes políticos e é ele próprio que decide e transforma o território, pela capacidade que tem de absorver o presente, interpretá-lo e materializa-lo. No vale do Lima, o arquiteto está longe de ser o principal autor na construção do território.

13. «Imagine, now, spacious, well-lanscaped highways, grade crossings eliminated by a new kind of integrated by-passing or over- or under-passing all trafic in cultivated or living areas.... Giant roads, themselves great architecture, pass public service stations no longer eyesores but expanded as good architecture to include all kinds of roadside service for traveller, charm and comnfort througout. These great roads unite and separate, separate and unite, in endless series of diversified units passing by farm units, roadside markets, garden schools, dwelling places, each on its acres of individually adorned and cultivated ground, developed homes all places for pleasure in work and leisure. And imagine man-units so arranged that every citizen as he chooses may have all forms of production, distribution, self- improvement, enjoyment within the radius of, say, ten to twenty miles of his own home. And speedily available by means of his private car or public conveyance.» WRIGHT, F. L., in HALL, P., *“The City on the Highway”*, *Cities of Tomorrow*, blackwell Publishers, 1ªedição em1988, Edição updated, Massachusetts, 1996, pg.288 29

14. À semelhança do vale do Ave, veja-se DOMINGUES, et al - *Arquitectura em Lugares Comuns*, Porto: Dafne 2008

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



24. Diagrama de atores na construção do Estádio Olímpico de Londres 2012, resultado do estudo “mapping architecture controversies” realizado pela antropóloga Albena Yaneva.

A definição de autoria em arquitetura é complexa. Se entendermos a obra construída enquanto o principal objetivo da arquitetura, de acordo com a conceção convencional da disciplina, teremos de concordar que a obra resulta de um extenso número de agentes e fatores, muito para além do arquiteto, que a condicionam e contribuem para a sua morfologia final. Assim, uma obra de arquitetura surge de interações entre diversos atores, sejam eles humanos, institucionais ou não-humanos.¹⁵ Num caso extremo, só em condições ideais (sem legislação, sem gravidade, sem clima, sem exigências dos clientes, sem orçamento, sem limitações técnicas, etc.) o arquiteto seria 100% autor de uma obra. Esta consideração, embora utópica, pretende dar conta da ínfima influência que o arquiteto acaba por ter na construção da paisagem, agravando-se pelo facto de muitas das construções que pontuam o território nacional não resultarem sequer de um projeto de arquiteto.

Nos territórios de ocupação dispersa, como o vale do Lima, os projetos de não-arquitetos representam uma grande maioria das construções produzidas. No lugar selecionado como caso de estudo, essa tendência também se verifica. Como vimos no subcapítulo anterior, no concelho de Ponte da Barca, desde 2009 até 2014, apenas 16,5 % dos projetos aprovados pelo município foram assinados por um arquiteto¹⁶, sendo que um número significativo desses projetos se encontra num contexto em que o RJEU (Regime Jurídico de Edificação e Urbanização) exige projetos de arquitetos, como o centro histórico da vila ou os projetos de reabilitação para turismo rural.

A evolução da legislação que gere a construção do território rural contribuiu para a cultura construtiva atual. Em Ponte da Barca, até 20 de Maio de 1980, todos os projetos realizados no espaço rural eram alheios a qualquer processo de licenciamento.¹⁷ No período que se seguiu, até ao lançamento do Plano Diretor Municipal a 7 de Março de 1995, as restrições à construção continuaram praticamente inexistentes. Para licenciar uma construção em espaço rural, o município exigia apenas desenhos do projeto de arquitetura (sem especialidades) e o pagamento de uma taxa.¹⁸ Em 1995, o primeiro PDM em Ponte da Barca surge após uma época de grande construção e transformação, que acabou por fomentar uma política baseada na continuidade da expansão urbana de forma mais controlada e infraestruturada.¹⁹ No entanto, as pressões locais sobre o município, quer das juntas de freguesia, quer dos privados, no sentido do alargamento das áreas urbanas em função de uma expectativa de crescimento, levaram a um desenho alargado dos limites de área urbana, cuja infraestruturaração teve um custo elevadíssimo para o município e ficou, em muitos casos, aquém do espetável em solo urbano. Como consequência das classificações dos terrenos, os solos urbanos tornaram-se demasiado caros em função dos solos rurais, que passaram a ser locais de eleição para a construção de habitação. Este fator sustentou um verdadeiro mercado

15. Num estudo desenvolvido na Manchester School of Architecture, intitulado “Mapping Architectural Controversies”, do qual resultou a publicação de um *website* interativo em 2011, Albena Yaneva procura encontrar mecanismos que mapeiem as interações entre os diversos atores que influenciaram uma determinada construção, dividindo-os em atores humanos, atores institucionais e atores não-humanos.

<http://www.msa.ac.uk/mac/Main/MappingArchitecturalControversies>

16. Informação cedida pelo município de Ponte da Barca, com base numa consulta da base de dados GSP, que só regista informação desde 2009.

17. Informação do GPPDE do município de Ponte da Barca.

18. *Idem*

19. *Ibidem*

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



25. Obras de pavimentação de caminho agrícola, Nogueira, Ponte da Barca, anos 90. Fotografia do arquivo municipal de Ponte da Barca.



26. A nova "rua", no mesmo local, numa prespetiva ligeiramente à frente da fotografia anterior. 2014. Fotografia do autor. É visível o aparecimento de algumas casas novas, com tipologias visivelmente diferentes das casas pré-existentes.

especulativo do solo rural para construção, que tem gerado um elevado grau de dispersão das construções, tornando cada vez menos rentáveis os cada vez maiores investimentos públicos em infraestruturas e serviços prestados no local (como a distribuição de correio). Simultaneamente, a dispersão de casas e investimentos públicos no espaço rural contribui para contrariar a consolidação e qualificação dos centros urbanos. A nova versão do PDM, que está em vigor desde 22 de Setembro de 2013, toma consciência do desajuste entre o planeamento e a realidade cultural do território, diminuindo significativamente as áreas urbanas.²⁰ No entanto, torna-se difícil contrariar um esquema de procedimentos que a cultura popular generalizou, que facilita a construção em espaço rural e dificilmente se controla:

“O modelo típico dos procedimentos, o típico papel de todos os intervenientes e a típica sequência de todos os passos nestes processos de edificação dispersa no espaço rural, tem sido o seguinte:

1.º Junta de Freguesia: Transformação de um antigo caminho de acesso aos campos numa estrada larga e pavimentada, com uma extensão de várias centenas de metros através de solos da RAN.

2.º Proprietário: Rompimento de novos “caminhos de servidão” dentro da sua exploração agrícola, de forma a dar configuração física aos “novos” artigos e dar acesso aos restantes, retalhando o solo agrícola (e abrindo caminho para, a longo prazo, esses caminhos serem transformados em novas estradas largas...).

3.º Finanças: Manipulação cadastral dos diversos artigos que constituíam o conjunto da exploração agrícola, rectificação de áreas e confrontações ajustando ao longo da nova estrada vários artigos em solo da RAN com áreas inferiores à unidade mínima de cultura. A legislação da RAN e o PDM não são tidos em conta pelas Finanças.

4.º Conservatória: Registo dos artigos sem avaliação crítica da origem dos mesmos, e sem ter em conta os condicionamentos que impendem sobre o solo agrícola. A legislação da RAN e o PDM são ignorados pelas Conservatórias.

5.º Notário: Realiza as escrituras de compra e venda dos “novos” artigos sem avaliação crítica da origem dos mesmos e sem ter em conta os condicionamentos que impendem sobre o fraccionamento do solo agrícola. A legislação da RAN e o PDM são ignorados pelos Notários.

6.º CRRA: concede as “desafectações” sem averiguar os antecedentes e sem ter em conta as disposições do PDM. Algumas “desafectações” são concedidas sem consultar a Câmara, outras ignorando as disposições do PDM apontadas pela Câmara. Não obstante as desafectações concedidas pela CRRA ao abrigo das excepções previstas na Lei, o resultado prático muitas vezes contraria o disposto no Decreto relativo à utilização da nova construção e à unidade mínima de cultura.

7.º Câmara: Condiçãoada pela carga de todos esses antecedentes, concede a 1.ª licença de construção (ou legaliza a que já está feita), estabelecendo assim o precedente que vai condicionar o seu próprio posicionamento relativamente ao 2.º licenciamento, e assim sucessivamente. E cobra taxas de licenciamento mais baratas, por ser rural...

8.º A EDP vai lá levar a sua rede, proliferam as lâmpadas de iluminação pública, as outras infra- es-

20. Informação obtida em entrevista ao arquiteto Pedro Sousa, responsável pelo GPPDE do município de Ponte da Barca.

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima

truturas prolongam-se mais umas centenas de metros, aumentam os circuitos da recolha do lixo, do carteiro, do transporte escolar, tudo para servir um número proporcionalmente pequeno de utentes dispersos...

9.º Fisco: como estes artigos continuam rústicos, cobra apenas em função da área de implantação da nova casa, não em função da área do lote.

10.º Mais tarde, em algumas destas casas são abertos cafés, salões de cabeleireira, stands de automóveis.”²¹

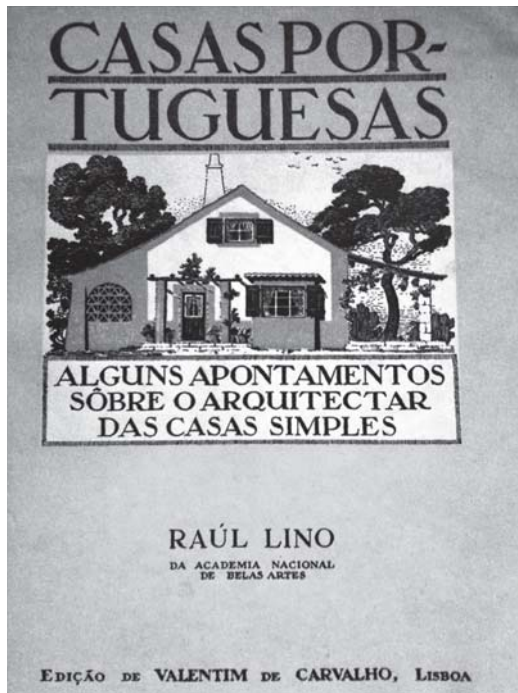
Como é possível observar, multiplicam-se os agentes envolvidos na definição do espaço rural, onde o técnico projetista, que raramente é arquiteto, acaba por ter um papel mínimo na estruturação do território, resumindo-se muitas vezes o seu campo de ação à morfologia do edificado e à sua inserção no lote, ou nem isso (no caso das legalizações de obras já executadas), sempre dentro das condicionantes existentes, quer sejam imposições legais, exigências do requerente ou outros fatores externos. A dissipar ainda mais a influência dos projetistas na obra final, estão os modos em que funcionam os processos de licenciamento e construção. Sem pôr em causa a qualidade artística das soluções, muitas delas duvidosas, surgem problemas técnicos relacionados com a falta de coerência e rigor entre os projetos de arquitetura e os projetos de especialidades submetidos, que os municípios tem dificuldades em detetar.²² Por outro lado, a ausência bastante frequente de projeto de execução e acompanhamento técnico da obra encarrega as decisões da construção ao proprietário e ao empreiteiro, que constroem muitas vezes com base na leitura das peças desenhadas para os processos de licenciamento (à escala 1-100), recorrendo, na ausência de pormenorização, a soluções genéricas do conhecimento empírico adquirido noutras obras semelhantes.²³

Estamos efetivamente perante um espaço construído essencialmente por não-arquitetos, o que nos remete para uma série de estudos científicos sobre este tipo de arquitetura à margem da cultura arquitetónica, que têm sido desenvolvidos essencialmente ao longo do último século. Esses estudos serão abordados no subcapítulo seguinte, para que se possa perceber o estado da arte de onde parte o estudo do lugar, que será continuado com mais proximidade no capítulo 2

21. JORDÃO, Joaquim - *A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM*, Publicação associada ao Seminário “A Ocupação Dispersa no quadro dos PROT e dos PDM”, realizado na Universidade de Évora em 12 de Novembro de 2009, no âmbito do Projecto “Custos e benefícios, à escala local, de uma ocupação dispersa” p. 113 114

22. Segundo informação da arq. Gisela Paredes, GPPDE do município de Ponte da Barca

23. Conhecimento pessoal, adquirido através do acompanhamento de obras no local



27. Capa da 3ª Edição (1943) do livro "Casas Portuguesas" de Raul Lino



28. Interior de habitação em Castelo Branco. Fotografia do inquérito à arquitetura popular, 1956

1.6 ARQUITETURA SEM ARQUITETOS

Como vimos no capítulo anterior, a arquitetura que se produz no vale do Lima manifesta-se sobretudo à margem da disciplina da arquitetura. É por isso inevitável, ao falar da construção contemporânea deste território, considerar que estamos perante um volume significativo de arquitetura sem arquitetos. A integração das manifestações de arquitetura sem arquitetos no estudo científico da arquitetura está longe de ser uma novidade. As atenções para a arquitetura popular desenvolveram-se essencialmente durante o século XX. Numa primeira fase, entendia-se uma clara barreira entre a “arquitetura sem arquiteto” e a arquitetura erudita, de arquiteto. Entretanto, com a evolução das premissas da disciplina da arquitetura, a barreira foi-se diluindo e o termo “popular” foi-se enraizando no discurso científico, passando a englobar cada vez mais categorias e tipologias de construção.

Nos anos 30, Lúcio Costa reclamava no seu artigo “*Documentação Necessária*” que se deveriam voltar as atenções para as construções do “*mestre de obras portuguesa*”, anotando que, em Portugal, a arquitetura vernácula seria de maior interesse que a chamada erudita.²⁴ Para Lúcio Costa, “*é nas suas aldeias, no aspeto viril das suas construções rurais, a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí [nas construções rurais], à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de ‘make-up’, uma saúde plástica perfeita.*”²⁵

Em Portugal, as atenções para a arquitetura popular surgem, numa primeira fase, para suportar o regionalismo pitoresco, com o livro “*Casas Portuguesas*” de Raúl Lino, publicado em 1933, a servir como principal referencia para o debate do regionalismo da arquitetura. A obra de Raúl Lino contribuiu para a ideia suportada pelo movimento da Casa Portuguesa do Estado Novo de que “*o que é popular é bonito*” e “*o que é popular é nacional*”.²⁶

Fernando Távora, paralelamente à ideia que Lúcio Costa, apontava para a necessidade de um estudo da arquitetura popular, defendendo que “*a casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.*”²⁷

Em 1995 avança o “*Inquérito à Arquitectura Regional em Portugal*”, no qual Fernando Távora fica responsável pela coordenação dos trabalhos na zona do Minho. O trabalho de campo realizou-se essencialmente no final de 1955 e em 1956 e a compilação dos resultados só viria a ser publicada mais tarde, em 1961, no livro intitulado “*Arquitectura Popular em Portugal*”.²⁸

24. COSTA, Lúcio, 1937, *Documentação Necessária*, In: *RPHAN* 1, pp. 31-40

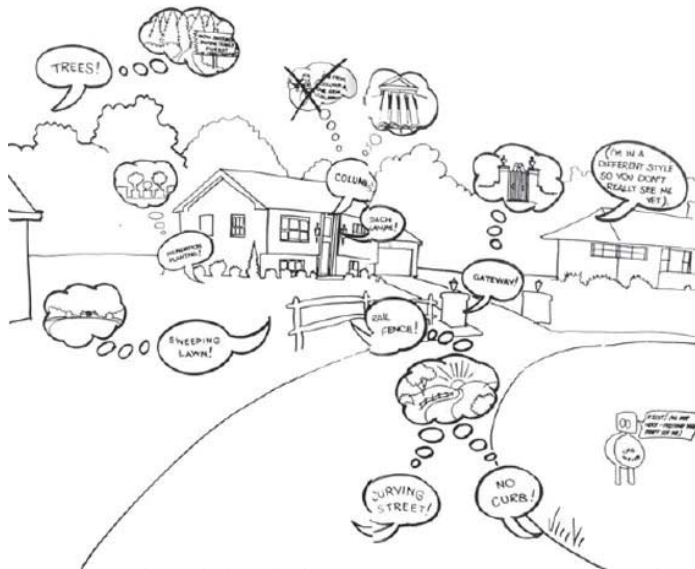
25. COSTA, Lúcio, *Op. Cit.*, p. 457.

26. LEAL, João, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2009, p. 20.

27. TÁVORA, Fernando, 1947, *O Problema da Casa Portuguesa*, In: TRIGUEIROS, L. (ed.), 1993, *Fernando Távora*, Lisboa: Blau, p. 13.

28. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: SNA, 1961.

1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima



29. Precedentes dos símbolos suburbanos (Learning From Levittown). Desenho publicado em *Learning From Las Vegas*.



30. Fotograma do programa televisivo *Arquitecturas sem Arquitectos* (1992 a 1996), Manuel Graça Dias



31. Fotografia do cartaz da conferência/performance "Casas Kitadas" de Álvaro Domingues, realizada do Teatro do Campo Alegre, Porto, 2010

Seguiram-se os anos de maior evolução e metamorfose do território nacional, devido à industrialização tardia portuguesa, aos movimentos migratórios, ao êxodo rural e às transferências culturais que daí resultaram. A população rural enriqueceu, quer económica quer culturalmente, refletindo essas mudanças na produção arquitetónica. As políticas urbanas não tinham a solidez necessária para dar uma resposta controlada à procura de habitação das décadas posteriores ao inquérito, surgindo uma infinidade de construções à margem da disciplina de arquitetura e do controle urbanístico, que alteraram significativamente a paisagem em que hoje vivemos.

Do outro lado do oceano, chegava-nos em 1971, o *“Learning from Las Vegas”* de Robert Venturi, que se tornou numa obra provocatória e incontornável, onde se fazia uma chamada de atenção para as manifestações da arquitetura do quotidiano, à margem dos heroísmos arquitetónicos. Segundo Venturi, *“os arquitetos perderam o costume de contemplar sem espírito de crítica o ambiente. A arquitetura moderna tem sido tudo menos tolerante. Os arquitetos preferem mudar o meio ambiente a revalorizá-lo. Mas não é nenhuma novidade inspirarmo-nos no vulgar, a arte culta provem muitas vezes da arte popular. Se olharmos para trás, para a história e tradição para avançar, também podemos olhar para baixo para subir.”*²⁹

A estranha franqueza com que Robert Venturi trata os temas “malditos” da arquitetura abre caminho para a inclusão de novos tipos de construções sem arquiteto nas discussões da cultura arquitetónica Portuguesa. No nosso país, os ensinamentos de Venturi encontram paralelo no trabalho de Manuel Graça Dias, que volta a atenção para as arquiteturas sem arquitetos, evidente num trabalho sobre as obras clandestinas que surgiram na cintura de Lisboa, resultantes de um movimento das populações do interior rumo à cidade. O estudo destas construções foi difundido num programa televisivo da autoria do próprio Graça Dias, intitulado *Arquitecturas sem Arquitectos*.³⁰ Estava assim ultrapassada a ideia de “bom gosto” e do “erudito” enquanto filtros para o estudo da arquitetura. Neste contexto, a disciplina da arquitetura passa a estudar as formas emergentes de um modo muito mais livre e aberto, independentemente da origem ou valor estético das obras. Como exemplo, surge em 1994 uma investigação conjunta entre a francesa Roselyne de Villanova e as portuguesas Carolina Leite e Isabel Raposo, que retrata o fenómeno da casa do emigrante, com o livro *Casas de Sonho*³¹. O estudo aborda, sob um olhar simultaneamente arquitetónico e antropológico, as formas marginais ou menos eruditas da arquitetura resultante do fenómeno da emigração portuguesa, que até então era deixado de lado da reflexão científica.

Desde então, várias publicações e estudos têm recaído sobre as manifestações arquitetónicas à margem da disciplina erudita, desde as casas de Francisco Farinhas³², retratadas por Domingos Tavares e as construções da *Rua da Estrada*³³, que Álvaro Domingues identifica.

A cultura arquitetónica tem vindo a valorizar o vulgar, o quotidiano e o comum, numa mudança de paradigma que Távora já identificava nos anos 60, na citação utilizada na abertura deste estudo .

29. Transcrição de citação de Robert Venturi feita por Manuel Graça Dias no programa de televisão “arquitecturas sem arquitectos” que esteve no ar entre 1992 e 1996.

30. Programa rtp, da autoria de Manuel Graça Dias - *Arquitecturas sem Arquitectos*, que esteve no ar entre 1992 e 1996.

31. Obra original em Francês: VILLANOVA, Roselyne de et al - *Maisons de rêve au Portugal*, França: CREAPHIS, 1994

32. TAVARES, Domingos - *Francisco Farinhas, Realismo moderno*. Porto: Dafne, 2008

33. DOMINGUES, Álvaro - *Rua da Estrada*. Porto: Dafne, 2009

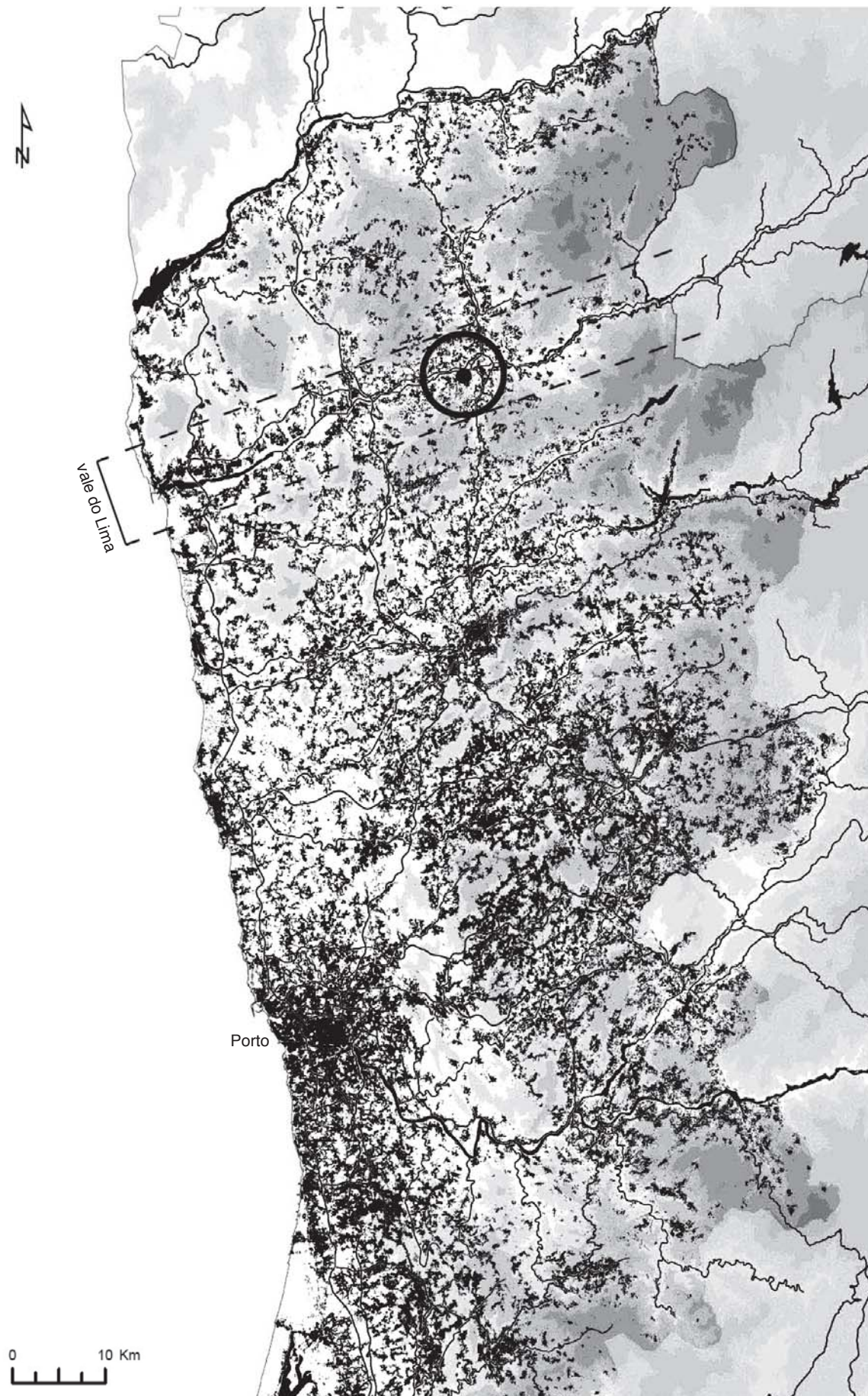
1. Cultura e Arquitetura no vale do Lima

“Durante anos eu pensei a Architectura como qualquer coisa de diferente, de especial, de sublime e extraterreno, qualquer coisa como uma intocável virgem branca (...). Rodaram os anos. (...) Acreditei então que a Architectura era sobretudo um acontecimento como tantos outros que preenchem a vida dos homens e, como todos eles, sujeita às contingências que a mesma vida implica. E a intocável virgem branca tornou-se para mim numa manifestação da vida. (...) E o mito desfez-se.”³⁴

Desfeitos os preconceitos que excluíam o vulgar no estudo científico, veremos adiante como se transformou, nas últimas 5 décadas, um lugar comum, construído com arquiteturas vulgares, promovidas sobretudo por quem lá tem habitado ou por quem lá encontra motivos para construir, onde raramente os projetos, quando os houve, tiveram assinaturas de arquitetos.

34. TÁVORA, Fernando, 1964, “Escola Primária do Cedro”, In: *Arquitetura* 85 (1964), p. 175.

2. Bravães: um caso de estudo



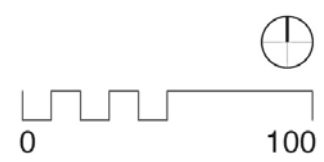
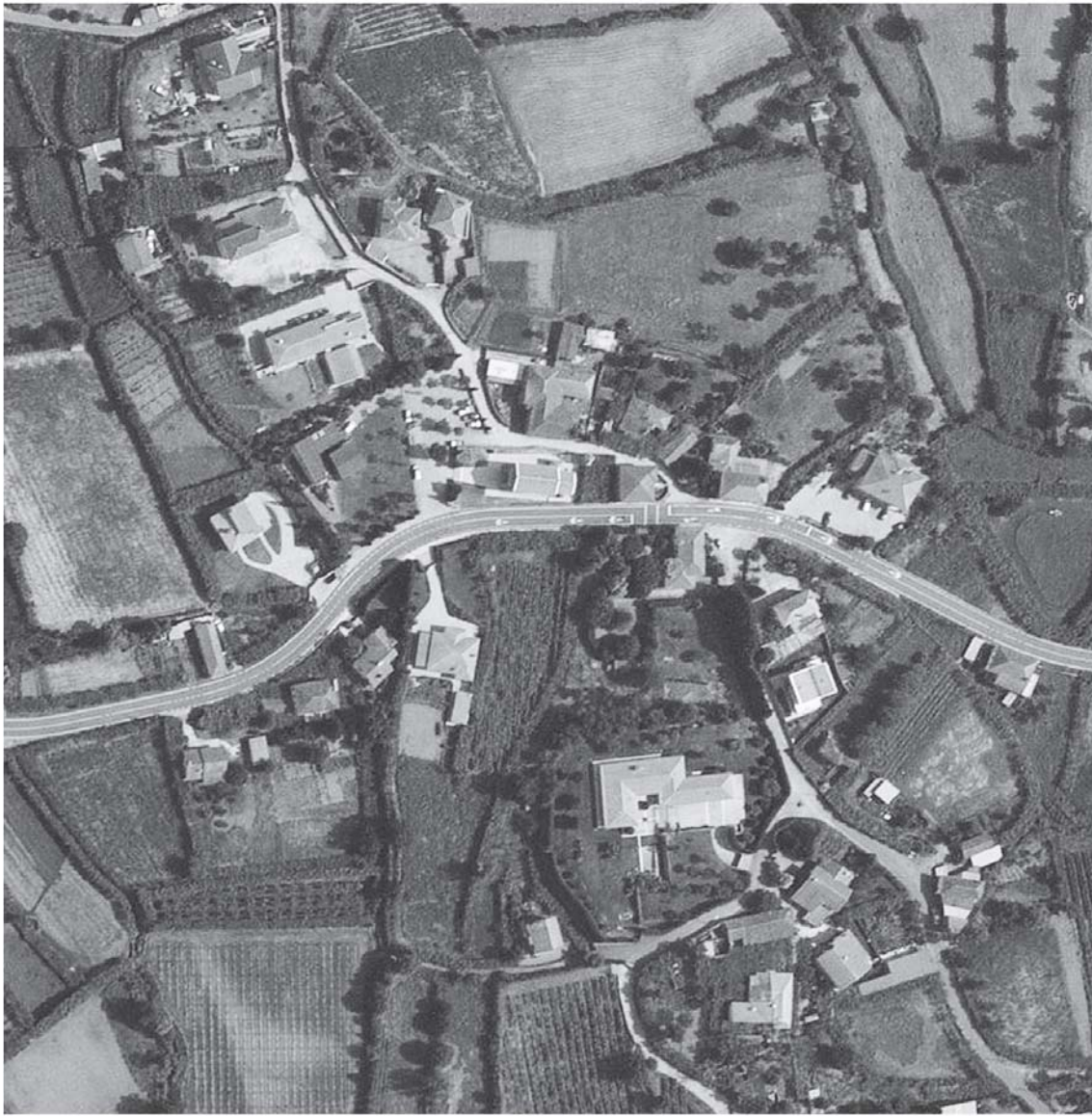
32. Planta de contiguidade edificada do NO português, com a localização de Bravães

2. BRAVÃES: UM CASO DE ESTUDO



33. Vista do alto da freguesia, a Sudeste do lugar de estudo (assinalado com cor).

2. Bravães: um caso de estudo



34. Ortofotomapa com a delimitação do caso de estudo.

NOTA INTRODUTÓRIA

O objetivo do estudo deste caso é, sobretudo, perceber de que forma é que as transformações da cultura do lugar, da cultura construtiva e da cultura dos próprios autores dos projetos influenciam o modo como se tem vindo a conceber e a ocupar a arquitetura em Bravães. No sentido inverso, procurar-se-á perceber de que modo é que a própria arquitetura transforma a cultura do lugar.

Dado o objetivo do estudo, é fundamental trabalhar sobre uma área delimitada, para que se possa atingir mais profundidade e objetividade, que não foi possível na primeira parte desta dissertação. No entanto, a delimitação da área de estudo é feita de modo a conter em si elementos representativos da complexidade do território, podendo o estudo gerar conclusões válidas noutros contextos semelhantes. O centro de Bravães, como se viu, sintetiza algumas das características mais comuns dos aglomerados rurais, o que o torna num caso pertinente. Mesmo assim, após este processo de *zooming* sobre o território, há muitos aspetos do lugar que não cabem no estudo e é por isso necessário fazer, dentro da área delimitada, a escolha de quatro casos concretos que sintetizem as características fundamentais do lugar: o espaço público, uma casa construída sem projeto, uma casa projetada por um desenhador e outra por um arquiteto.

A estrutura do estudo que se segue é dividida em três subcapítulos. O primeiro, 2.1, é relativo à contextualização do lugar. Procura-se sobretudo dar nota daquilo que é fundamental para a perceção do lugar, antes de qualquer estudo de casos específicos. No segundo subcapítulo, 2.2, será analisada a forma como o lugar ganhou forma nas últimas 5 décadas. Para isso, haverá uma subdivisão nos quatro casos particulares que referi. Por último, no subcapítulo 2.3, será feita a sobreposição dos vários casos particulares estudados, de modo a perceber como é que o lugar, no seu todo, foi ganhando forma. Será pertinente também perceber de que modo é que os vários casos se relacionam entre si e contribuem para a definição da cultura atual do lugar.

2. Bravães: um caso de estudo



35. Planta do caso de estudo, produzida pelo autor através da compilação de vários documentos e medição no local.

2. Bravães: um caso de estudo



36. Fotografia a partir de Cendufe (Arcos de Valdevez) voltada a Sudeste, mostra a relação entre o lugar de estudo e o centro urbano de Ponte da Barca, a montante.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR

A vida no centro de Bravães mudou significativamente nos últimos 50 anos. Importa destacar sobretudo a diminuição da importância das atividades internas da freguesia, face à atratividade de outras centralidades. Procuro dar nota dessa realidade através de um testemunho pessoal que relata os meus deslocamentos diários. O facto de estar inserido nesta comunidade permite-me contribuir através de um processo de *autoetnografia*³⁵, que tem sido, e será, fundamental no decorrer deste estudo.

“Moro num lugar comum, numa casa comum desenhada por um técnico comum no início dos anos 90, quando ainda era comum construir. A minha casa ergueu-se num antigo terreno agrícola, numa das frações que resultaram das partilhas da quinta dos meus avós. Todos os dias úteis pego no carro e saio de casa, rumo ao meu local de trabalho. A chave já está no carro. Nunca o fecho à noite porque conheço os vizinhos todos e não são gente de roubar. O portão do terreiro, que também é raro estar fechado, dá para um caminho de servidão pavimentado que me liga à rede de estradas do município. Continuo na estrada municipal, rasgada em 1975³⁶ sobre um antigo caminho agrícola para carros de bois que, depois de alargado e pavimentado, tem servido essencialmente para carros de gente. São só 300 metros até chegar ao cruzamento com a estrada Nacional 203, onde em 2010 puseram um espelho redondo e uns semáforos, por segurança. Percorridos 3km de curva e contracurva na estrada Nacional, chego ao campo da feira, o primeiro sinal de que estou a entrar na vila. Até lá, poucos são os elementos de referência no meu caminho, entre pinheiros, socalcos agrícolas e casas vulgares, umas junto à estrada, outras ao longe, por entre campos e montes. Chego ao local de estacionamento habitual 10 minutos mais cedo, para não ser obrigado a estacionar em cima do passeio, por falta de lugares. Há muitos lugares vagos nas entradas da vila, mas eu gosto de deixar o carro à porta do trabalho, para poupar tempo. Ao meio dia volto a pegar no carro para ir almoçar a casa, com o meu pai, que trabalha em casa, num alpendre que construiu nas traseiras. Volto ao trabalho no fim de almoço, de carro. Ao fim do dia pego no carro e vou buscar a minha prima ao infantário, que fica a uns 400 metros do meu local de trabalho, mas é mais fácil ir de carro, para não ter de andar para trás e para a frente a pé. Estaciono mesmo em frente, em segunda fila, com os quatro piscas ligados, porque é uma paragem rápida. Daí sigo em direção a casa, de onde só saio, geralmente, para mais um dia comum.”³⁷

35. Há várias variantes da etnografia, defendidos por diferentes autores. Interessa sobretudo reter o termo na sua essência. O sentido da palavra autoetnografia explica o conceito: auto (por si mesmo) – etno (etnia, questões culturais) – grafia (registos).

36. Informação obtida no arquivo municipal de Ponte da Barca

37. Testemunho pessoal

2. Bravães: um caso de estudo



37. Vista de pássaro sobre o lugar de estudo. Visto de Sul para Norte. Fotografia do autor (drone)



38. O pórtico da igreja de Bravães, reinterpretado como símbolo sobre vários suportes.

O centro cívico de Bravães é um lugar comum. Surge ao longo da estrada Nacional 203 que liga Ponte da Barca a Ponte de Lima, 3km a jusante do centro urbano de Ponte da Barca. Não fosse pela igreja românica do séc. XII, mesmo junto à estrada, ou pelos semáforos de controlo de velocidade, dificilmente um automobilista forasteiro encontraria motivos para aqui parar. Entenda-se que nem os semáforos nem o património românico do vale do Lima são uma exclusividade deste lugar³⁸, o que acaba por confirmar a sua vulgaridade. Em suma, este lugar e as construções que aqui foram surgindo poderiam estar em qualquer outro lugar do vale do Lima. O território deste núcleo divide-se com base nas propriedades agrícolas, com ou sem casas, que vão formando no território uma manta de retalhos em tons verdes, de larga escala, geralmente contornadas por vedações ou por ramadas de videira.

A igreja, monumento nacional, com o pórtico voltado a poente, surge em posição paralela à estrada Nacional, desviada pouco mais de 3 metros da faixa de rodagem. O templo atual seria parte de um desaparecido mosteiro, inicialmente pertencente à ordem Beneditina.³⁹ Devido a esse facto, a toponímia do lugar da igreja e zona próxima envolvente continua a ser “lugar do mosteiro” e os habitantes locais continuam a chamar mosteiro à igreja, o que inconscientemente acaba por refletir a dimensão e a importância que os locais atribuem ao edifício. A igreja é um elemento fundamental no contexto cultural da comunidade, não só pelo valor arquitetónico inquestionável mas, principalmente, por ser um símbolo com um grande valor sociocultural, que representa um sentimento de identidade comum dos moradores. O “mosteiro”, como lhe chamam, surge referenciado em canções populares, no brasão da freguesia, nas carrinhas da junta, em postais turísticos, como cenário de fundo para a capa do CD do rancho folclórico, do cartaz de divulgação do grupo de bombos, enfim, é indiscutivelmente um símbolo de identidade e de orgulho comum a todos os habitantes de Bravães. Nesse sentido, o objeto arquitetónico representa o centro deste aglomerado, quer sob o ponto de vista físico quer do imaginário cultural dos moradores.

A menos de 100 metros da igreja é possível encontrar a maioria dos equipamentos públicos da freguesia. A poente está o edifício que a população chama de “centro cívico”, talvez por resultar de um projeto de requalificação do espaço do centro cívico da freguesia. O edifício funciona como sede da junta e sede da associação cultural e desportiva. Entre a igreja e a sede existe uma área pública pavimentada, o largo, que é o local onde se realizam as festas e se estacionam os carros para a missa. A Norte, a escola primária, que fechou em 2012, serve agora de local de ensaios para o rancho folclórico e grupo de bombos. Uns escassos metros para nascente, seguindo a estrada Nacional, encontramos a casa paroquial, um edifício de dois pisos, um para a catequese e outro adaptado em 2011 para cursos de formação profissional ligados ao IIEFP e à Segurança Social. Ainda na continuação da estrada, surge o único café/mercearia que sobreviveu até 2014, numa zona que até teria uma considerável atividade comercial, chegando ao fim do século XX ainda com 4 edifícios comerciais nas proximidades da igreja.

38. Segundo o site Portugal Românico, existem 11 templos de origem românica no vale do Lima. Localizam-se em Nogueira, Correlhã, Arcozelo, Ribeira, Távora, Monte Redondo, Sabadim, Crasto, Vila Nova de Muia e Ermelo. No mosteiro de Refoios, aquando das intervenções do arquiteto Fernando Távora, também se descobriram sinais de que o templo terá origens românicas.

39. Segundo informação do SIPA (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2175)

2. Bravães: um caso de estudo

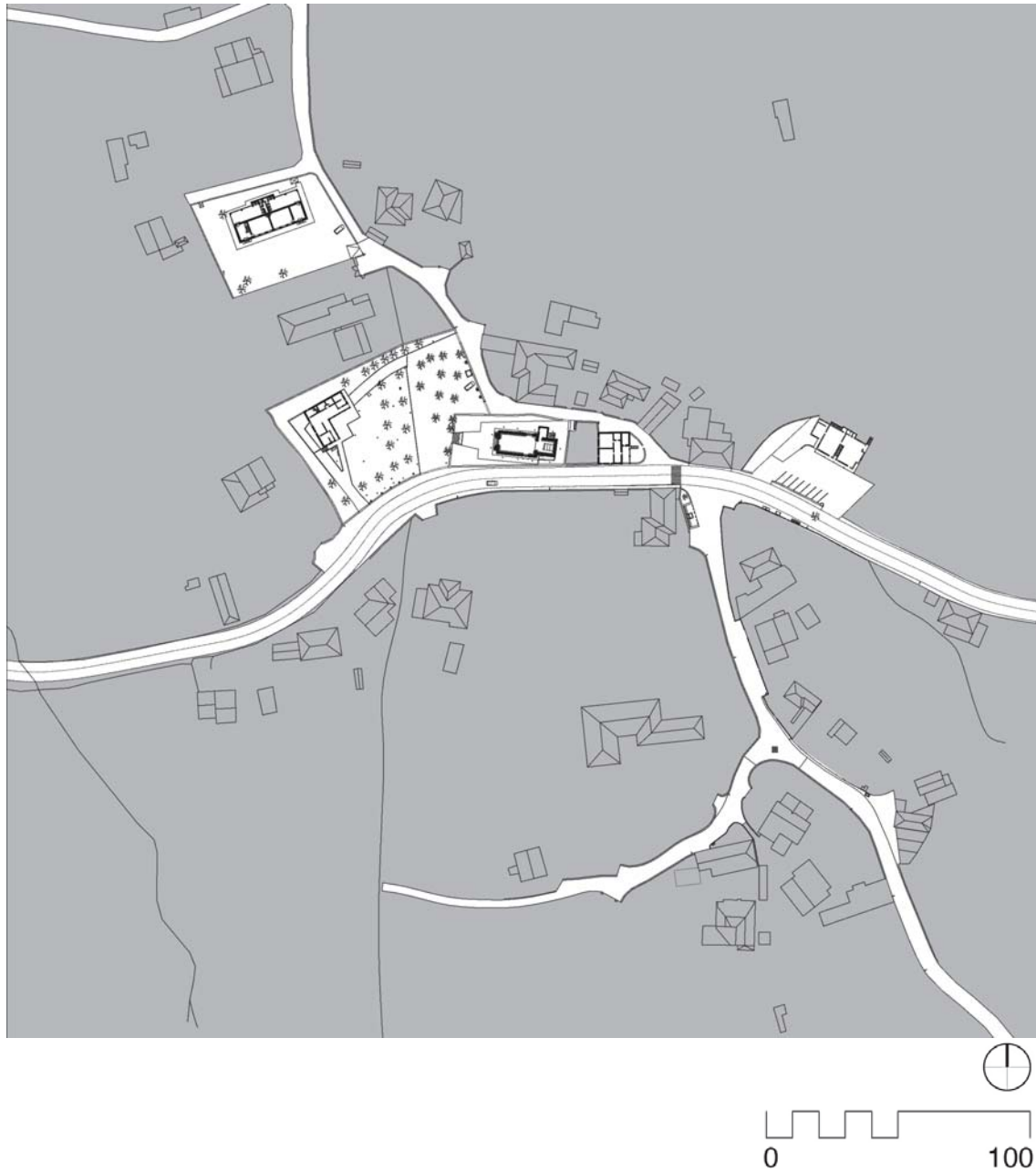
As casas unifamiliares, geralmente de 1 a 3 pisos, que vão surgindo à medida que se percorre a estrada Nacional 203, surgem mais concentradas nesta zona central do povoamento. Umam voltam-se para a estrada, com vedação e jardim a anteceder a entrada, outras chegam mesmo à estrada, deixando apenas espaço para uma berma ou para passeio pedonal. A maioria das casas do lugar implantam-se afastadas do movimento da estrada Nacional, acessíveis por estradas secundárias. Regra geral, todas as casas têm o seu espaço exterior, geralmente com uma pequena produção agrícola para autoconsumo. As estradas, ou ruas, são definidas sobretudo por elementos de vedação, por desníveis do terreno ou por variação de pavimentos, sendo raros os pontos em que a via pública se delimita por edifícios.

Esteticamente, como no resto do vale, as casas estão longe de apresentar homogeneidade. Sem juízos de valor sobre a estética das casas, longe irão os tempos em que as construções faziam jus à quadra popular de uma música tradicional de Ponte da Barca, que descrevia as casas das aldeias como “casinhas brancas voltadas para o rio Lima”.⁴⁰ Hoje as casas apresentam-se nas mais variadas formas e cores, sinais de um povo com culturas heterogéneas, que tanto vê a casa como um mero abrigo, como a considera um objeto de adorno e símbolo do seu habitante.

Como é possível verificar após esta contextualização, a cultura e o espaço deste lugar sofreram profundas alterações no último meio século. É difícil perceber exatamente como é que essas transformações se materializaram, porque a vulgaridade destes territórios não tem suscitado grande interesse científico. O subcapítulo que adiante se apresenta procura ultrapassar essa dificuldade, fazendo uma descrição minuciosa das transformações preponderantes para a leitura do lugar atual.

40. “Oh Ponte da Barca, oh ponte.
Oh terras de lá de cima.
Com suas casinhas brancas
Voltadas prò rio Lima.”
(Autor desconhecido)

2. Bravães: um caso de estudo



39. Localização na área de estudo.

2.2 COMUTAÇÃO CULTURA-ARQUITETURA EM BRAVÃES

2.2.1 ESPAÇO PÚBLICO



40. Largo, igreja e estrada nacional.

2. Bravães: um caso de estudo



41. Vista de pássaro sobre o espaço público atual, sinalizado pela cor.

NOTA INTRODUTÓRIA

Falar da construção deste lugar, onde a própria igreja românica é testemunha de 19 séculos de transformações, remete-nos para um arco temporal impossível de explorar com detalhe. Para compreendermos as metamorfoses de desruralização do território será pertinente recuar a 1960, ano em que o lugar passou a ser servido pela rede elétrica.⁴¹

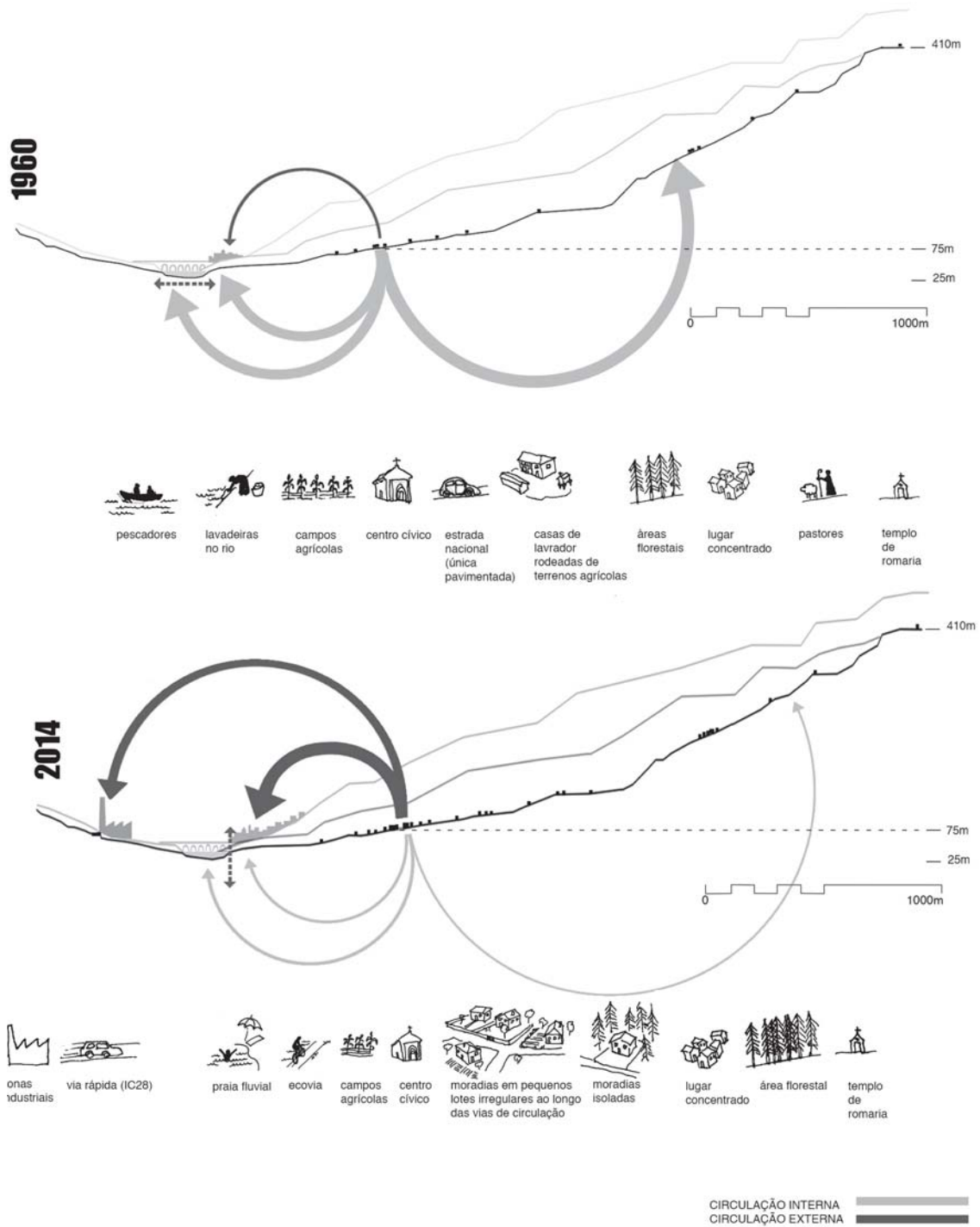
O estudo do espaço público será dividido em três tópicos. O primeiro tópico procura fazer um retrato cultural do território nos anos 60, o início do período estudado. Obviamente que o contexto cultural do lugar entretanto se altera. Por esse motivo, o tópico seguinte, que relata a conceção e organização do espaço até à atualidade, também faz uma atualização da cultura do lugar.

O segundo tópico, sobre a conceção e ocupação, é o mais extenso. Procura reunir todas as transformações que foram ocorrendo no espaço público, fazendo um relato histórico que vai sobretudo dar conta dos principais atores que estiveram envolvidos nas transformações espaciais e na forma como elas se materializaram e foram sendo ocupadas.

O último tópico procura analisar o desempenho atual do espaço público, embora só o faça parcialmente, por se concluir que essa análise depende dos espaços privados, o que torna indispensável o estudo das casas que se seguirá.

41. Na lista de intervenções na igreja do SIPA, relata-se a instalação elétrica em 1960. No arquivo municipal não foi possível encontrar referência à instalação da rede elétrica no lugar, mas os habitantes mais velhos afirmam que a igreja terá sido um dos primeiros edifícios a ser servido pela rede.
(http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2175)

2. Bravães: um caso de estudo



42. Evolução do lugar entre 1960 e a atualidade. Desenho do autor, referenciado no desenho "valley section" de Patrick Geddes (1854-1932).

A) CONTEXTO CULTURAL

Segundo relatos dos locais, em 1960 a área de estudo seria uma área muito desenvolvida e comercialmente ativa, quando comparada com os outros centros dos meios rurais, com várias vendas e uma série de pequenas oficinas de artesãos, entre os quais sapateiros, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, moleiros e cesteiros. As ligações familiares a essas atividades económicas desaparecidas ainda ecoam em algumas das alcunhas informais dos habitantes, onde há, por exemplo, pessoas conhecidas por “Céu Sapateira”, “Zé Ferreiro”, “Lurdes Moleira”.

As vendas, ou mercearias, eram locais muito importantes para a organização do território. O correio da freguesia, por exemplo, era entregue nas vendas e depois levantado pelos destinatários, que ali faziam compras, uma vez que nesta altura ainda não estavam vulgarizadas as caixas do correio particulares. Os primeiros telefones e televisões seriam mais tarde instalados nestes estabelecimentos, o que reforçaria a sua importância no lugar, por constituírem o principal ponto de ligação entre a comunidade e o resto do mundo.⁴²

A localização mais comum dos estabelecimentos comerciais, quer em Bravães quer um pouco por todo o concelho, era junto à estrada mais movimentada. Neste caso, seria a estrada Nacional 203, já pavimentada com alcatrão, mas onde circulavam muito poucos carros. Em 1960, segundo contam os moradores mais velhos de Bravães, existiriam 2 carros em toda a freguesia: o carro do padre e o carro de um emigrante recém-chegado dos Estados Unidos que, segundo conta o povo, teve de dormir umas noites no carro para que não lho roubassem, enquanto alargava o portão da quinta, onde o automóvel não cabia. As pessoas circulavam maioritariamente a pé, entre a habitação e os espaços agrícolas que exploravam. O dia-a-dia da maioria da população até aos anos 60 era de trabalho de lavoura constante.

“Nos anos 60 o meu avô, que morava neste lugar, saía de casa mal o sol tinha nascido. Não tinha carro. De enxada às costas, fazia-se ao caminho para o campo que tinham junto ao rio, onde o milho se dava melhor. Com ele ia geralmente a mulher e qualquer coisa para comer e beber. Quase sempre por estreitos caminhos em terra batida, o percurso tinha como exceção a passagem pela estrada Nacional, onde diariamente deveriam passar meia dúzia de automóveis, de gente de fora. Regressavam a casa ao fim do dia, com um braçado de erva às costas para os animais que ficaram estabulados em casa. Paravam numa das vendas junto à estrada para levar uma ou outra coisa que faltasse em casa, ou levantar o correio que, na altura, ainda não se entregava de porta em porta.”⁴³

A mobilidade da população, que se baseava sobretudo na deslocação pedonal, é agora apoiada no automóvel, o que aproximou Bravães de outros lugares ao longo do vale, mas aumentou a dependência de pontes de ligação entre as duas margens. Na década de 60, ainda existia uma forte ligação entre as comunidades rurais de margens opostas, baseada numa travessia feita de barco,

42. Alberto Cerqueira, antigo presidente de junta, declara em entrevista “Não tínhamos telefone nem televisão em casa. Só se telefonava ou via televisão nos cafés. Lembro-me de estar toda a gente no café da Miquinhas para ver o homem a chegar à Lua.”

43. Testemunho pessoal



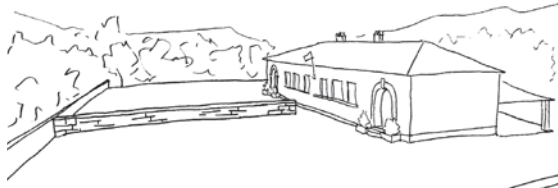
43. Evolução do espaço público em Bravães. Nolli map reconstruído pelo autor a partir de uma planta da DGEMN dos anos 60 e entrevistas locais.

graças à presença constante de pescadores no rio, que entretanto praticamente desapareceram. A ligação com o rio passou a ser sobretudo de lazer, reforçada recentemente pela criação da ecovia, uma ciclovia junto ao rio que fez aumentar exponencialmente a prática do ciclismo de lazer, mas (ainda) não teve grandes efeitos no incentivo da bicicleta enquanto meio de transporte para as deslocamentos diários. É importante perceber que a população desta área de estudo, apesar de circular a pé, tinha uma área de circulação e atividade que excedia em muito os limites estabelecidos para a investigação. Uma casa na área de estudo, que é sensivelmente numa cota intermédia de Bravães, poderia ter propriedades à beira rio ou no alto da freguesia, ou mesmo noutras freguesias vizinhas. É certo que as pessoas circulavam maioritariamente a pé, mas isso não as impedia de uma vida que se baseava em constantes movimentações.

A principal produção agrícola seria até então o milho, que tanto era sinónimo de alimento para os animais, como garantia de pão na mesa. Em Bravães, uma zona de fundo de vale com abundância de terreno fértil, não haveria a necessidade de construir eiras comunitárias como as que se conhecem nos aglomerados de montanha como os casos de Lindoso e Soajo, o que levava a que a cultura do milho tivesse mais influência na configuração do território e nas construções privadas, do que propriamente na construção de espaço público ou comunitário. Cada casa teria normalmente o seu espigueiro e a sua eira, onde se malhava o milho.

O espaço público da área de estudo, em 1960, resumia-se à igreja e o seu adro, à estrada nacional, a alguns caminhos públicos intransitáveis de automóvel, à casa paroquial e à escola primária. Nesta época, a vivência no espaço exterior era constante devido às atividades agrícolas, o que proporcionava encontros entre a comunidade. Os encontros eram esporádicos e ocorriam nas vendas, nos fontenários, nos tanques e poças de água para regadio, nas próprias vias de regadio, ao longo das quais se formava uma rede de caminhos de pé muito percorrida ou mesmo nos terrenos agrícolas privados, dada a ocupação exterior constante. É neste contexto cultural que se parte para o estudo da evolução do espaço público que se apresenta no tópico seguinte.

2. Bravães: um caso de estudo



Possível configuração original, dos anos 40

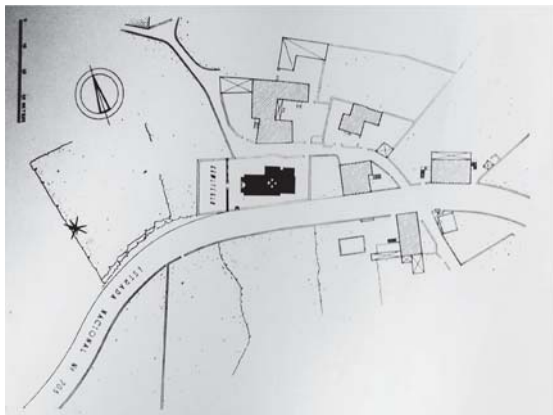


Ampliação em 1963
Demolição de muro de separação nos anos 70

44. Evolução da escola primária.
Reconstituição do autor.



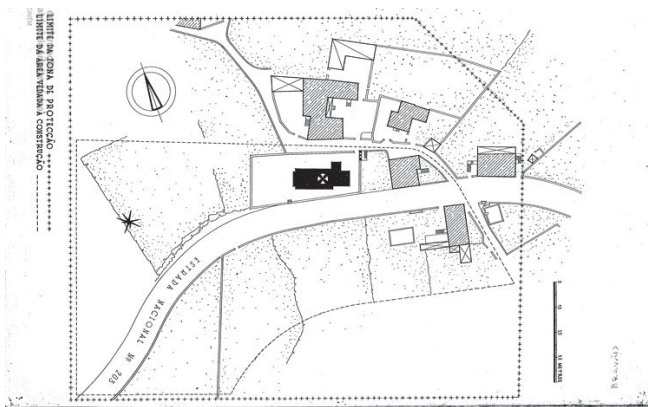
45. Escola primária em 2014



46. Igreja com cemitério. Planta dos anos 30, cedida pela junta de freguesia.



47. Postal da década de 70.



48. Igreja sem cemitério. Planta não datada da base de dados SIPA, que deverá corresponder à proposta de requalificação dos anos 30. No entanto, as obras de integração do espaço do cemitério no adro só se realizaram nos anos 70.



49. O mesmo enquadramento em 2013.

B) CONCEPÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Escola primária

As várias tentativas de encontrar informação relativa à construção e posterior ampliação da escola no arquivo municipal não deram frutos. A placa na parede da escola é relativa às obras de ampliação de 1963, mas tudo indica que a escola será da primeira fase de escolas do plano dos centenários, provavelmente do final dos anos 40. A escola segue o projeto tipo de Rogério de Azevedo (1898-1983) para a região do granito do Norte, com duas salas gémeas. O aumento dos habitantes da freguesia entre 1930 e 1950, que passaram de 703 para 870⁴⁴, justificou a necessidade de ampliação de duas para três salas.

A escola manteve-se separada por sexos até ao fim do Estado Novo, em 1974. O muro de separação que existia no espaço de recreio foi imediatamente demolido pela comunidade após o 25 de Abril, por ser o espaço ideal para jogar futebol, fundamental na vida dos jovens rapazes do lugar.⁴⁵

A escola primária funcionou desde sempre como um edifício ao serviço da comunidade onde, para além do ensino, se instalavam as mesas de voto e realizavam as reuniões da assembleia de freguesia.

Adro da igreja/ antigo cemitério

A primeira obra de transformação de espaço público de relevância é o aumento do adro da igreja, com a inclusão do espaço do antigo cemitério, em 1973, pela direção geral dos edifícios e monumentos nacionais⁴⁶. Classificada desde 1910, a igreja sofreu fortes alterações nos anos 30, já a cargo da DGEMN, em que se trasladaram as sepulturas do cemitério em frente ao pórtico para um novo cemitério, fora do lugar de estudo.⁴⁷ Embora as sepulturas tenham sido trasladadas em 1938⁴⁸ para um novo cemitério mais afastado, os muros e o gradeamento que cercavam o antigo cemitério permaneceram em pé até 1973⁴⁹. Com a escola primária a 100 metros, (na altura ainda com o muro de separação no terreiro) este pequeno espaço vazio, rodeado por quatro muros de granito e gradeamento em ferro, era um local de eleição para os jogos de futebol entre os rapazes da terra.

Primeira estrada secundária/ transladação de fontenário

Em 1972 realiza-se o projeto para uma nova estrada que atravessava o lugar (E.M. 1329), a primeira estrada secundária a ser pavimentada em Bravães. Fazia-se sentir algum crescimento económico, derivado em parte pelo retorno de emigrantes, começando a ser construídas uma série de casas em terrenos agrícolas, cujos acessos se resumiam a estreitos caminhos de terra batida ou pavimentos rudimentares em pedra. As transformações culturais que se viviam na época tornavam a estrada

44. Segundos dados do INE

45. Segundo informação de um dos moradores

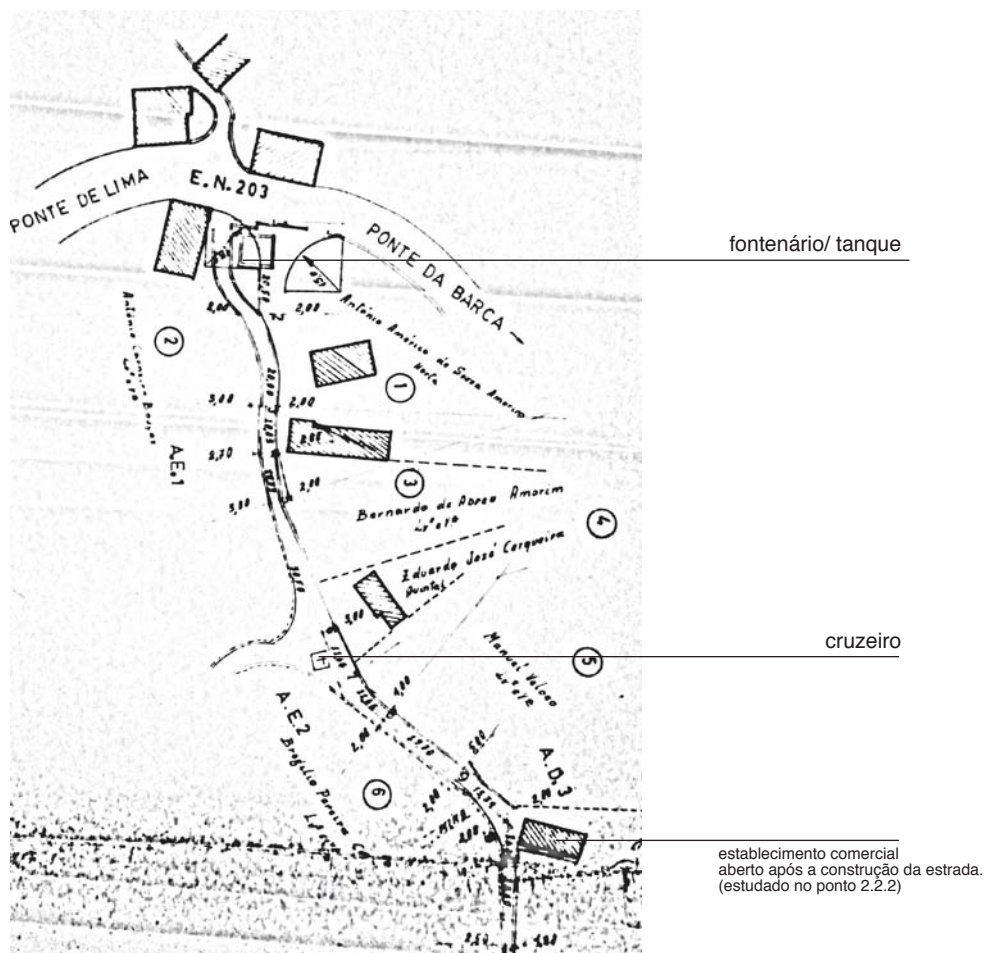
46. Informação do SIPA: (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2175)

47. Idem

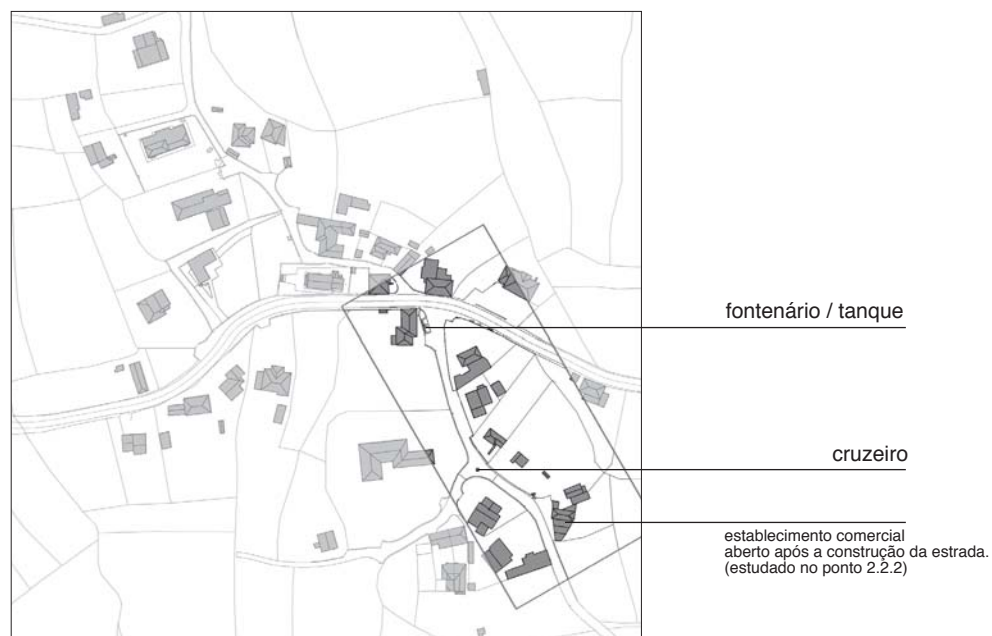
48. Idem

49. Idem

2. Bravães: um caso de estudo



50. Planta do arquivo municipal de Ponte da Barca, relativa ao projeto de pavimentação da E.M. 1329 (1972)



51. Respetiva localização da planta do projeto da E.M. 1329 na planta atual da área de estudo

numa necessidade cada vez mais evidente. Por volta de 1975 conclui-se a aguardada estrada de ligação ao alto de Bravães, a primeira de uma série de estradas secundárias que hoje servem a freguesia.⁵⁰

A abertura desta estrada teve repercussões imediatas na vida das pessoas, materializando-se, entre outras, na abertura de dois estabelecimentos comerciais no seu seguimento, que resultaram da adaptação de casa rurais, uma das quais estudada adiante. Os trabalhos para a construção desta estrada, no local onde existia um estreito caminho agrícola, acabaram por adaptar a topografia do terreno e recolocar algum mobiliário, como o fontenário e o cruzeiro, criando espaços completamente novos. O fontenário, que até então esteve voltado para a estrada Nacional, funcionando durante anos como uma espécie de estação de serviço para o viajante e o seu cavalo, perdeu a sua importância no apoio à estrada, mas continuou a ser fundamental para o abastecimento de água potável para o lugar, como comprova uma carta enviada pelo presidente da junta para a camara municipal em Setembro de 1986.

“Comunico a V.Ex^a que o lugar do Mosteiro, desta freguesia, encontra-se privado de água. O referido lugar é abastecido pelo fontenário existente junto à Estrada (...) Como a mesma abastece um lugar dos maiores da freguesia e causa os maiores transtornos à população, solicitamos a V.Ex^a se digne tomar as necessárias medidas para o reabastecimento da água do referido fontenário.

*Com os melhores cumprimentos
O presidente da Junta, Joaquim Pereira⁵¹*

A importância da fonte, enquanto infraestrutura urbana, ganha um novo significado ao recolocar-se junto à estrada secundária, visivelmente alargada, voltando-se agora para o cruzamento entre as duas principais vias, onde viriam a ser realizados muitos dos bailes e romarias que se seguiram. Em Bravães realizava-se um volume considerável de festividades. A falta de espaços públicos tratados em nada invalidava a realização destes eventos, que tinham lugar muitas vezes nas estradas, em campos agrícolas em pousio, terreiros privados ou até mesmo interiores de habitações.⁵² Praticamente todos os terrenos agrícolas em volta da igreja foram, pelo menos uma vez, palco de um evento público, fosse ele um baile, um torneio de malha ou uma corrida do galo⁵³. Os proprietários cediam os terrenos que estivessem de vago para a realização das festas da comunidade, colmatando assim a falta de espaços públicos tratados.

50. O projeto para a estrada municipal, consultado no arquivo municipal de Ponte da Barca, data de 1972. Os vários moradores entrevistados apontam para a possibilidade de se ter concluído em 1975, não sendo possível encontrar documentação que o comprove.

51. Carta enviada em 1986 pelo presidente da junta de Bravães ao presidente da camara municipal de Ponte da Barca, consultada no arquivo municipal de Ponte da Barca.

52. Segundo contam vários moradores entrevistados

53. Corrida do galo é o nome dado à festa de Carnaval, pelo facto de haver uma série de jogos tradicionais, entre os quais, uma corrida para apanhar um galo.

2. Bravães: um caso de estudo



52. Fontenário transladado em 1975. Existiu numa primeira fase um tanque maior. Entretanto terá sido removido em 2001, nas obras de reabilitação do centro cívico que se analisam adiante.



53. Procissão em Bravães, 1979. Fotografia cedida por um morador



54. Procissão em Bravães, percurso sobre planta atual (2014)

Arquitetura e ocupação efémera

No lugar do Mosteiro, o baile principal das várias festas religiosas que se realizavam anualmente ocupava, como já se referiu, o cruzamento entre a estrada nacional 203 e a estrada municipal que se abriu em 1975. Para além da procissão, que seguia um percurso dividido entre a estrada nacional e estrada municipal, os bailes ocupavam o espaço da estrada, voltadas para um palco montado provisoriamente em cima dum tanque de água que existia anexado ao fontenário, que mais tarde se viria a retirar.⁵⁴ A estrada, enquanto espaço amplo pavimentado, era um ótimo suporte para a realização das festas do lugar.

As festas eram, e ainda são, um momento excepcional de configuração do espaço público e têm relevância para o estudo da arquitetura destes meios porque fizeram surgir um repertório rico de arquitetura efémera, construída pela comunidade, que tinha o poder de transformar momentaneamente o espaço e atribuir-lhe um novo sentido. As arcadas, os palcos, as barracas de comes e bebes, as iluminações festivas e os tapetes de flores fazem parte de um conjunto de equipamentos que expressam com grande vigor a criatividade popular. Construída de madeira, de papel, de flores, esta arquitetura extrai motivos decorativos de um vocabulário de formas que se encontram sobre múltiplos suportes na decoração minhota: cruces, pombas, corações, chaves, flores, rosetas, estrelas, santos padroeiros. As procissões são igualmente expressão desta arquitetura, nos pálios, nos andores e nos próprios percursos, que sacralizam o território. A procissão religiosa segue ainda hoje o percurso que terá, certamente, séculos de existência a avaliar pela data gravada no cruzeiro, do século XV. Sai da igreja pelo pórtico principal, segue pela estrada nacional até ao cruzamento onde se realizava então o baile e continua pela estrada secundária até a um cruzeiro em granito, a cerca de 200 metros da igreja, onde inverte a marcha e volta ao local de partida.

Infraestruturas dos anos 80

O período entre 1950 e 1970 foi uma época de muita emigração⁵⁵, que resultou numa melhoria das condições económicas da população, tanto dos emigrantes, de forma direta, como dos locais, de forma indireta. Isto viria a resultar num aumento exponencial da construção privada, que atingiu o seu auge nas décadas de 80 e 90⁵⁶.

O número de automóveis cresceu significativamente nesta fase, embora os ciclomotores, popularmente designados por motorizadas, fossem o meio de transporte mais difundido, por serem economicamente mais acessíveis, por precisariam apenas uma licença da câmara municipal para serem conduzidas e, sobretudo, por serem um meio de transporte que conseguia circular pelos caminhos rurais, onde muitas vezes o automóvel ainda não passava. Numa perspetiva de crescimento contínuo, a prioridade da junta de freguesia e do município de Ponte da Barca neste período esteve centrada na necessidade de equipar a freguesia com acessos rodoviários, eletricidade, tele-

54. Segundo informa Alberto Cerqueira, antigo presidente da junta.

55. Segundo dados do INE

56. Idem

2. Bravães: um caso de estudo



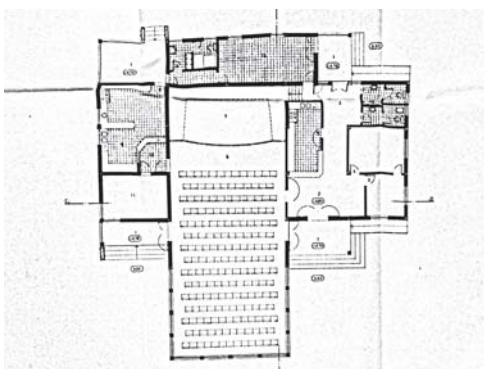
55. Possível configuração da casa paroquial no início dos anos 80, com base na descrição de alguns habitantes. Desenho do autor



56. Casa Paroquial com marcação do volume alterado nos anos 80.



57. Planta de implantação da sede de junta, projeto de 1993.



58. Planta do piso térreo do mesmo edifício



59. Alçado Sul (lado da estrada nacional)



60. Construção espontânea para cozinhar em dias de festas. Fotografia de 1993 cedida por ex presidente de junta. Vista de Nascente para Poente, do alto de um poste elétrico junto ao adro da igreja, que entretanto foi removido.

fone, água⁵⁷ e saneamento⁵⁸, num processo que viria a ser muito demorado. Só para que se tenha uma noção, apenas no mandato autárquico que terminou em 2013 se garantiu o acesso rodoviário a todas as casas de Bravães.⁵⁹

Casa Paroquial

A casa paroquial, que não era habitação desde os anos 60, altura em que o pároco se mudou para a paróquia vizinha (Lavradas), terá sofrido obras de requalificação nos anos 80. Até à adesão de Portugal à CEE e atribuição de algum poder financeiro às juntas de freguesia, a paróquia era o principal promotor das construções públicas. Durante os anos 80 a paróquia promoveu a reconstrução do interior da casa paroquial, em que se demoliu todas as compartimentações para criar dois pisos amplos com acessos autónomos, onde continuou a funcionar a catequese e se criaram condições para o desenvolvimento de atividades culturais.

Os anos 80 dos meios rurais resultaram numa intensa revolução cultural, que se traduziu numa série de equipamentos públicos, em que se inclui a casa paroquial. A espontaneidade e poder de mobilização da juventude fez nascer neste período uma equipa de futebol que adotou o nome de “Canários”, por ter recebido dum emigrante uns equipamentos amarelos. Este grupo de jovens impulsionou a construção de um campo de futebol equipado com balneários, que ainda hoje serve a freguesia, localizado a cerca de 600 metros da área de estudo.⁶⁰

Primeira sede da junta

Portugal vivia uma época otimista, marcada pela entrada para a CEE, oficializada em 1986. A 19 de Junho de 1986, o então secretário de estado da administração local e ordenamento do território oficializava o objetivo de realizar um plano para satisfazer as carências de sedes de junta de freguesia, na vigência do atual mandato autárquico.⁶¹ No seguimento desta medida avança o primeiro projeto para sede da junta, desenhado por uma equipa multidisciplinar de técnicos do município⁶², que nunca viria a ser concluído. O presidente da junta de então, Joaquim Pereira, faleceu sem completar o mandato e viveram-se períodos de alguma indefinição política na freguesia, sendo substituído provisoriamente por António Veloso Cerqueira, que integrava a assembleia de freguesia. A construção, que não passou das fundações, foi abandonada em definitivo com a mudança de presidente de Junta nas eleições de 1993.⁶³ Entretanto, o terreno adquirido para a construção, contíguo ao adro da igreja, não deixou de ser ocupado pela população. As festas passaram a realizar-se neste novo espaço, que foi ocupado inicialmente de forma espontânea, com uma pequena construção com materiais reutilizados, construída pela comunidade, que servia de cozinha em dias de festas.

57. O abastecimento de água foi inicialmente feito através de fontenários públicos. Só após a viragem do milénio é que se começou a instalação da rede pública canalizada, que serve atualmente a totalidade das habitações do lugar.

58. Por ter chegado depois da construção da maioria das habitações, a rede de recolha de águas residuais ainda serve um número muito reduzido de habitações. A maioria das habitações ainda utiliza fossas sépticas individuais.

59. Segundo informações da junta de freguesia de Bravães.

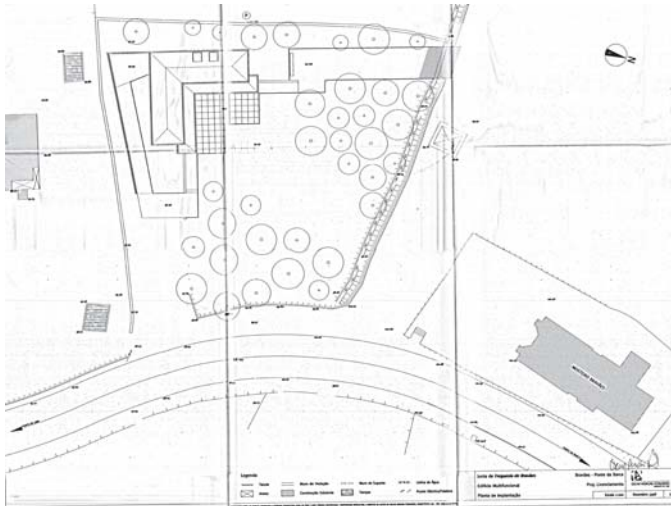
60. Informação consultada no arquivo municipal de Ponte da Barca

61. Segundo o despacho nº53/86 publicado no Diário da República II série.

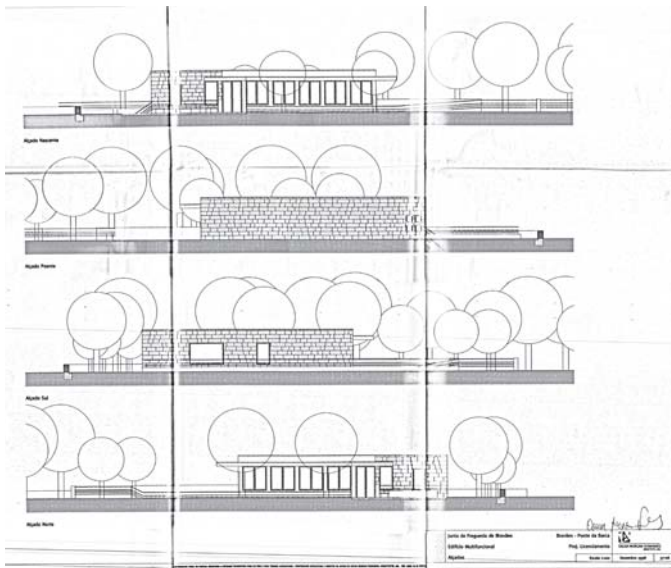
62. GAT: Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Lima

63. Segundo informações da junta de freguesia de Bravães.

2. Bravães: um caso de estudo



61. Planta de implantação do projeto de Óscar Fernandes, 1998 (o Norte está errado. Aponta para Este)



62. Alçados do mesmo projeto. A legenda dos alçados segue o erro de orientação da planta de implantação.



63. Sede da junta vista do largo (de Nascente para Poente). 2014

Segunda sede da junta

Segundo o novo presidente da junta, Alberto Cerqueira, eleito em 1993, não existiam verbas suficientes para dar continuidade ao processo já iniciado para construção da sede da junta. A primeira tentativa de construção foi interrompida após a construção da laje de pavimento e de algumas paredes, ficando a obra inacabada que desvirtuava a envolvente próxima, o que resultou num processo de descaracterização que o tempo ajudou a acentuar.⁶⁴

No entanto, a comunidade reconhecia a necessidade de construção de uma sede e do tratamento do espaço envolvente ao mosteiro românico, que atraía já alguns turistas e poderia ser rentabilizado. Além disso, sabia-se que haveria dinheiro público a circular e algumas freguesias do concelho começavam já a ter as suas próprias sedes de junta.

A resposta para o financiamento da sede veio com o segundo quadro comunitário de apoio, que decorreu entre 1994 e 99. Através da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima (ADRIL), formalizou-se uma candidatura a fundos comunitários. A modalidade de financiamento exigia que o projeto fosse assinado por um arquiteto e que, para além da sede da junta, se requalificasse o espaço público do lugar. O projeto, realizado pelo arquiteto Morgan Fernandes, foi inaugurado no ano de 2001. Não se trata de uma obra de arquitetura de grande criatividade à primeira vista. A implantação do edifício foi praticamente definida pelo perímetro de 50 metros de zona *non aedificandi* envolvente à igreja (monumento nacional), e do afastamento de 5 metros aos limites do terreno exigido no PDM, sendo construído na única zona possível, com uma planta em L paralela ao canto. Há alguns problemas relacionados com a implantação e exposição solar que serão abordados adiante, no capítulo que analisa a performance do espaço público. No entanto, a estratégia deste projeto acaba por ter um facto interessante. A laje deixada pela construção anterior é reaproveitada. A diminuição da área de construção fez com que parte dessa laje seja hoje exterior, pavimentada com cubo de granito.

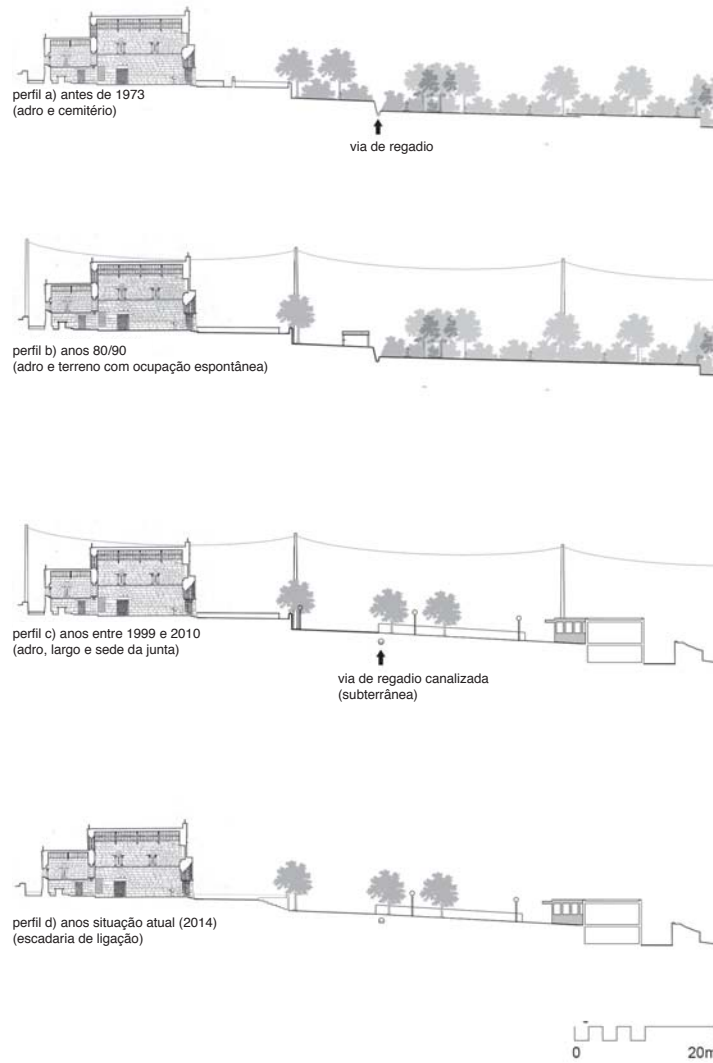
Infraestruturas da viragem de milénio

A viragem de milénio confirmou o que já se fazia sentir um pouco na década de 90. Após um significativo decréscimo demográfico até à década de 80, o número de habitantes manteve-se relativamente estável.⁶⁵ No entanto, embora os números não tenham tido uma evolução significativa, a cultura da população sofreu uma profunda transformação nas décadas de viragem de milénio. Chegava o telemóvel a Bravães, a internet, a democratização definitiva do automóvel e tudo passava a ser mais perto. A autoestrada Porto Valença atravessava o vale do Lima em 1998, ligando como nunca a região ao resto do país. A nova IC 28, construída na margem oposta do rio 5 anos mais tarde, veio reforçar a circulação interna do vale e aproximar o lugar à cidade de Viana do Castelo. Já em 2012, é construída uma ponte sobre o rio Lima a 2 km do centro de Bravães, com ligação direta ao IC 28, que ligou como nunca o lugar às vias de circulação rápida. A facilidade de acessos ao comércio e serviços urbanos trazida pela construção destas vias aumentou a dependência dos meios rurais às centralidades de maior poder atrativo no território, resultando progressivamente no fecho da escola e dos estabelecimentos comerciais do lugar.

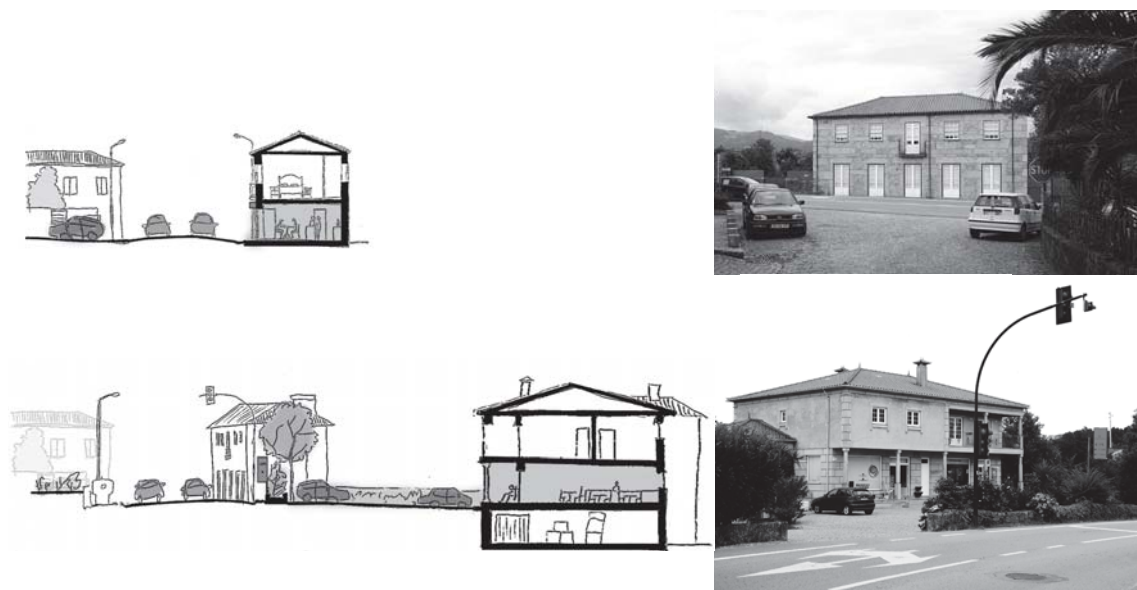
64. Segundo a memória descritiva do novo projeto, de Óscar Fernandes, consultada no arquivo municipal de Ponte da Barca.

65. Como uma ligeira diminuição e 658 pra 629 habitantes entre 1981 e 2011, segundo dados do INE.

2. Bravães: um caso de estudo



64. Evolução do espaço público a poente da igreja. Desenhos do autor



65. Antigo e novo "café Canarinho", desenhos e fotografias do autor

A iniciativa espontânea e o poder de mobilização para a vida pública local diminuiu. Grande parte dos eventos públicos da freguesia passaram a ser organizados pelas instituições formais e o sentido espontâneo popular foi-se perdendo. A criação de grupos culturais formais, embora seja fundamental para a coesão da vida pública do lugar que ainda vai existindo, ao incluir um determinado grupo de indivíduos nas atividades organizadas, acaba por ser um fator de exclusão para as pessoas que não estão diretamente envolvidas nesses grupos. As festas passaram a contar cada vez com menos gente, faltando principalmente os jovens que passaram a interessar-se mais pela diversão urbana do que pelas festas da aldeia.

As últimas transformações do espaço, promovidas entre a DGEMN e o município, tiveram como principal objetivo a segurança rodoviária e a melhoria do enquadramento da igreja no lugar. A estreita escadaria de acesso ao adro, que dava diretamente para a estrada nacional sem passeios, foi anulada e substituída por uma escadaria frontal ao póstico, com uma escala mais adequada ao local. Os postes de iluminação pública junto à igreja foram removidos, e substituídos por iluminação no pavimento junto ao monumento. Foram implementados semáforos no principal cruzamento do lugar e construíram-se passeios elevados, que tornam mais segura a circulação pedonal na estrada Nacional.

Estabelecimento comercial

O único estabelecimento comercial que existe atualmente mantém-se ativo porque se adaptou às novas exigências e a uma nova cultura e dinâmica social. Localizado anteriormente num edifício à face da estrada, que se baseava num acesso maioritariamente pedonal, o estabelecimento mudou-se para um novo edifício imediatamente ao lado, que recuou em relação à via, criando alguns lugares de estacionamento para os clientes, que passavam a circular maioritariamente de automóvel. A opção estética do novo edifício, projetado pelo engenheiro José Elias, é discutível. No entanto, a implantação do edifício e configuração do espaço exterior tem-se revelado eficaz e adequada à nova cultura de ocupação do lugar.

2. Bravães: um caso de estudo



66. Palco junto à sede da junta. Fotografia cedida pela junta de freguesia.



67. Iluminação em dia de festa, Maio de 2014. Fotografia do autor.



68. Stande de venda e palco na mesma festa. Fotografia do autor.



69. Palco do teatro da Páscoa. Fotografia do autor.



70. Carro alegórico no cortejo das festas do concelho de 1998(?). Fotografia de arquivo familiar

Ocupação atual

Os eventos de periodicidade anual são geralmente aqueles que mais transformam o espaço público e a sua utilização, embora sempre de forma efêmera e reversível. Os casos mais comuns são a montagem de palcos. Geralmente utilizam-se estruturas prefabricadas alugadas, embora nalguns casos se construam palcos mais improvisados com os materiais disponíveis ou se recorra a camiões-palco, estruturas em atrelados de camiões que se abrem automaticamente, formando palcos em poucos minutos, geralmente associados aos grupos musicais de baile.

Também comuns nos eventos anuais são os *stands* de venda, que surgem das mais variadas formas. Tanto podem ser roulottes-bar, bancas montadas com peças prefabricadas ou, tal como os palcos, *stands* improvisados com os materiais disponíveis, onde geralmente prevalece a madeira.

O ambiente festivo na comunidade pressupõe decoração do espaço público. A principal festa religiosa do lugar é realizada em Maio, em honra de Nossa Senhora de Fátima. Uns dias antes das festas, que geralmente duram três dias, são montadas as arcadas a sinalizar o percurso por onde passará a procissão, sinalizando aos viajantes que ali se realizará uma festa. A igreja é decorada com uma série de lâmpadas em linha, que desenharam com luz as principais formas da fachada e a tornam especialmente visível à noite. No dia principal surgem as decorações florais. O cruzeiro que marca o caminho da procissão é decorado com flores, tal como os andores e o interior da igreja. Nos anos em que a comissão de festas é mais dedicada, são feitos tapetes de flores à porta da igreja.

A criatividade popular coletiva tem provavelmente o seu auge nas construções dos carros alegóricos que vão representar a freguesia no cortejo etnográfico das festas do conselho. Durante uma semana, o largo transforma-se num estaleiro de construção em que se adornam entre 5 a 7 reboques. Cada freguesia é responsável por uma série de carros alegóricos, que desfilam juntos no dia 23 de Agosto, nas festas de S. Bartolomeu. Embora não se trate de uma competição, este evento tem um certo espírito competitivo e contribui por isso para o sentimento bairrista e união da comunidade, que procura sempre ser a freguesia com os melhores carros do cortejo.

O turismo tem tido algum peso na ocupação do espaço público em Bravães. A igreja é uma atração turística que mobiliza alguns visitantes. Não há nenhum estudo desenvolvido que quantifique e qualifique as visitas turísticas a Bravães, mas o conhecimento do lugar permite-me afirmar que praticamente todos os dias a igreja tem visitantes, na maioria portugueses e espanhóis, devido à proximidade com a fronteira.⁶⁶ Durante a semana, os visitantes chegam geralmente de automóvel. Nos fins-de-semana, principalmente no Verão, surgem alguns autocarros de excursões. As visitas são rápidas, até porque a oferta de atividades é reduzida. O tempo de estadia do visitante tipo, geralmente, não vai além de uma hora, tempo mais que suficiente para ver a igreja por fora e, quando está aberta, por dentro. Têm sido implementadas algumas iniciativas para prolongar a estadia do visitante, como a criação dos percursos de BTT e percurso pedestre de Bravães ou o trilho pedestre do românico, que liga por caminhos rurais o lugar ao mosteiro românico de São Martinho de 66. Entre 2003 e 2005 passei os Verões na junta de freguesia, ao abrigo do programa de OTL, onde existia uma pequena exposição fotográfica sobre o antes e o depois da intervenção da DGEMN na igreja, nos anos 30. O meu trabalho passava por distribuir um panfleto aos turistas que visitavam a igreja e convidá-los a ver a exposição, onde se vendiam alguns postais e produtos regionais. A exposição ainda existe, mas o espaço não tem sido aberto ao público.

2. Bravães: um caso de estudo



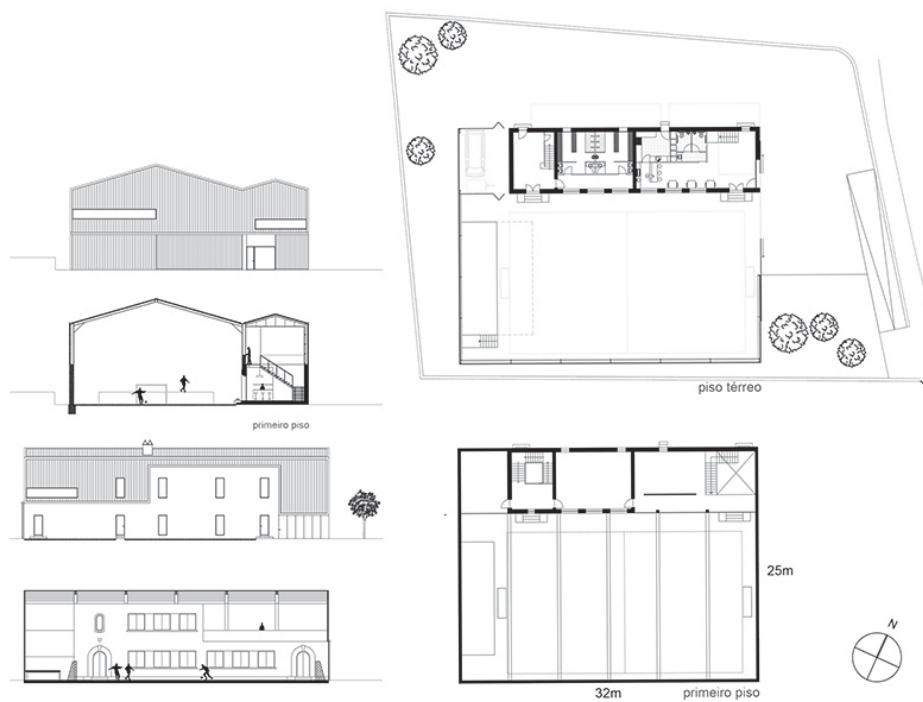
71. Casa em processo de reabilitação para turismo rural.



72. Visualização da primeira proposta para transformação da escola, 2012. Imagem do autor



73. Visualização da proposta final para transformação da escola, 2013. Imagem do autor



74. Peças desenhadas da proposta final, 2013. Desenhos do autor.

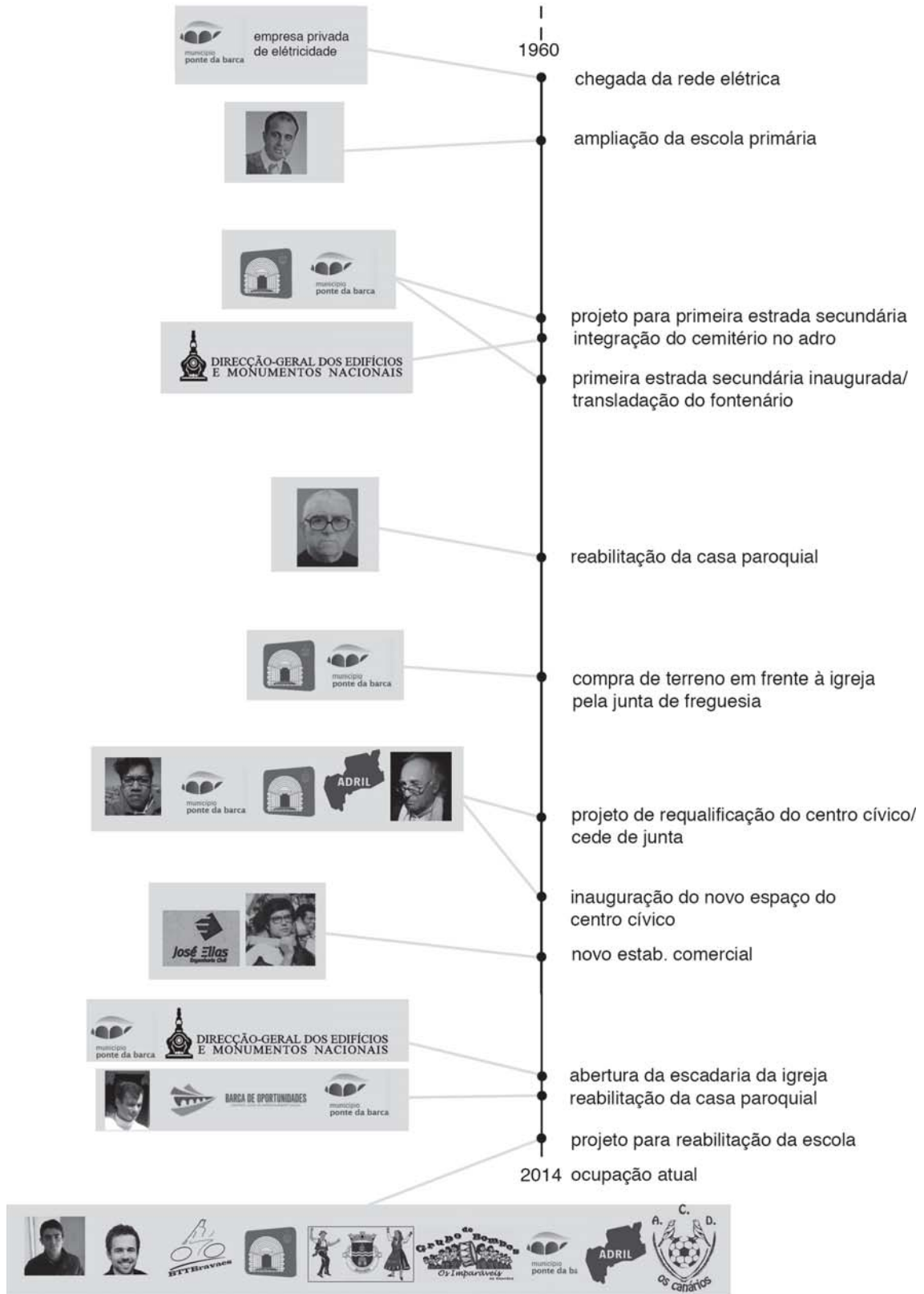
Crasto, a cerca de 6 quilómetros de distância. Durante os primeiros anos de existência da sede da junta, instalou-se uma exposição fotográfica sobre as intervenções dos Monumentos Nacionais na igreja e um posto de venda de postais e produtos regionais que exigia a permanência constante de um funcionário a cargo da junta de freguesia, o que se revelou pouco rentável e acabou por fechar, após alguns Verões de existência. Como se percebe por tudo isto, a capacidade de canalizar a atratividade turística do lugar para algo rentável no próprio lugar está longe de ser eficaz. A igreja contribui sobretudo para um turismo regional disperso, com passagens rápidas por vários pontos de interesse, suportado pelo automóvel. A inverter esta tendência, encontra-se em reabilitação um edifício para turismo em espaço rural junto à igreja. Veremos qual será o impacto na vida do lugar.

Projeto de reabilitação da escola primária

O fecho da escola primária terá reduzido a centralidade do lugar, face a um reforço da centralidade de Ponte da Barca, para onde foram transferidos os estudantes de Bravães. Embora à escala do lugar a medida tenha sido maioritariamente negativa, o espaço da escola foi de imediato ocupado pelo grupo de bombos e rancho folclórico, que até aqui ensaiavam um pouco por todo o lado, ora em casas particulares, ora na casa paroquial ou sede da junta de freguesia. No entanto, o espaço está longe de ser adequado às necessidades dos grupos que o ocupam, surgindo a necessidade de o adaptar. Especulando sobre uma possível apropriação do espaço que melhor se adegue às necessidades e objetivos da população, a escola foi cedida pelo município à junta de freguesia em 2012. Os vários grupos que ocupam o espaço uniram-se para propor algumas obras de recuperação, que seria levada a cabo pelos próprios elementos do grupo. No entanto, essas transformações não se materializaram porque seria necessário desenvolver um projeto de arquitetura para licenciar as obras.

Na qualidade de primeiro e único estudante de arquitetura na freguesia, fui convidado para um estudo informal das possibilidades de transformação do espaço da escola. A aceitação foi imediata e foram traçados objetivos iniciais, em que se assumiu desde logo a importância da participação pública no processo de projeto. O processo desenrolou-se essencialmente durante o ano de 2012, passando por várias fases, discutidas em apresentações públicas na sede da junta. Foi gerado um debate empolgado com os representantes das coletividades (junta de freguesia, associação cultural, rancho folclórico, grupo de bombos e clube de btt) interessados em satisfazer os interesses dos grupos com o novo edifício. Inicialmente, a intenção da comunidade era a de manter a fachada da escola como fachada principal de um pavilhão multiusos, que se anexava nas traseiras. Essa opção inviabilizou-se porque era necessária a ocupação de uma parcela de espaço privado, que não se conseguiu negociar. Em momento algum a população considerou a demolição da escola, dada a importância do edifício na memória do lugar. No entanto, também não estava disposta a abdicar da construção de um pavilhão, porque se percebia uma clara falta de espaços amplos abrigados. No ano em que o projeto foi desenvolvido, o teatro anual da Páscoa, envolvido num grande investimento e participação pública, teve de ser realizado num pavilhão desportivo fora da freguesia para desagrado da população, o que acabou por justificar a insistência na necessidade do pavilhão.

2. Bravães: um caso de estudo



75. Cronologia de atores-autores do espaço público

Acabou por prevalecer uma solução que colocava o pavilhão na frente da escola, mantendo o corpo da escola no seu interior. O projeto materializa as vontades da comunidade e acabou por agradar à junta de freguesia, que disponibilizou verbas para a realização de um projeto de licenciamento na câmara no final de 2013.

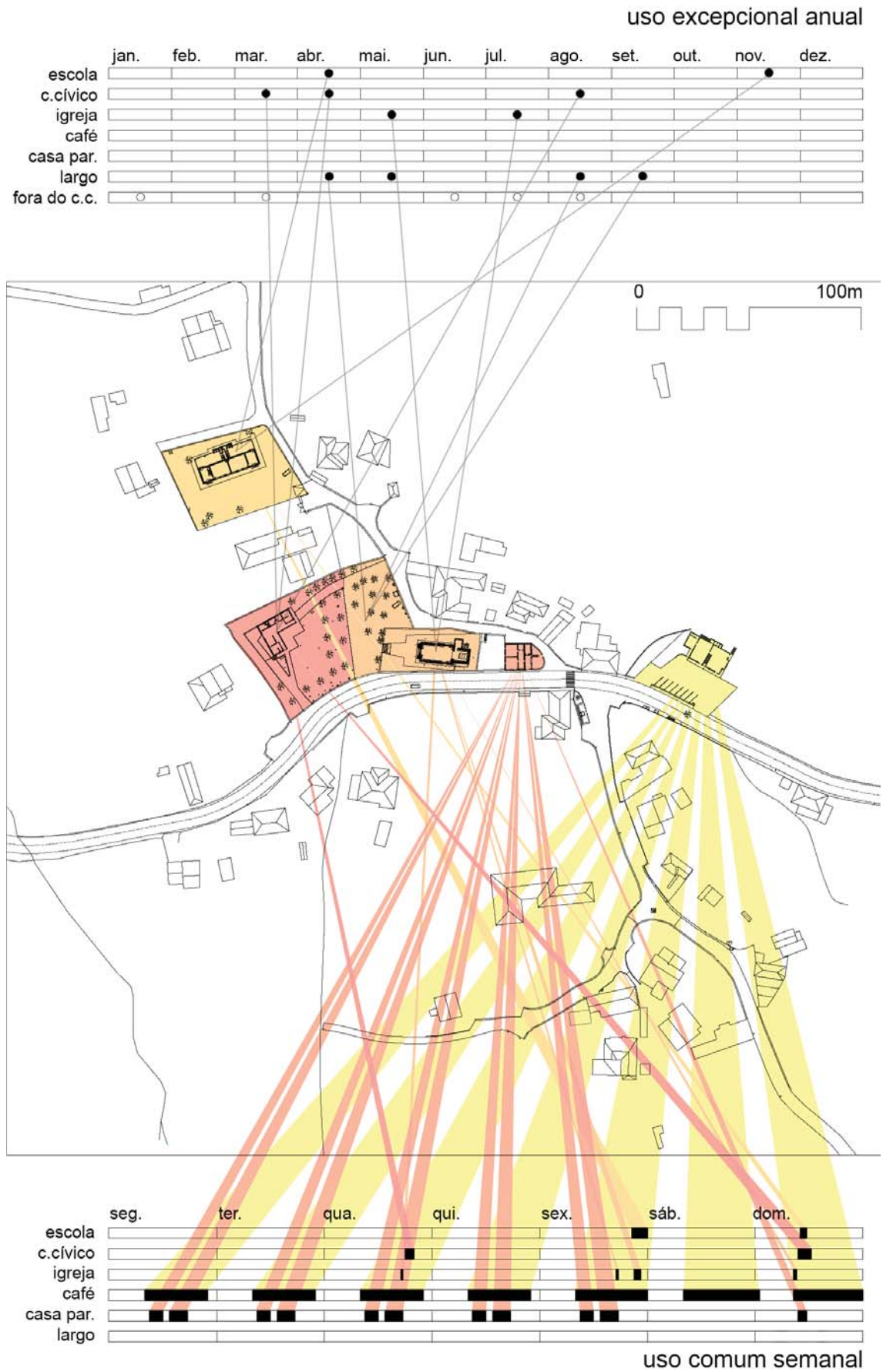
Embora o projeto tenha sido realizado por mim, um aluno de arquitetura que não poderia assinar qualquer tipo de projeto à data, o problema foi facilmente resolvido pelo presidente da junta de freguesia, junto do engenheiro técnico civil com mais projetos no município, que tratou dos projetos de especialidades, das medições e de arranjar uma arquiteta amiga que já lhe costumava assinar os projetos quando fazia falta assinatura de arqui-teto, como era o caso. O projeto está atualmente à espera de financiamento ou cofinanciamento comunitário. Nas últimas eleições autárquicas (2014), o presidente da câmara eleito anunciou a construção do respetivo pavilhão.

A experiência pessoal no projeto de reabilitação da escola primária acaba por confirmar um importante aspeto cultural do lugar. Foi possível verificar a forma intensa com que a população vive as transformações, quer as aceite quer as rejeite, comprovando que há de facto uma preocupação global com a evolução do lugar, que tem sido pouco considerada pelos principais atores-autores que transformaram o território. O exemplo da escola primária confirma o elevado interesse inerente à comunidade na participação da construção dos equipamentos públicos, capazes de gerar um debate bastante produtivo que poderia ter mais reflexos nos modos como se tem gerado os processos de construção pública, que surgem muitas vezes desligados das preocupações, das necessidades e dos desejos mais genuínos da comunidade. É de apontar a mais-valia de canalizar a experiência e ânimo popular num debate produtivo com os técnicos, que se traduza em espaço público refletido e consequente, com o qual a população local, os principais utilizadores, se identifique.

Como vimos ao longo deste tópico, o espaço público do centro cívico tem sido construído a partir de um alargado número de entidades que, em muitos casos, não são sequer locais e poderão estar desligadas da cultura e das necessidades da comunidade do lugar. As intervenções têm sido pensadas de um modo descontínuo, no espaço e no tempo, resultando numa série de retalhos que se vão cosendo e interligando, de uma forma frágil e pouco consequente. O espaço público do lugar não é um espaço único, é um somatório de espaços, de oportunidades, de tempos e de culturas, um espaço sobran-te das propriedades privadas, que as várias entidades foram adquirindo para o domínio público, onde e quando foi possível adquirir.

A dúvida que fica, após a análise do espaço físico neste tópico, é a forma como este responde às instâncias da cultura atual. Para isso, será analisado adiante o desempenho do espaço público.

2. Bravães: um caso de estudo



76. Gráfico de ocupação periódica do espaço público. Dados registados por observação do local.

C) DESEMPENHO

O espaço público é, à partida, a única manifestação física do que há de comum entre os habitantes de um lugar. No entanto, embora seja de todos, o espaço público tem vindo revelar-se, cada vez mais, de ninguém.

A criatividade de viver neste lugar e com o lugar é, hoje em dia, reduzida pelas políticas urbanas restritivas, pela diminuição da envolvimento popular nas construções públicas e por uma certa estetização do espaço público, reduzindo-o ao estatuto de palco e cenário fixos, onde decorrem os eventos da população, com pequenas intervenções efémeras que o vão transformando e adaptando a cada evento. A capacidade de intervenção e apropriação dos equipamentos públicos pela comunidade de Bravães tem sido praticamente reduzida à sua ocupação, muito provavelmente por estarmos perante géneros de construções e propriedades com muitas restrições às alterações, quer se trate da igreja (Monumento Nacional com área de proteção envolvente), quer dos vários edifícios de propriedade pública.⁶⁷ Nesse sentido, se o espaço público ainda se assume como um elemento agregador da comunidade, não será tanto pela participação na sua construção e manutenção mas, sobretudo, pelas oportunidades de encontro que proporciona.

As interações espontâneas entre a comunidade local realizam-se essencialmente no único café-mercearia do lugar, embora ainda haja uma cultura de vivência exterior que possibilita interações entre os habitantes. Embora as casas sejam hoje equipadas com água pública, a qualidade da água do fontenário ainda convence uma boa parte da população, que aí se abastece com garrações, tornando o equipamento num ponto de encontro. O desenho do espaço envolvente ao fontenário, projetado pelo arquiteto responsável pela sede da junta, sugere a paragem e o encontro, que de facto acontece.

A igreja ainda é um local de encontro entre a comunidade, embora se tenha verificado uma diminuição de fiéis nas missas, que deixaram de se realizar diariamente para passarem a ser três por semana, às quartas, sextas e domingos. As missas do domingo são, naturalmente, as que reúnem mais fiéis, com uma igreja praticamente cheia, ao passo que durante a semana dificilmente se concentram mais de 20 pessoas. Mas não é só de missas que se fazem os encontros na igreja. O grupo coral, formado por membros voluntários da comunidade, realiza aqui os seus ensaios às sextas-feiras, transformando momentaneamente o espaço interior do templo numa sala de ensaio e convívio.

A interação pública que ocorre no centro cívico de Bravães está mais associada a eventos e atividades periódicas, previamente organizadas, do que a encontros esporádicos. As atividades dividem-se sobretudo em dois tipos de periodicidade: semanal e anual.

Durante a semana, o café e a casa paroquial são atualmente os espaços que mais contribuem para a animação social do espaço. Pontualmente, a escola, a igreja e a sede da junta vão sendo ocupadas por atividades semanais, como os ensaios, as missas e, no caso da junta de freguesia, o atendimento.⁶⁷ Nem sempre as construções públicas de Bravães estiveram protegidas pela intervenção popular espontânea, como comprovam os registos do IGESPAR relativos à igreja românica, onde se verificam alterações significativas à suposta configuração original, com a torre sineira na fachada principal, as janelas alargadas e as capelas laterais, que as intervenções nos anos 30 trataram de anular.

2. Bravães: um caso de estudo



77. Sede da junta (à esquerda) e igreja (à direita).

to ao público. Estas atividades são fundamentais para a manutenção da coesão da comunidade do lugar, funcionando como uma espécie de compromisso semanal de encontro. No entanto, é forçado considerar que toda a população interage através destas atividades. A comunidade organiza-se por grupos. Para além dos grupos formais (como o rancho folclórico, o grupo de bombos, o clube de btt, o grupo coral, a junta de freguesia ou a associação cultural) existem outros grupos mais espontâneos (como as pessoas que vão à missa ou os habituais clientes do café, que lá passam algum tempo de convívio). Pertencer a um grupo não invalida pertencer a um outro grupo, como acontece com várias pessoas de Bravães. Viver no lugar também não implica necessariamente a interação pública local, existindo uma série de pessoas que utilizam o lugar em regime de dormitório e não se integram em nenhum dos grupos de encontro.

As atividades de periodicidade anual têm valores e significados diferentes enquanto elementos agregadores da comunidade. Talvez por serem situações excepcionais, são abordadas com mais intensidade e envolvimento da população, o que acaba por ser fundamental para a coesão entre os vários grupos da comunidade, já que existe nestes casos uma maior cooperação na organização dos eventos. As atividades são sempre organizadas por membros da comunidade e a sua maioria tem como público-alvo a própria comunidade. A exceção está na realização de um teatro popular sobre a vida de Cristo, que tem ido à cena nos últimos 12 anos e adquiriu alguma projeção externa. Este evento é de importância extrema para a valorização da autoestima e reforço da identidade coletiva da comunidade por vários fatores. Em primeiro lugar, este teatro é dos poucos motivos pelos quais Bravães aparece referenciado nos meios de comunicação nacionais, que envaidece a população bairrista. Em segundo lugar, porque envolve cerca de 100 pessoas da comunidade na organização do evento, durante cerca de um mês de preparação, o que se torna inevitavelmente num incentivo à interação entre a comunidade.

De um modo geral, a população parece satisfeita com o espaço, salvo alguns aspetos particulares, como o recente caso da escola primária, que já terá sido canalizado para uma futura intervenção, como se viu no tópico anterior. No entanto, foi possível perceber outro caso de insatisfação relevante para o estudo.

O edifício onde funciona a sede da junta tem vindo a revelar-se fundamental para o apoio às atividades locais, embora nem sempre desempenhe a sua função da melhor forma. Permite apenas a concentração de grupos relativamente pequenos, de 20 a 30 pessoas, dificultando a realização de eventos mais abrangentes. As características de implantação e construção também têm sido problemáticas. A sua implantação volta os lados com mais janelas para o lado de maior exposição solar, sem nenhuma proteção ou solução de sombreamento, facto que contribui para o sobreaquecimento no espaço no Verão, agravado pelo deficiente isolamento da cobertura plana. Para além do sobreaquecimento, o edifício apresentou uma série de patologias onde se destacava a humidade no interior das paredes, soalho levantado e grandes áreas de tinta descascada, tanto no interior como no exterior, tendo tido a necessidade de algumas intervenções de recuperação poucos anos depois da construção inicial.

Ao analisar os desenhos do projeto, é possível verificar que há um erro na orientação do Norte

2. Bravães: um caso de estudo

em relação à situação real, o que poderá ter induzido o arquiteto em erro. Mesmo não sendo necessariamente um facto que comprove a causa do ‘erro’ de implantação, esse descuido acaba por revelar o modo leviano com que o arquiteto abordou a conceção do projeto. Segundo o presidente da junta, o arquiteto terá visitado a obra em construção “uma ou duas vezes, quando estava de passagem”. Facto é que há vários aspetos do acabamento da obra que não seguem o projeto aprovado, e que não terão sido alvo de qualquer controlo. A cobertura plana, por exemplo, seria composta no projeto por tela asfáltica, seguida de *roofmate*, manta geotêxtil e godo lavado⁶⁸. Atualmente é possível verificar que a cobertura não tem godo, nem manta geotêxtil e, muito provavelmente, nem terá *roofmate* ou terá espessura inferior ao projeto. O acabamento da cobertura é, assim, a tela asfáltica de cor escura, que contribui para a absorção de radiação e, conseqüentemente, para o sobreaquecimento de que a população se queixa. Outro aspeto muito criticado é o estado de conservação da tinta das paredes exteriores. Na observação do projeto foi possível perceber que a utilização dessa tinta também não estava prevista. Segundo a memória descritiva, as paredes exteriores seriam “em cimento tratado com óxido de ferro”. Facto é que, independentemente da responsabilidade no aparecimento das patologias, o arquiteto tem sido a figura para quem recaíram as acusações populares.

As patologias construtivas não são necessariamente uma exclusividade deste edifício, mas adquirem um particular protagonismo entre o discurso popular por se tratar de uma obra de arquiteto, o que levanta questões relevantes e transponíveis a outras obras de arquiteto noutros lugares. Há um grupo significativo da população que desenvolveu um sentimento de rejeição das “casas de arquiteto”. A aceitação de um tipo de modelos arquitetónicos replicados e validados pelo uso popular implica, por oposição, uma rejeição de novos modelos com características menos familiares. Em vários casos, o povo reclama a inadequabilidade das tipologias arquitetónicas ao clima do meio, uma crítica fundamentada por alguns projetos de arquiteto que resultaram menos bem, como o da sede da junta. Surgiu entre a população uma onda de críticas ao projeto, que se generalizam à figura profissional do arquiteto, bem explícita no discurso do presidente da assembleia de freguesia.

*“Os arquitetos têm a mania de marcar a diferença com casas tipo caixote, mas não percebem nada do clima e do comportamento dos materiais no nosso meio”.*⁶⁹

Em 2008, na sequência da onda de críticas populares, surgiu no lugar um projeto de arquiteto para uma habitação unifamiliar, cujo proprietário é emigrante na Suíça, que provocou uma certa estranheza no seio da comunidade, por ter um telhado de duas águas inclinadas para dentro e varandas sem cobertura, algo que não se enquadra com a maioria das construções da região. O presidente da assembleia evidencia a estranheza no seu depoimento:

68. Segundo memória descritiva do projeto, relativa ao processo 46-09 consultado no arquivo municipal de Ponte da Barca.

69. Citando de memória uma das conversas com o presidente da assembleia de freguesia

2. Bravães: um caso de estudo



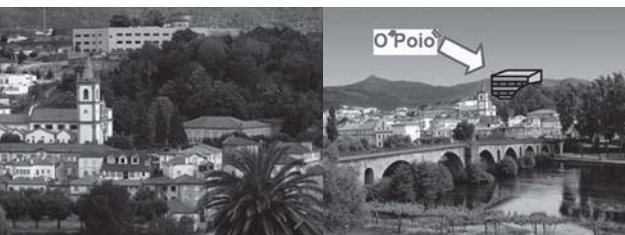
78. Casa em Bravães, projeto de 2008. Arq. José Luís Guimarães



79. Casa Barroso Pires em Ponte da Barca, 1987, projeto do arq. Manuel Botelho



80. Residência sénior “Casa da Cerca”, Ponte da Barca, 2009, Arq.s Luísa Meneses, Pedro Baía, Joana Couceiro e Tiago Branco Sampaio



81. Enquadramento na vila

82. Sátira no blog “nada sobre a barca”

*“A casa do Rogério é um erro de projeto. Ninguém que conheça o nosso clima faz as águas dos telhados inclinadas para dentro. A água tem de ser encaminhada para fora, não é para dentro. E a varandas à chuva, viradas ao sol sem sombra... para que é aquilo? Já se sabia que ia dar problemas.”*⁷⁰

A casa revelou ter problemas de infiltrações e, cerca de 2 anos após a conclusão, foi alvo de uma nova intervenção que corrigiu os problemas de impermeabilização e isolamento. O arquiteto autor do projeto, José Luís Guimarães, tem alguma notoriedade pública local, tendo sido distinguido, graças a uma outra obra na vila de Ponte da Barca, na 3ª edição do prémio municipal de arquitetura “Pintor António Cruz”, o que acaba por contribuir para uma cultura que não reconhece competências aos arquitetos, já que até as obras dos profissionais mais reconhecidos acabam por não resultar, aos olhos da cultura popular.

Os casos de rejeição popular às obras de arquiteto tem paralelo noutros projetos fora do lugar. A casa Barroso Pires, do arquiteto e artista plástico Manuel Botelho, construída em 1987 no loteamento da Curisca, numa encosta a sul do centro urbano de Ponte da Barca, foi uma obra que gerou também alguma rejeição popular, pela sua forma pouco familiar que, na altura, se apelidou de “aborto”⁷¹. O loteamento onde a casa se inseriu está hoje totalmente construído com edifícios uniformes, com uma ou outra ligeira variação de cor ou forma, que refundam o carácter atípico da construção. A verdade é que, passadas mais de duas décadas, continua a ser uma peça arquitetónica “maldita” para alguns populares, mas que representa para a cultura arquitetónica um objeto de qualidade reconhecida.⁷²

Outro caso, também no centro urbano, é a residência sénior da Casa da Cerca, dos arquitetos Luísa Meneses, Pedro Baía, Joana Couceiro e Tiago Branco Sampaio, projeto que mereceu uma publicação na edição 71/ 72 da revista ARQA. A obra tem sido, desde o início da construção, alvo de críticas populares, materializadas em blogues e crónicas jornalísticas em Ponte da Barca. O discurso de um blogue de sátira popular de Ponte da Barca, acompanhado de uma fotomontagem, é bem ilustrativo:

*“(...)o último dos muitos escarros urbanos barquenses começou a ser construído. Sim, esse mesmo, o “poio”, aquele que está lá empoleirado no postal turístico da vila, acima da igreja e junto ao campo de futebol, bem lá no alto.”*⁷³

Esta rejeição popular contribui, muito provavelmente, para a cultura construtiva atual, onde ainda é possível verificar um reduzido recurso a projetos de arquiteto.

70. Citando de memória uma das conversas com o presidente da assembleia de freguesia

71. Segundo o blogue do arquiteto Francisco do Vale, que defende a qualidade do edifício que os populares apelidam de aborto.

72. Publicada no livro “Casas Atlânticas-Galiza e Norte de Portugal” António Armesto/Quim Padró. Blau Editora

73. Publicação datada de 6 de Agosto de 2008 no blogue “nada sobre a barca” (<http://nadasobrebarca.blogs.sapo.pt/52651.html>), consultado a 10 de Junho de 2014.

2. Bravães: um caso de estudo



83. Vista desde o pórtico da igreja, em dia de festa, mostra a forte presença das casas privadas na leitura do espaço público.

NOTA FINAL

Como foi possível verificar neste caso, o espaço público do lugar de estudo tem sido moldado através de sucessivas transformações pontuais, cada uma influenciada por uma série de atores humanos, institucionais e culturais.

A cultura de alguns dos atores que constroem o lugar acabou por se revelar distanciada da própria cultura local, resultando em algumas obras com a qual a população não se identifica. A participação da comunidade na construção do espaço público tem sido muito reduzida, resumindo-se na maioria dos casos a construções e ocupações efémeras, associadas a eventos pontuais.

A descontinuidade temporal e cultural na qual o espaço público se constrói, acaba por resultar num espaço descontínuo e heterogéneo.

No meio da fragmentação do espaço surgem ‘ilhas’ privadas entre o espaço público, ‘ilhas’ públicas entre o espaço privado, espaços privados como pano de fundo do espaço público, espaços públicos como pano de fundo dos espaços privados. Sobressaem as construções privadas, heterogéneas, promovidas de acordo com a cultura de cada um, que contribuem para a falta de unidade e organização do espaço e que são, pela sua visibilidade, fundamentais na leitura e vivência pública do lugar. A proximidade dos espaços privados com a esfera pública, com o largo, com as estradas, com a igreja, acaba por aumentar a visibilidade e influencia que as construções privadas têm na própria organização e conceção do espaço público.

Nesse sentido, compreendendo a complementaridade entre espaço público e espaço privado, o estudo das habitações que se segue é fundamental para que se possa fazer uma leitura completa do lugar. O lugar constrói-se através do somatório das várias transformações que ocorrem, tanto no espaço público, como no espaço privado. O lugar pode ser visto como um todo em constante mutação. Nesse sentido, todos os pormenores, todos os atores-autores e todas as culturas ligadas ao lugar acabam por ser preponderantes na sua construção.

2. Bravães: um caso de estudo



84. Localização na área de estudo.

2.2.2- CASA MONTEIRO

Sem projeto



85. Casa Monteiro vista desde a estrada municipal

2. Bravães: um caso de estudo



86. Vista de pássaro sobre a casa Monteiro, sinalizada a cores. Fotografia do autor (drone)

NOTA INTRODUTÓRIA

O capítulo que adiante se apresenta é relativo ao estudo da casa Monteiro, uma das casas que constitui o lugar de estudo. A casa está implantada junto à estrada municipal, posição que a transforma num objeto muito marcante na leitura do lugar. A casa, entendendo a casa não só como o objeto central mas como o somatório de todas as construções e espaços que a ele se foram somando, para além de ser um objeto cuja plasticidade intrigante poderá cativar o seu estudo, é um caso que reflete de uma forma muito direta aquilo que foi a transformação cultural do lugar no período estudado. Trata-se de um exemplo muito particular porque, para além de habitação, funcionou até 2010 como café e minimercado. A evolução da cultura construtiva e dos novos materiais que engloba, como o tijolo, o ferro e o betão, marcam a evolução desta casa, que funde um vasto leque de materiais num processo de *bricolage* contínuo, resultante de uma resposta às necessidades imediatas dos habitantes. Trata-se de num objeto bastante peculiar que é, sobretudo, uma materialização da evolução cultural dos utilizadores e do próprio lugar.

O capítulo é abordado numa estrutura semelhante à que se desenvolveu para o estudo do espaço público, dividido em três tópicos fundamentais.

No primeiro tópico aborda-se o contexto cultural em que se parte para este estudo, nos anos 60, altura em que a casa já estava ocupada, mas estava muito longe do objeto atual.

O segundo capítulo é relativo à conceção e ocupação do espaço. Falar de conceção do espaço, no caso da casa Monteiro, é falar de ocupação. As várias transformações do espaço, de construção e adaptação, ocorrem como resposta muito direta às novas necessidades do uso. Importa perceber à partida que, ao que foi possível averiguar junto dos proprietários e do município, nenhuma das transformações desta casa são consideradas ilegais, embora a precaridade aparente o possa sugerir. O processo de licenciamento das várias construções não exigia desenhos⁷⁴, logo não ouve necessidade de recorrer a um técnico projetista em nenhum momento da evolução do espaço.

No terceiro tópico identifica-se o desempenho do objeto 'casa', no seu todo, percebendo-se de que forma é que o espaço, que durante décadas funcionou como um estabelecimento comercial, responde agora às necessidades funcionais e aos impulsos estéticos motivados pela cultura atual dos ocupantes.

No final do capítulo será possível perceber que, embora as construções tenham surgido num contexto em que a necessidade imediata da utilização e a cultura dos moradores validasse o objeto, a precaridade com que tudo foi ganhando forma e as transformações culturais das duas últimas décadas tornaram o objeto arquitetónico no principal motivo da sua própria decadência, como se verá.

74. A apresentação de desenhos para licenciamento só passa a ser obrigatória a partir de 1980, como se explica no capítulo 1.3

2. Bravães: um caso de estudo



87. Construção de uma parede de cantaria, idêntica à que terá sido executada na ampliação vertical da casa Monteiro. Fotografia do inquérito à arquitectura popular, 1955

A) CONTEXTO CULTURAL

Descendente de famílias relativamente pobres, o casal Monteiro uniu-se no final em 1949⁷⁵ e optou por se instalar nesta casa, que na altura seria uma precária casa rural⁷⁶. Nos anos 60, a casa Monteiro era bastante diferente da casa que chegou aos dias de hoje. Inicialmente de dois pisos, respeitava uma das tipologias mais comuns das casas rurais do Minho, com uma planta retangular implantada no sentido poente- nascente, num desnível de terreno que permitia o acesso térreo aos dois pisos que formavam a casa. Os dois pisos separavam o uso habitacional do uso de trabalho, com o estábulo no piso de baixo e a habitação no piso de cima.⁷⁷

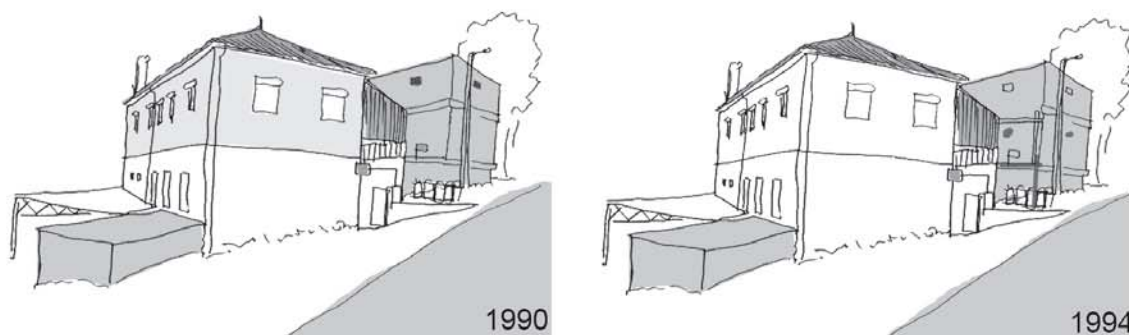
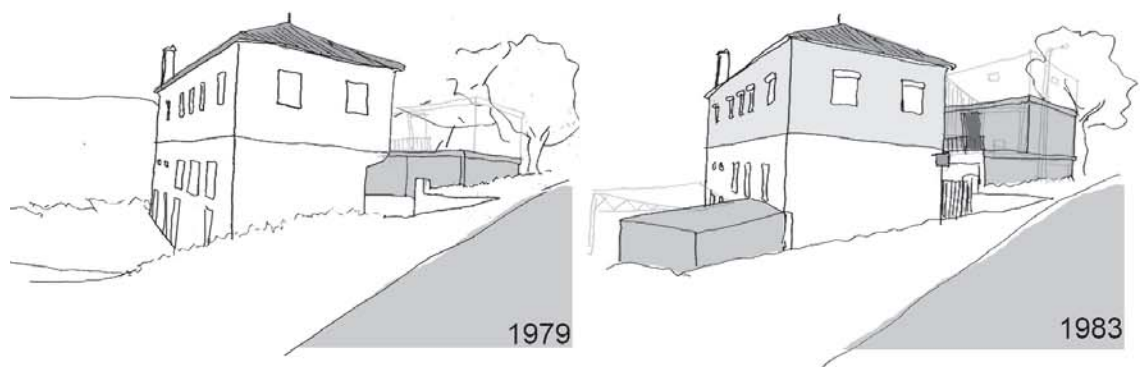
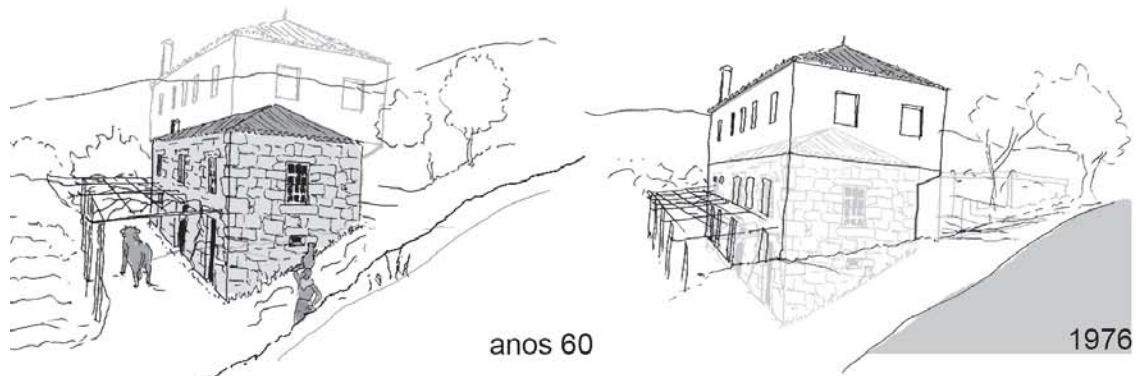
Como se viu na evolução do espaço público, os anos 60 são preponderantes no processo de desruralização do lugar. Na mesma década chegava a rede elétrica, o telefone e a televisão, para além de se começar a vulgarizar, ainda que de forma ténue, o uso do automóvel. Notava-se um considerável aumento das construções e uma progressiva alteração da cultura construtiva. Todavia, as construções que iam surgindo não eram acompanhadas por políticas de controlo de edificação muito rigorosas, não sendo necessária a apresentação de desenhos para a obtenção de licenças. Por esse motivo, a maioria das construções em meios rurais era promovida e concebida pelos proprietários, ou pelo construtor que contratassem, não sendo necessário o recurso a técnicos projetistas. É a partir dos anos 60, no contexto desta cultura construtiva, que a casa começa um processo de transformação que a viria a transformar num dos estabelecimentos comerciais mais ativos do lugar, até ao seu declínio, já na viragem do milénio.

75. Data apontada pelos proprietários

76. Idem

77. Idem. Não há registos gráficos da casa inicial

2. Bravães: um caso de estudo



88. Reconstituição da evolução da casa. Desenho do autor, segundo informação dos moradores.

B) CONCEÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O pouco terreno que o jovem casal tinha não permitia uma exploração agrícola que sustentasse a família, que entretanto aumentava. A chegada da rede elétrica permitiu a instalação de um moinho elétrico que veio colmatar a falta de soluções para moer o milho do lugar⁷⁸. Durante os anos 60 a casa, o moinho e a educação das duas filhas pequenas ficaram entregues à mulher do Sr. Monteiro, enquanto este juntava algum dinheiro em Angola, para investir na casa e no seu futuro em Portugal. O regresso do Sr. Monteiro em definitivo, 1972⁷⁹, coincide com o início da especulação em volta de uma eventual abertura de estrada secundária da freguesia, que a iria possibilitar o acesso automóvel à sua casa. Parte do dinheiro que conseguiu juntar em Angola foi de imediato investido na aquisição do terreno adjacente à casa, possibilitando a produção de milho que, em matéria de arquitetura, implicou a construção de um espigueiro em madeira que ainda se ergue no terreno. Entretanto, a estrada municipal aberta em 1975, sobre o caminho agrícola que passava junto à casa, alterou profundamente a configuração do terreno, resultando num aterro que alterou completamente a leitura do edifício⁸⁰. A estrada é um objeto muito marcante na transformação cultural da família Monteiro, por ter aproximado a casa do movimento da estrada nacional, com todo o imaginário de evolução urbana que isso poderia implicar. O *background* cultural do Sr. Monteiro estava muito marcado pelos anos em que viveu na agitação urbana de Luanda e, de algum modo, essa cultura ter-se-á materializado nas transformações do espaço que se seguiram. A estrada despertou a ideia de abrir um negócio, motivada pela experiência de trabalho do Sr. Monteiro num restaurante em Luanda. A falta de espaço e visibilidade da pequena casa rural terá sido preponderante para a decisão de aumento de um piso, com paredes em cantaria de granito e divisórias interiores em taipa, que seria mais tarde substituída por tijolo, na década de 80. Nessa fase, os proprietários decidiram pintar o novo piso da casa de amarelo, para se identificar mais facilmente a partir da estrada⁸¹. O comércio instalou-se no piso da anterior habitação, que dava agora acesso à nova cota da estrada através de uma rampa. A zona habitacional passou para o piso de cima, ligeiramente em balanço, para criar uma zona abrigada à entrada da loja. O volume de negócios e a variedade de serviços que a família prestava aumentou progressivamente, acabando por juntar um moinho, um minimercado, um café, um fumeiro e uma churrascaria, que começou a ganhar popularidade fora da freguesia e a atrair um número considerável de pessoas.⁸²

A rentabilização da churrascaria, que inicialmente só servia comida para fora, exigia a criação de um espaço para comer. Na viragem para os anos 80 é construído um alpendre, em tijolo e vigotas de betão, para criar uma zona de comer abrigada no prolongamento horizontal do espaço da loja. A necessidade de aumentar as condições para o negócio do fumeiro, exigiu que a esta construção se aumentasse, no sentido vertical, um novo volume sobre a cobertura do alpendre, ao nível da

78. Segundo informação dos proprietários

79. Idem

80. Informação dos proprietários, comprovada pelo projeto para abertura da estrada municipal 1329 (1972), consultado no arquivo municipal.

81. Segundo informação dos proprietários

82. Informação com base no conhecimento pessoal do local

2. Bravães: um caso de estudo



89. Pátio atual. À esquerda está a antiga loja, no piso de baixo, e a habitação, no piso de cima. Este espaço terá funcionado como zona de comer do restaurante. Fotografia do autor, 2014. O pátio é dividido em dois níveis, como se vê pela imagem. Um nível está ligeiramente abaixo da cota da rua (onde existiria a loja) e um ligeiramente acima da cota da rua (no piso da habitação).



90. Segunda casa (inacabada), iniciada em 1993. Fotografia do autor, 2014.

zona habitacional, que passou a ser acessível por uma plataforma tipo “ponte” de ligação à varanda da casa. A falta de qualidade construtiva do novo anexo, que tinha infiltrações de água, levou ao posterior aumento de um piso, afirmando a verticalidade do objeto atual. A necessidade de proteger o pátio das águas da chuva levou a que se construísse uma cobertura com chapas onduladas, umas em zinco e outras em fibra de vidro translúcida, para garantir alguma iluminação no pátio. Entretanto, o casal Monteiro teve duas filhas, que já estavam em idade de casar. A mais velha saiu de casa no final dos anos 80. A mais nova, Rosa Monteiro, manteve-se, casando com um emigrante em França, Manuel Alves. O casamento fizera o noivo regressar a Portugal em definitivo, já com algumas poupanças para investir numa casa. A cultura construtiva dos anos 90, quando surgiu a necessidade de reorganizar o espaço familiar após o casamento da segunda geração, não era propriamente uma cultura que privilegiasse a reabilitação. O mercado da construção estava moldado para a construção nova, com novos materiais para novas soluções, refletindo-se numa cultura construtiva que dificilmente considerava a reabilitação como hipótese. É sob a influência desta cultura construtiva que a segunda geração avança, em 1993⁸³, para construção de uma habitação num terreno herdado, na zona alta da mesma freguesia.

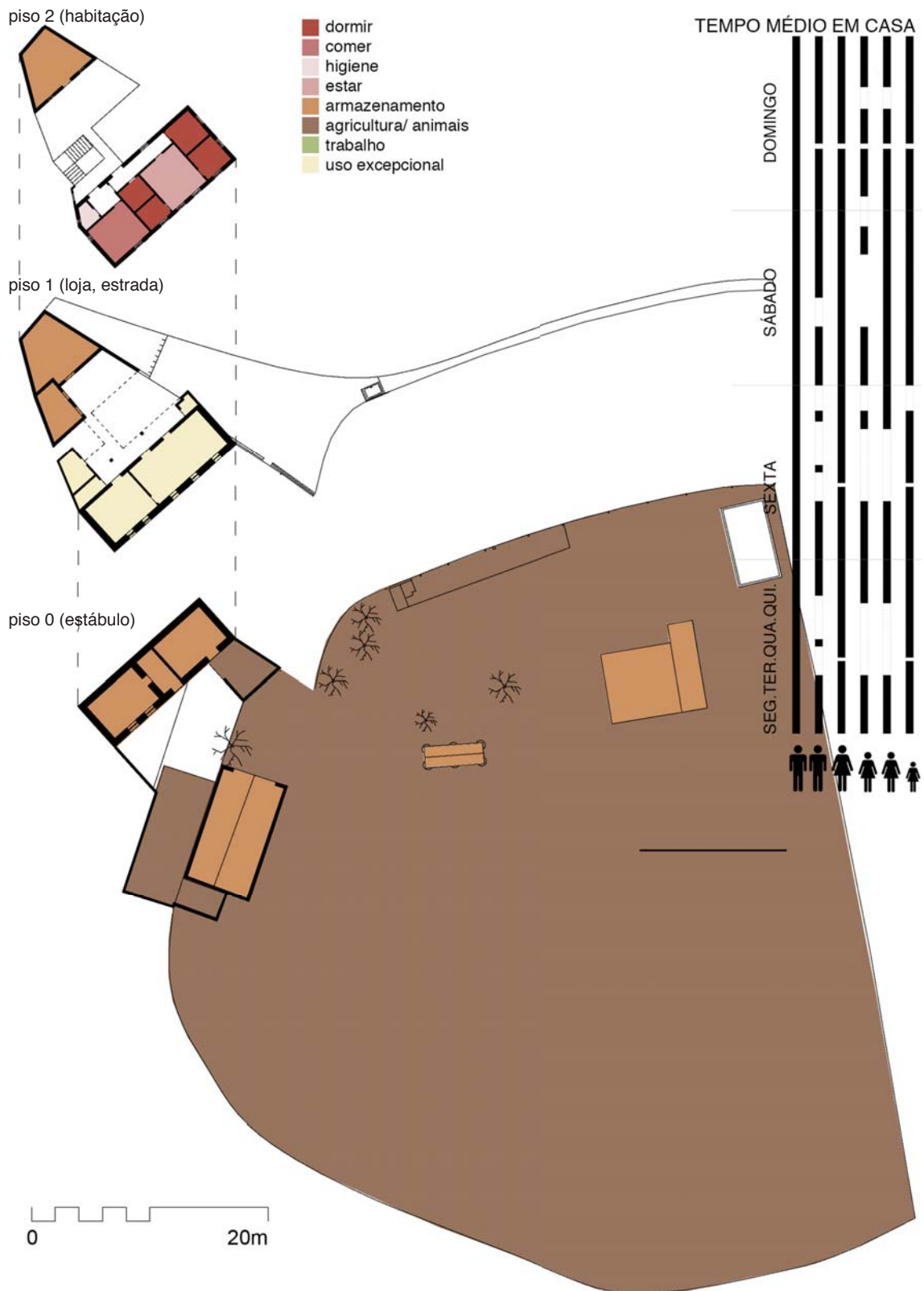
Provisoriamente, o novo casal instalou-se na casa Monteiro de onde até hoje ainda não saíram. A 1ª geração começava a ter algumas dificuldades na gestão do negócio familiar dado o avanço da idade, que terá passado progressivamente para as mãos da segunda geração, motivando a permanência na casa.

A viragem de milénio resultou em profundas alterações culturais, que se refletiram numa significativa transformação da utilização do espaço. A afirmação da dependência urbana reforçada pela definitiva democratização do automóvel e construção de autoestradas, o envelhecimento da primeira geração de moradores e o sucessivo aumento de controlo dos modos como se organizavam os estabelecimentos comerciais, quer financeira quer sanitariamente, influenciaram a progressiva regressão do negócio, que acabou por fechar em 2010. A família terá considerado que a diminuição do volume de negócio não justificava o investimento nas adaptações aos novos requisitos legais para manter o negócio em funcionamento, acabando por encerrar o estabelecimento.

A estrutura familiar entretanto alterou-se, sendo o agregado atual composto por 6 pessoas. O Sr. Monteiro, principal promotor das transformações, ficou viúvo. O casal da segunda geração teve três filhas, atualmente entre os 4 e os 18 anos. No entanto, o aumento do número de habitantes não terá influenciado grandes transformações físicas da habitação por se perspetivar uma mudança para a nova casa, que permanece até hoje inacabada. O marido, construtor civil por conta própria, passou a ser o único elemento do agregado com emprego. A mulher fica em casa, a tratar da horta para autoconsumo e do pai, que raramente sai da cama. As duas filhas mais velhas andam na escola, no centro escolar de Ponte da Barca. A mais nova fica em casa, com a mãe.

A organização atual da casa materializa essencialmente as opções do proprietário e tem por isso no seu diagrama de atores-autores um protagonista. No entanto, a atuação do proprietário dependeu sempre de uma série de fatores externos, desde a instalação elétrica à abertura da estrada muni-
83. Informação obtida por consulta ao processo de licenciamento da respetiva habitação, arquivado com o número de processo 27/93 no arquivo municipal.

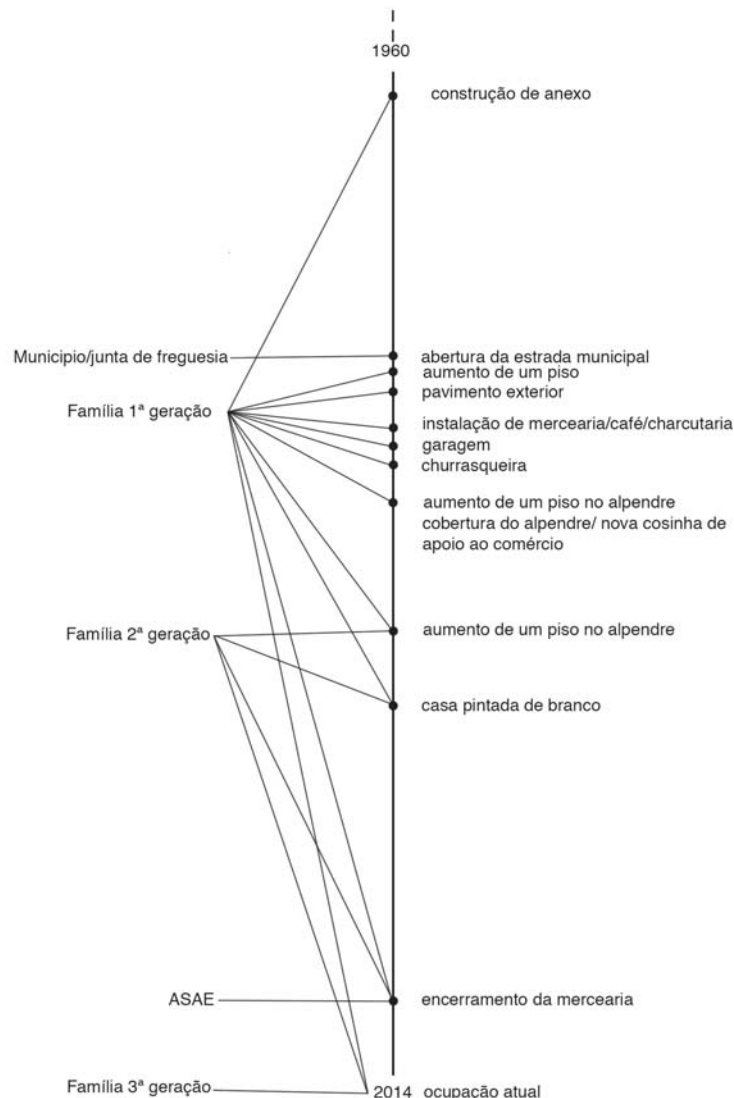
2. Bravães: um caso de estudo



91. Planta explodida com marcação do uso dos espaços. Desenho do autor

cial, das transformações culturais ao decréscimo demográfico da freguesia, da disponibilidade dos materiais construtivos à atualização da legislação para licenciamento de atividade comercial, diluindo a autoria do objeto resultante num vasto leque de atores.

Numa perspetiva de conceção e ocupação futura, a segunda família tem vindo a ponderar a hipótese de desistir em definitivo da casa iniciada em 1993 e partir para uma reabilitação, o que poderá ser o reflexo de uma nova tendência cultural que é visível na região. Têm sido cofinanciadas reabilitações para turismo rural⁸⁴, surgiram uma série de ações de sensibilização para a importância da reabilitação promovidas pelos municípios próximos⁸⁵, a própria cultura de nostalgia rural que se identificou no início deste estudo tem sido canalizada para a reabilitação, na procura dos símbolos rurais perdidos. Terão sido estas transformações culturais que influenciaram a ideia de possível reabilitação da casa Monteiro, ideia motivada também pelo desempenho do espaço que se abordará adiante.

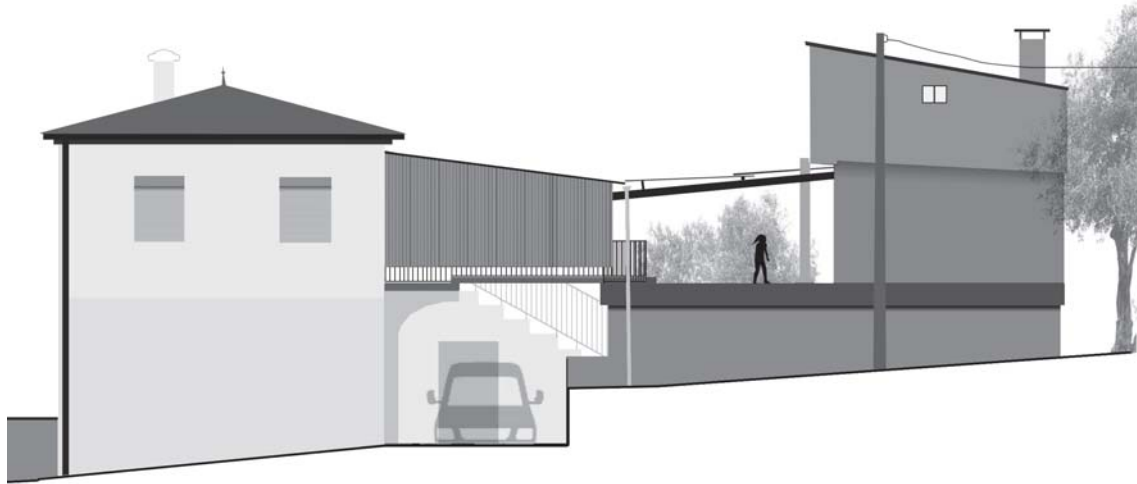


92. Cronologia de atores-autores na transformação do espaço

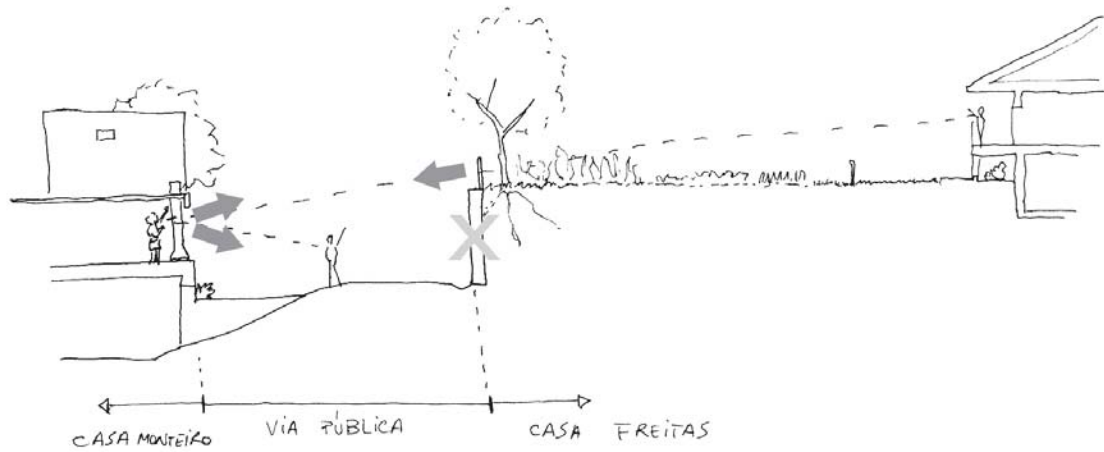
84. Apoiadas, entre outros, pelo PRODER (programa de desenvolvimento rural)

85. Entre as quais o “Colóquio Internacional de Arquitetura Popular” (2013) promovido pelo município de Arcos de Valdevez e a exposição e livro “Ponte da Barca, memórias da Arquitetura Popular – Fotografias de António Meneres” (2013), publicação promovida pelo município de Ponte da Barca

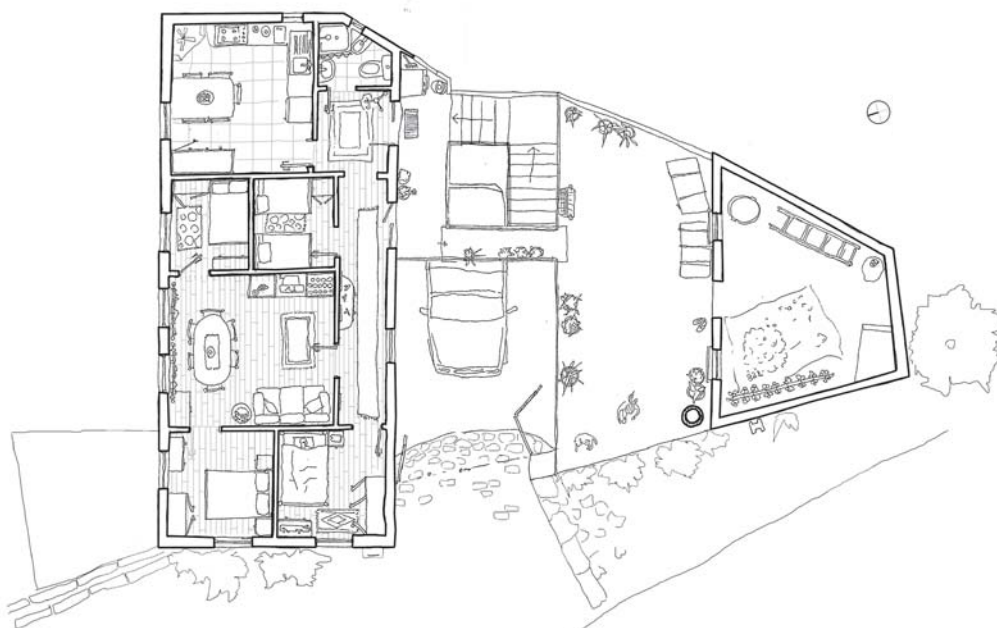
2. Bravões: um caso de estudo



93. Alçado principal da casa Monteiro. levantamento e ilustração do autor.



94. Corte esquemático de relação entre a páteo e a vizinhança. Há uma relação visual muito forte entre o espaço doméstico e a via pública, o que já não acontece com a casa dos vizinhos.



95. Planta do espaço ocupado para habitação (piso 3), levantamento e desenho do autor.

C) DESEMPENHO

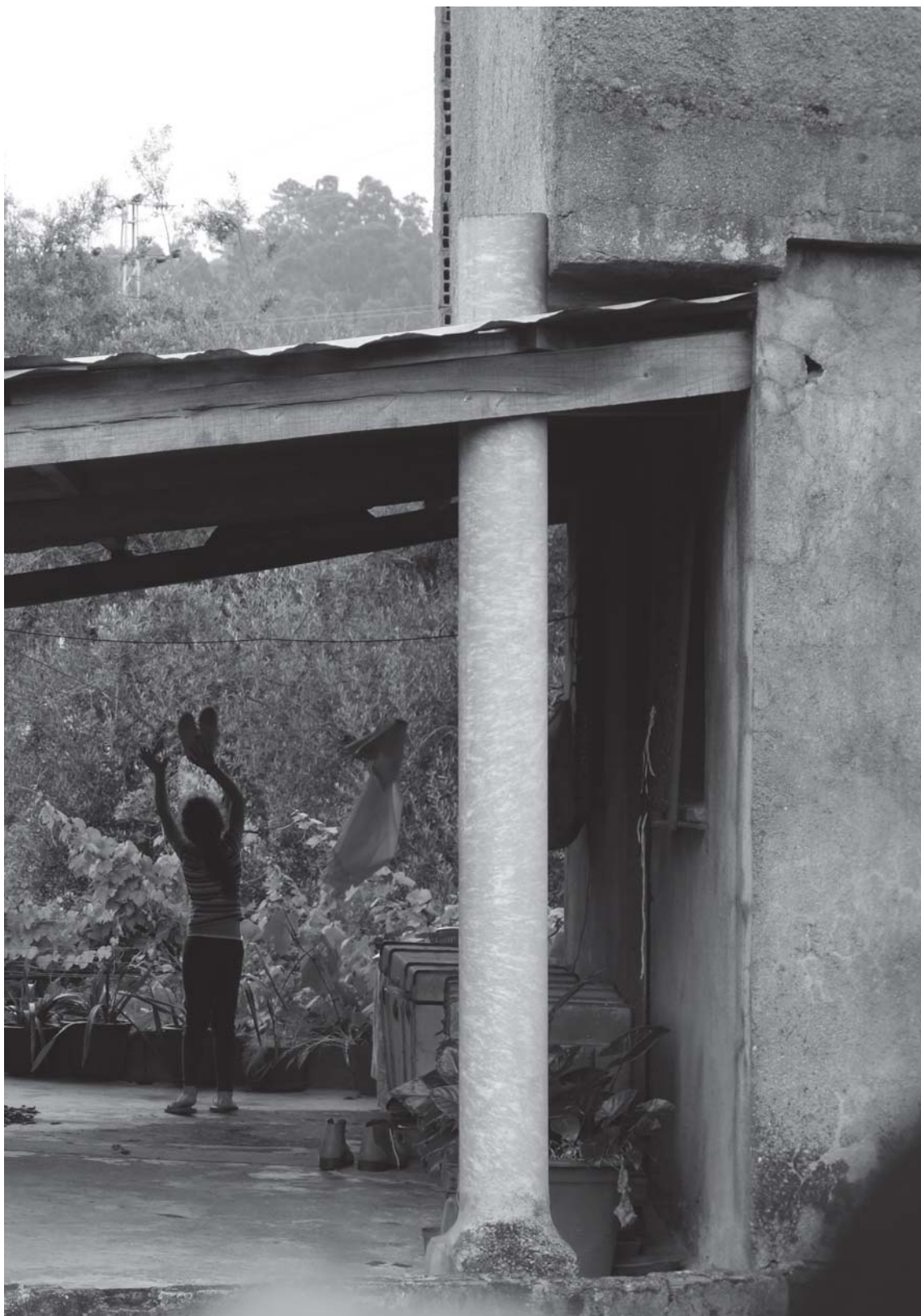
As sucessivas transformações da casa Monteiro resultaram num objeto ambíguo, materializado com fraca qualidade construtiva e uma qualidade compositiva bastante discutível. Os ocupantes atuais rejeitam as várias próteses que a casa foi ganhando, construídos ao redor da casa antiga, defendendo que atribuem à casa um ar precário. No entanto, a casa Monteiro, e a própria precaridade das construções que foi agregando, reflete o seu tempo e os seus habitantes e é um somatório puro e sincero de materializações culturais, tanto nos materiais utilizados como no modo funcional com que tudo ganhou forma. Trata-se de um projeto de transformação, ampliação, sobreposição e adição de elementos que atribui à casa um aspeto completamente novo mas que, apesar de tudo, se materializou de uma forma em que a casa central, entretanto alterada, continua a ser protagonista e legível.

Longe de pretender elevar a casa ao estatuto de obra artística, não podemos ser alheios à lição de honestidade e à genuinidade plástica que, de uma forma intuitiva e espontânea, a casa adquiriu. No meio da mistura e sobreposição de materiais e formas, a casa torna-se uma construção contínua com espaços que complementam o quotidiano familiar.

A implantação e o modo de ocupação da casa, com uma presença frequente no pátio voltado para a estrada, cria uma franca comunicação visual entre público e privado. É comum as pessoas que circulam a pé pararem junto à casa para por a conversa em dia, estando ainda na memória dos locais a época em que aquele espaço era, enquanto comércio, um frequente ponto de encontro da comunidade.

O espaço da casa Monteiro está visivelmente subaproveitado e expectante, resultado do fecho do estabelecimento comercial, que ainda não se traduziu numa ocupação do antigo espaço de comércio. O piso que se destinou durante décadas ao comércio guarda agora o mobiliário e as marcas da atividade do passado. A área destinada a habitação continua a ser uma pequena fração do espaço total da casa, embora seja possível perceber que o espaço está sobrelotado. O casal da segunda geração, como se viu, canalizou durante anos a necessidade de melhores condições habitacionais na construção de uma casa nova, tendo ocupado o espaço desta casa na expectativa de uma futura mudança. A inconclusão da casa nova não foi assimilada como algo definitivo para a família e levou a que, ainda hoje, ocupe o espaço numa expectativa indefinida de mudança. Admite que a casa está longe do desejável, mas as dificuldades económicas e a cultura que marca a ocupação espacial têm-se traduzido numa apatia e incapacidade de mudança.

“Nunca fomos uma família de grandes luxos. Também nunca passamos fome. Fomos vivendo com o que a loja dava. Agora já não dá, e o trabalho na construção do meu marido também já não dá o que dava. Para já vamos ficando por aqui, enquanto o meu pai precisa de ajuda. Se calhar já nem daqui saímos. A casa lá de cima depois fica para uma filha. O meu pai já não dura muito, a idade não perdoa. Enquanto ele for vivo não dá para alterar nada, porque foi ele que construiu esta casa com muito esforço, e não quer que se estrague o que lhe custou tanto construir. Não vale a pena en-



*trarmos em conflitos nesta fase da vida dele. As casas dos pais nunca servem para os filhos, que não têm autoridade para alterar o que os pais constroem. As casas herdadas só servem para os netos, porque quando precisam dela os avós já lá não estão.”*⁸⁶

Curiosamente, embora tenha canalizado a necessidade de um novo espaço na construção de uma casa nova, a família admite a possibilidade de permanecer na casa atual. A casa, como está, não agrada à família mas vai satisfazendo a suas principais necessidades. Identificam uma série de aspetos positivos da casa que habitam, o que terá em parte contribuído para a permanência e conclusão da casa nova.

*“Gostamos de cá viver, no lugar. Este sítio é melhor que o da casa nova. Aqui estamos perto da estrada e da igreja. Lá em cima (na casa nova) estamos no meio do nada, não tem vizinhos. E esta casa se formos a ver não é assim tão má. Tem muito espaço, só não está a ser usado. Há tanta gente agora a restaurar casas antigas, bem mais pequenas que esta. Talvez o futuro desta também seja um restauro. Gostava de a ver mais arranjadinha. Deitar estes barracos todos a baixo e restaurar a casa.”*⁸⁷

Em síntese, o desejo de um espaço que traduza a nova cultura da família terá sido canalizado para uma nova construção, fora do lugar, que a própria família admite agora ser também desadequada. A vivência na casa Monteiro, que durante anos foi um importante ponto de encontro da população, terá influenciado a cultura dos moradores, habituados a uma interação constante com a comunidade local, que admitem ser uma mais-valia da casa atual. Motivados por essa cultura e pela proximidade com o centro cívico e com a estrada Nacional, consideram agora a hipótese de permanecer em definitivo na casa e partir para um projeto de reabilitação, que será também um reflexo das recentes transformações culturais do território.

86. Citando de memória Rosa Monteiro após entrevista

87. Idem

2. Bravães: um caso de estudo

NOTA FINAL

Como se viu, tanto pelos registos gráficos como pelo depoimento dos habitantes, a casa Monteiro encontra-se num processo decadente, motivado pelas sucessivas alterações culturais da família e do lugar. Os atuais ocupantes apropriam-se do espaço de um modo pouco intenso, quer por haver um compromisso moral de respeito pela primeira geração, principal proprietária, quer por terem vivido na expectativa de mudança.

O processo de decadência da casa Monteiro traduz-se num abandono do que terá sido o 'coração' da casa no passado, e numa expansão, de dentro para fora, de fraca qualidade e pouca reflexão. O grande problema da casa Monteiro é a dificuldade que existe em reorganizar o espaço pós regressão, de reverter o processo de expansão de fraca qualidade, que constitui um dos principais obstáculos para o bom desempenho da casa. O facto de não se identificarem com as várias próteses precárias que a casa foi acoplando, será um aspecto que motiva a cultura de passividade com que os ocupantes vão deixando o espaço se degradar. As novas influências culturais, que têm vindo a incluir a reabilitação na cultura construtiva da região, serão, pela intenção atual dos proprietários, preponderantes para o futuro da casa Monteiro. Esta casa permitiu essencialmente perceber como se materializaram as várias transformações numa fase em que o controlo urbanístico era muito pouco consequente, o que se tem vindo progressivamente a inverter. O próximo caso particular surge num contexto em que a legislação já era mais consequente, já com o PDM de primeira geração em vigor, o que permitirá perceber de que forma a cultura construtiva se adaptou aos novos cenários legais.

2. Bravães: um caso de estudo



97. Planta de localização na área de estudo.

2.2.3 CASA FREITAS

Projeto: Desenhador (1995)



98. Casa Freitas vista desde caminho público

2. Bravães: um caso de estudo



99. Vista de pássaro sobre a casa Freitas, sinalizada a cores. Fotografia do autor (drone)

NOTA INTRODUTÓRIA

Este capítulo mantém a organização em três tópicos fundamentais, tal como os anteriores. O primeiro tópico dá nota do contexto cultural, tanto da família como do lugar, que terá influenciado o modo em que o processo construtivo se desenrolou. O projeto é contemporâneo à entrada em vigor do primeiro PDM e surge, por isso num contexto em que as construções passavam a estar mais controladas pela legislação. Será por esse motivo que a família opta por recorrer a um técnico projetista, um desenhador, já que a apresentação de desenhos era obrigatória para o licenciamento das obras.

Num segundo tópico, interessa perceber o modo com que o espaço se tem vindo a construir e a organizar. Apesar do projeto do desenhador ser determinante no caráter da casa, é necessário conhecer o papel de outros atores, como o município (gestão urbanística) e os proprietários. Como se verá, o controle urbanístico esteve longe de ser eficaz neste caso. Tal como vários projetos das últimas décadas, a casa Freitas foi concebida a prever uma série de transformações ilegais posteriores à fase de projeto e construção inicial, que aumentaram significativamente a área habitável. Não estando em causa o julgamento das ações ilegais, ou 'alegais', neste estudo, cabe relatar o engenho com que as manipulações e transformações foram concebidas, sem recurso a qualquer técnico projetista. No final do tópico, será perceptível que a organização do espaço, embora tenha tido na figura do desenhador e do chefe de família um papel preponderante, não depende exclusivamente destes dois elementos, mas sim de uma série de controvérsias entre diversos atores, que vão influenciando as várias transformações.

No terceiro tópico faz-se uma leitura do desempenho do objeto 'casa' no seu todo. Interessa sobretudo perceber de que forma é que ele responde às necessidades e aos desejos impostos pela ocupação dos moradores e, paralelamente, de que forma é que ele molda a própria ocupação. Será visível que, embora a família considere por unanimidade que o objeto responde de uma forma eficaz ao uso familiar, os vários elementos do agregado fazem leituras diferentes do objeto, que se materializam em atitudes diferentes na sua ocupação e transformação. A casa, no seu todo, é o reflexo da cultura dos seus ocupantes, embora se possam traçar algumas subdivisões em aspetos particulares da casa que resultam da iniciativa de elementos específicos do agregado.

No final, será visível que a cultura construtiva motivada pelo reforço do controlo urbanístico foi preponderante nas várias opções e que, embora haja uma rutura expressiva com a arquitetura tradicional minhota, esta casa revela aspetos há muito enraizados na cultura local. No sentido inverso, as várias interpretações culturais que a construção da casa Freitas materializa, constituindo novos exemplos físicos, alimentam e reinventam a cultura em que a família rege as construções subsequentes.

2. Bravães: um caso de estudo



100. Casa da Torre, projetada pelo mesmo desenhador, Agostinho Freitas (1992)

A) CONTEXTO CULTURAL

O período entre os anos 70 e 90 marcou um enorme aumento na construção de habitação, tanto em Bravães como em todo o alto Minho.⁸⁸ Face ao progressivo crescimento e aos problemas relacionados com a falta de controlo das construções que se multiplicavam, os municípios reforçaram o controlo dos projetos licenciados. No caso de Ponte da Barca, passaram a ser exigidas peças desenhadas a partir de 1980⁸⁹. Não foi possível encontrar dados que o comprovem, mas é possível perceber uma clara escassez de técnicos para produzir desenhos de arquitetura na altura, que possibilitou que uma série de indivíduos habilitados, geralmente com profissões noutras áreas, se tornassem desenhadores de um modo autodidata, canalizando a necessidade do mercado construtivo num rendimento extra. Este fator levou a uma proliferação de projetos desenvolvidos à margem da cultura arquitetónica, que acabaram por influenciar de uma forma muito significativa a cultura construtiva do território.

Corria o ano de 1991 quando a família Freitas, constituída por um casal na casa dos 30 anos de idade e um filho pequeno, percebeu que iria ter um segundo filho. A família, descendente de agricultores, teria morado toda a vida em casas rurais, construções sem grandes confortos que visavam sobretudo servir o trabalho agrícola. As casas construíam-se sobretudo com uma preocupação com a função a que se destinavam, antes de procurar uma solução arquitetónica dotada de veleidades formais. Essa ideia de despreocupação formal da arquitetura que resulta da cultura tradicional minhota é reforçada com um apontamento relativo à precariedade das cozinhas tradicionais, de Ernesto Veiga de Oliveira e Frenando Galhano, na obra “Arquitetura Tradicional Portuguesa” (1992).

“A ausência de chaminé, a escassez de aberturas, a própria natureza do trabalho agrícola da região, que obriga toda a gente da casa a trabalho permanente no campo, a necessidade de manter o gado estabulado e os conceitos gerais da economia doméstica que dominam as populações nortenhas são causa da característica escuridão e desalinho destas cozinhas; elas são geralmente negras de fuligem, e mostram uma ausência total de preocupações estéticas ou decorativas”⁹⁰

Logo após o casamento, em 1988, a família ocupou uma precária casa rural herdada numa freguesia vizinha, enquanto não tinha meios para construir. A gravidez inesperada e a falta de espaço na casa onde moravam levou a família a necessitar de uma casa nova.

Aquando da necessidade de construir, o contexto cultural da família estava bastante distante da atividade dos arquitetos. Segundo relatam os próprios, as opções que tinham na construção era recorrer a um desenhador, mais barato, ou a um engenheiro, mais caro e nem sempre melhor. Escolheram um desenhador, um primo do chefe de família que trabalhava nas finanças e era desenhador em *part-time*, já com uma quantidade de projetos construídos considerável, que lhe atribuía algum prestígio e reconhecimento local. Entre eles, estava a “casa da torre”, uma vivenda desenhada para um vencedor de um prémio de lotaria.⁹¹

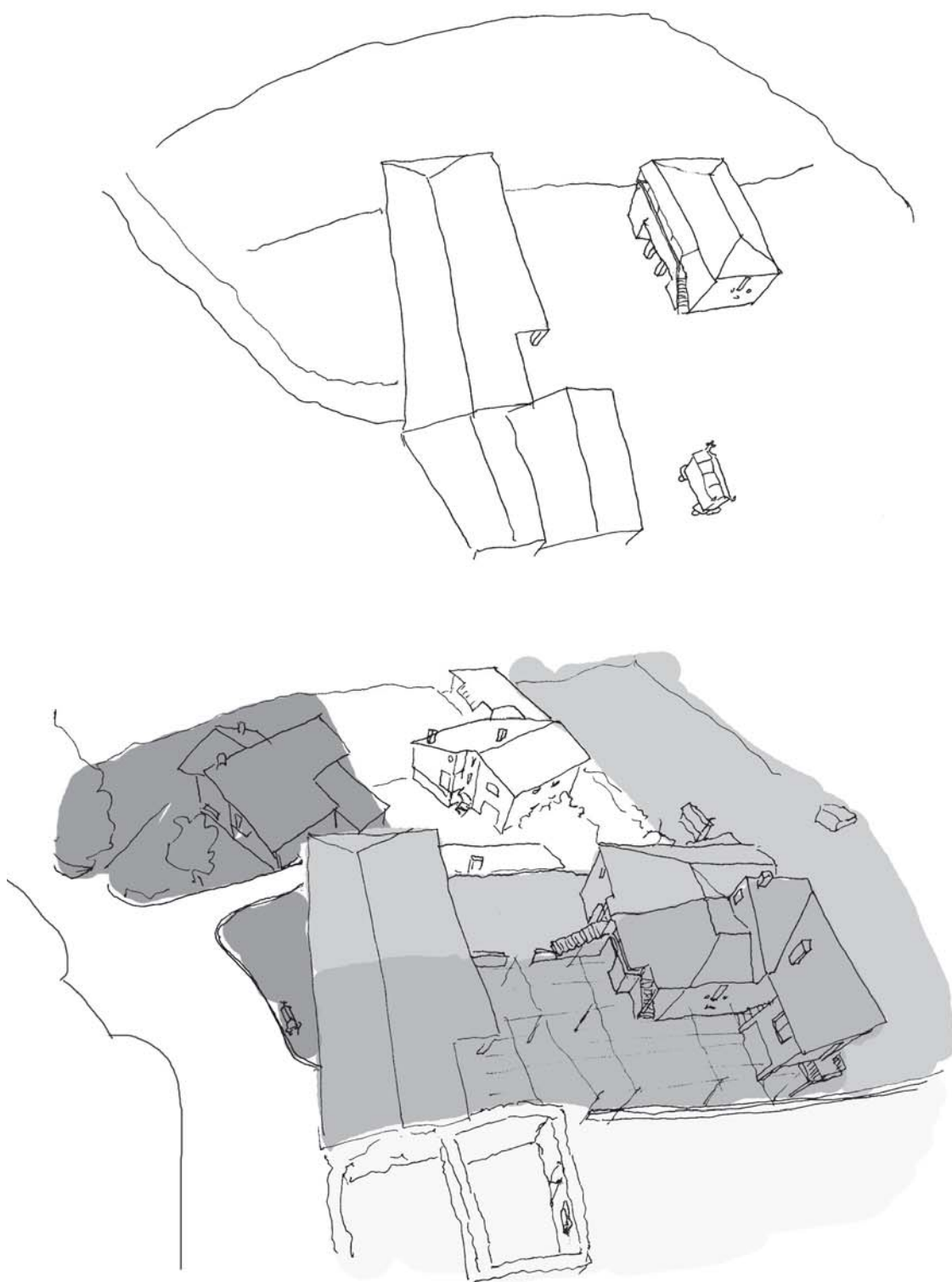
88. Segundo dados do INE

89. Informação do GPPDE do município de Ponte da Barca.

90. OLIVEIRA & GALHANO, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 1992, p. 44

91. Segundo declarações de morador em entrevista.

2. Bravães: um caso de estudo



101. Evolução da quinta do real, de propriedade única (início do séc XX) a somatório de propriedades atual.

B) CONCEÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O terreno estava já escolhido, numa das parcelas agrícolas da quinta da “casa do real”. Na parcela ao lado decorria a construção da casa de um familiar, num processo idêntico ao que estavam prestes a levar a cabo. A quinta do real, que no início do século XX era uma propriedade única, estava agora dividida por 6 parcelas para seis herdeiros⁹², o que revela um recorrente fenómeno de progressiva subdivisão das áreas das propriedades, muitas vezes em parcelas menores que as áreas mínimas estabelecidas pelos regulamentos de gestão da ocupação do solo, como é o caso do terreno da família Freitas e do vizinho. Existem algumas formas de contornar o regulamento de divisão de propriedade. Neste caso, registou-se a propriedade inicial em compropriedade, exercendo-se de seguida o direito a divisão de coisa comum, algo que a legislação atual ainda permite⁹³. O projeto é encomendado em 1993, com várias condições impostas.

*“Queríamos uma cozinha grande porque é na cozinha que a família se junta. Tinha de ser uma cozinha para cozinhar, para comer, para ver televisão no sofá, para os miúdos fazerem os trabalhos de casa.”*⁹⁴

O designer terá tido a sua função reduzida ao ato de traduzir em desenho técnico as decisões da família, que eram transmitidas não só em conversas mas, surpreendentemente, em desenhos e em maquetes⁹⁵. A criatividade deste processo esteve por isso mais ligada aos proprietários do que ao técnico.

A organização interna, em pisos desfasados, foi inspirada na casa do vizinho, que permitia que se fosse subindo a casa de meio em meio piso, sem nunca ter de subir um piso completo. Segundo os próprios, a fachada foi o aspeto que menos valorizaram, confessando ter sido consequência da organização interna do espaço.

*“As casas são como as pessoas, o que interessa é o interior”*⁹⁶

A organização do espaço foi claramente influenciada pela conceção cultural que os proprietários tinham da casa, enquanto lar. A tradição minhota teria na cozinha o coração da casa, enquanto espaço de reunião familiar. Essa ideia é fundamental para a definição da zona comum da habitação, criando uma cozinha com zona de comer e zona de estar, num total de 34 metros quadrados, estranhamente grande para a cultura construtiva da época. Terá sido a maior cozinha até então projetada pelo designer.⁹⁷

92. A informação baseia-se em declarações dos elementos da família entrevistados. Por observação do local, ainda é possível confirmar a antiga estrutura da propriedade e o conjunto arquitetónico inicial, um complexo agrícola com habitação de dois pisos e alpendre, entretanto desconfigurado por sucessivas intervenções.

93. Artigo 1412º do Código Civil – Compropriedade: Direito a exigir divisão

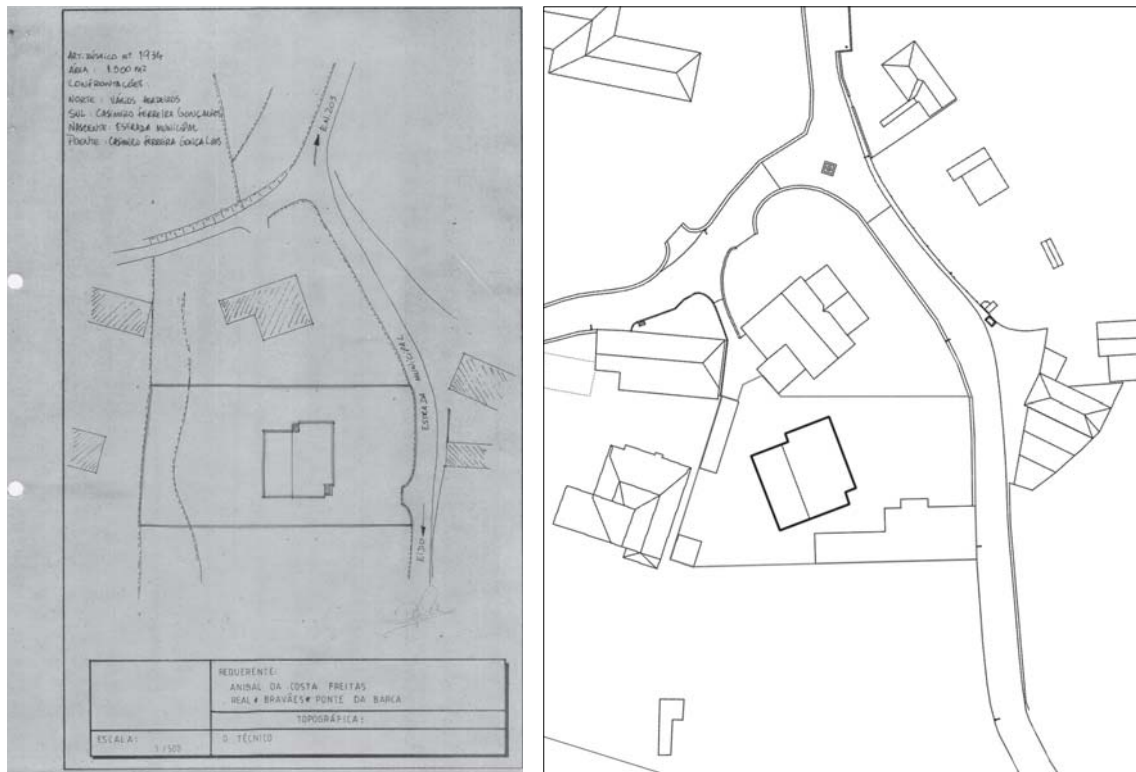
94. Citando de memória o proprietário em entrevista.

95. O proprietário, trabalhador na indústria de mármore e granitos, tinha alguma facilidade e experiência de desenho e escultura. Segundo o próprio, terá feito uma série de esquemas de planta e cortes e chegou mesmo a construir uma maquete do volume exterior da casa em mármore, à escala 1-100, onde colou uma fotocópia dos alçados.

96. Citando de memória o proprietário em entrevista.

97. A informação baseia-se em declarações dos elementos da família entrevistados.

2. Bravões: um caso de estudo



A primeira tentativa de licenciamento do projeto falhou porque as dimensões do terreno, afeto à Reserva Agrícola Nacional, não garantiam que após a construção sobrasse uma área igual ou superior à unidade mínima de cultura.⁹⁸ No entanto, decorriam os estudos para a definição do primeiro PDM de Ponte da Barca, aprovado em 1995.⁹⁹ O PDM alterou o estatuto do terreno, considerando-o agora como área de expansão urbana, deixando de estar afeto à RAN. O projeto foi aprovado nesse ano, 1995, e avançou para construção no mesmo ano. No ano seguinte começou a ser habitado.

A construção inicial não seguiu todos os pormenores do projeto¹⁰⁰ e introduziu logo à partida vários aspetos que alteraram a configuração atual da casa. Uma das alterações mais significativas foi a inclusão de duas janelas no sótão, uma de cada lado da casa. A fiscalização da obra terá deixado passar essas alterações, como comprova o depoimento do proprietário.

“Quando a fiscal cá esteve e viu a janela começou a levantar problemas, mas eu expliquei que foi deixada aberta por uma questão de ventilação do espaço do sótão, garantindo que não ia usar o espaço para habitação. Quando ela perguntou se havia mais alterações no projeto eu disse logo que não, não fosse ela implicar pela janela ilegal da parte de trás da casa também. Felizmente para mim, a fiscal nem se deu ao trabalho de dar a volta à casa e deixou passar a janela da frente.”¹⁰¹

Outro aspeto que a família decidiu alterar em relação ao projeto foi a implantação e orientação da casa no terreno.

“No projeto a casa estava paralela à estrada, mas eu achei que era melhor rodá-la um bocado por dois motivos. Primeiro, ao rodá-la garantimos que ela apanhe sol em todas as fachadas, porque a casa deixa de ter fachadas viradas a Norte. Em segundo lugar, puxámo-la mais para cima e alinhámos com o acesso secundário, que passou a ser o principal porque está virado para a casas dos vizinhos, que são da família.”¹⁰²

A ocupação da habitação exigiu de imediato a construção de um galinheiro junto ao canto mais escondido da propriedade, sem qualquer licença, processo bastante frequente nas casas desta região. Em 1998 o caminho de servidão aberto para ligar a casa à rede de estradas foi alcatroado pela camara municipal.¹⁰³ No ano seguinte o proprietário abriu, por mão própria, as janelas e portas que permitiram o acesso à cave, sem qualquer licença de construção. Este novo espaço serviu para instalar a adega e armazém de produtos agrícolas que a família produzia para autoconsumo. Logo a seguir à cave, sempre por mão-de-obra própria e sem qualquer licença, construiu-se um novo edifício de apoio à habitação, construído no limite da propriedade, tal como o galinheiro. O novo edifício está dividido em 3 compartimentos, um para guardar lenha, outro para instalar uma churrasqueira e outro para instalar uma segunda cozinha. Embora já existisse uma cozinha no edifício

98. Informação obtida em consulta ao processo de licença para obras n.º240/93, arquivo municipal de Ponte da Barca.

99. Informação cedida pelo arquiteto Pedro Sousa, chefe do GPPDE de Ponte da Barca.

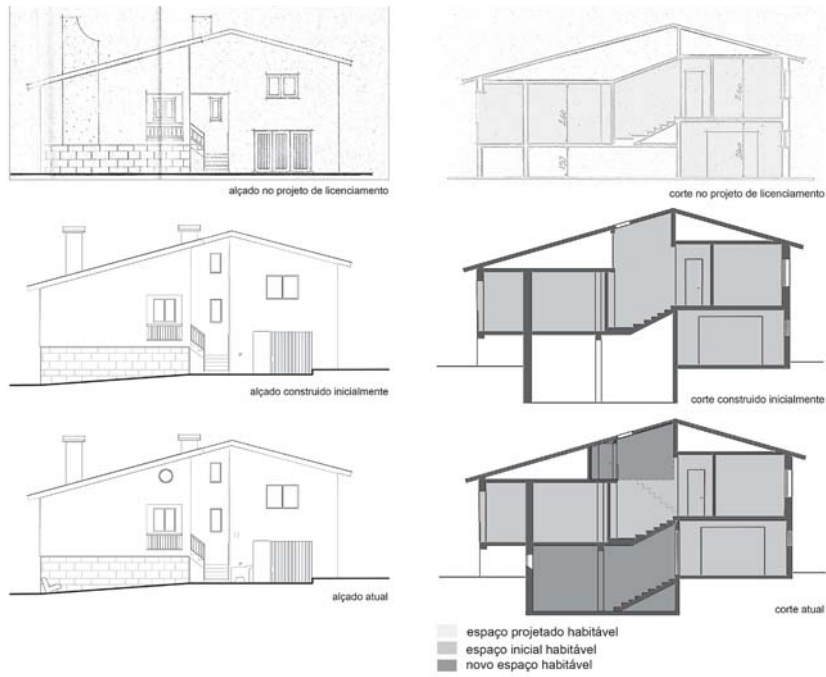
100. Como é possível perceber pela comparação entre as peças desenhadas do projeto e a construção atual.

101. Citando de memória o proprietário em entrevista.

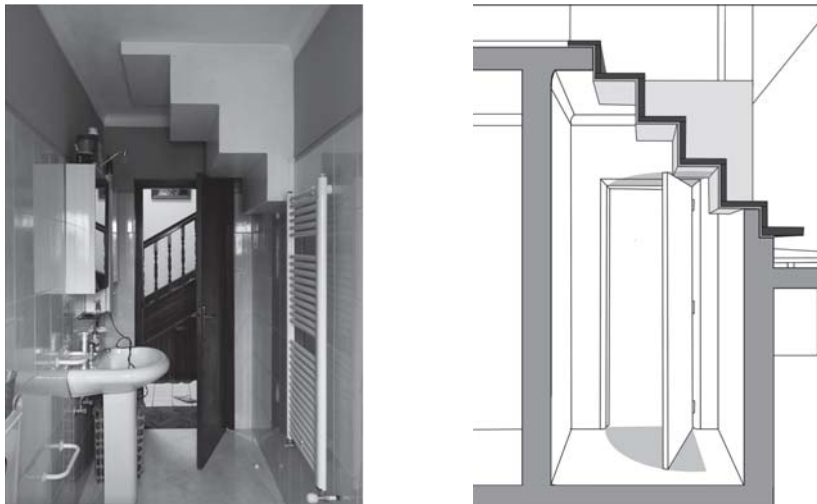
102. Idem

103. Data obtida em entrevista aos proprietários

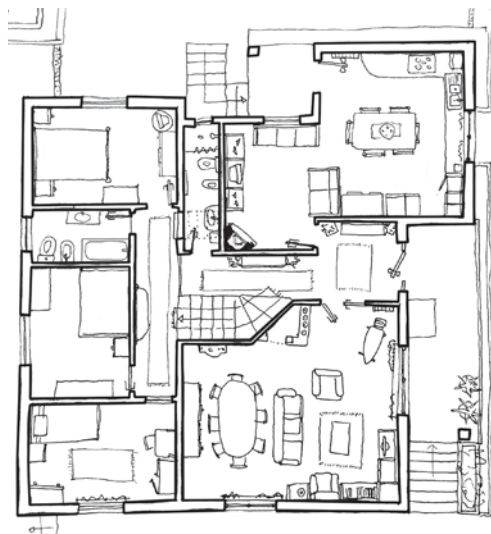
2. Bravões: um caso de estudo



103. Evolução de alçados e cortes da casa Freitas.



104. Fotografia e corte perspectivo da escada de acesso ao sótão, a partir da casa de banho.



105. Planta do espaço ocupado (piso 0,5 e piso 1), levantamento e desenho do autor.

habitacional, a criação desta segunda cozinha surge com o objetivo de criar um espaço de apoio à atividade agropecuária que ainda mantinham (tanto no terreno contíguo à casa como noutras propriedades herdadas), evitando que as atividades mais sujas, como a limpeza de vegetais ou a preparação de animais após a matança, se realizassem na cozinha da casa.

Seguiram-se as obras de abertura e acesso ao espaço do sótão, também projetadas e construídas pela família, que merecem um especial destaque pela habilidade construtiva que comprovam. Apesar do projeto inicial prever a possibilidade de um posterior acesso ao sótão, esse acesso não estava definido. Em construção previa-se um acesso através de umas escadas dobráveis ou retráteis, por uma abertura deixada no interior. O nascimento de mais um filho contribuiu para a necessidade de criar mais um quarto, e a ideia inicial de utilizar o sótão como espaço essencialmente de arrumos foi substituída pela necessidade de o transformar em quarto de dormir e espaço habitável. Para isso, seria necessário um acesso permanente, em vez das escadas de sótão dobráveis inicialmente pensadas. A nova escada foi aberta sobre a casa de banho. A limitação do espaço, devida à necessidade de continuar a abrir a porta da casa de banho, levou a que o proprietário criasse uma escada própria para o local, com uma estrutura em chapa metálica muito fina, desenhada ao milímetro, que acaba por comprovar o rigor e a inventividade técnica que ainda existe nas construções mais populares.

Em 2007, o sr. Freitas decide aventurar-se ao trabalho por conta própria. Depois de alguma ponderação sobre o melhor local a instalar o seu negócio, entre alguns terrenos que a família tem, decidiu que o melhor local seria nas traseiras da casa. Para construir o barracão de 210 m² que hoje abriga as máquinas de transformação de pedra e um veículo de trabalho, não precisou de qualquer licença, segundo garante.

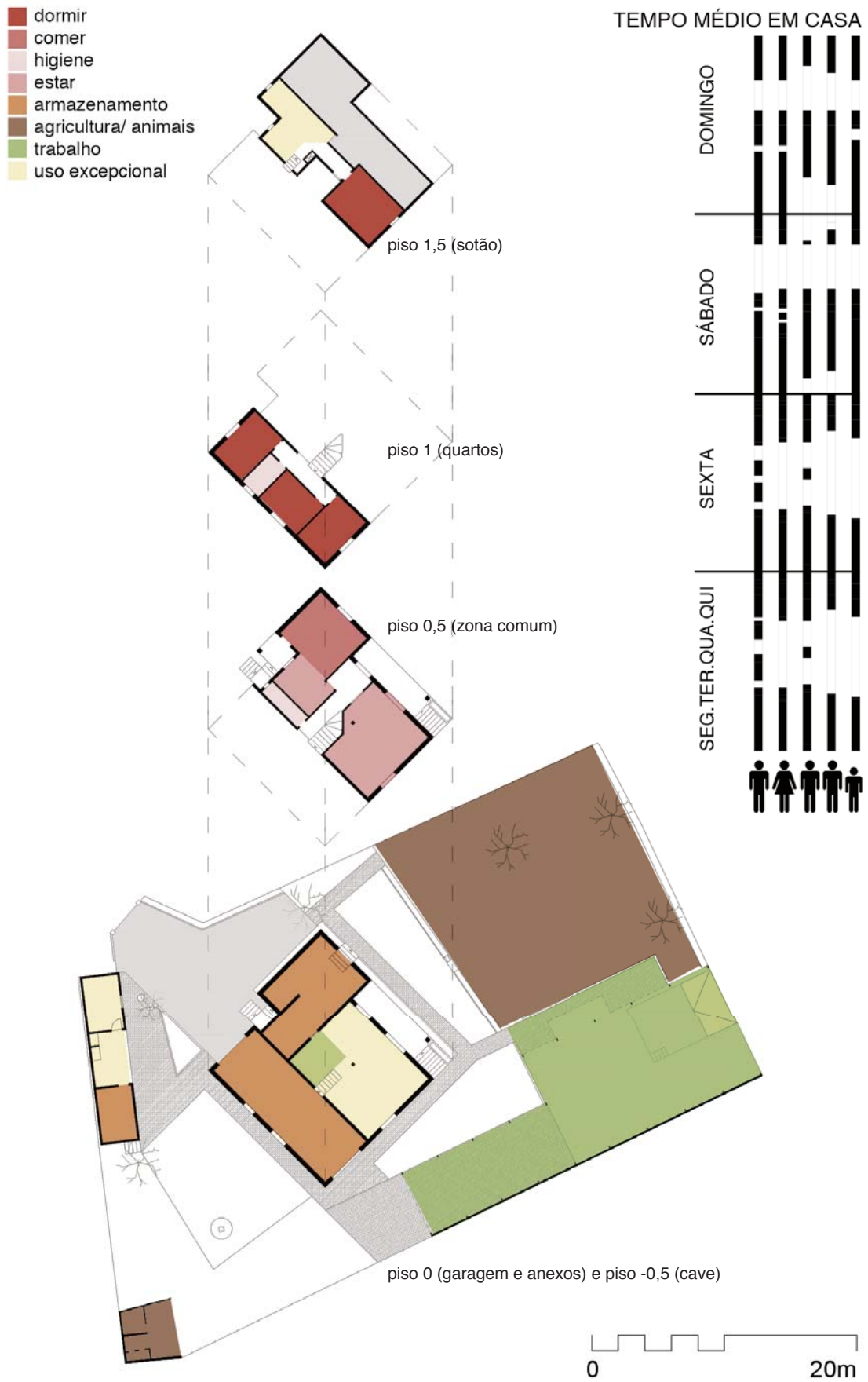
“Quando eu falei na camara, junto das pessoas certas, que queria construir um alpendre para trabalhar, eles disseram para eu estar descansado. Se os vizinhos não levantassem problemas, eles também não levantariam. Tive a sorte de me dar bem com os vizinhos. Mesmo assim, construí isto na altura em que as árvores e as videiras tinham mais folha, com chapas verdes nas paredes, para não dar nas vistas.”¹⁰⁴

O espaço da casa, quer interior quer exterior, é completamente ocupado pelos 5 elementos do agregado. A casa organiza-se em meios pisos associados a programas diferentes.

Numa ordem ascendente, a casa é constituída por um primeiro nível semienterrado, a cave que não estava no projeto, onde se localiza a loja, a adega e um salão amplo que inicialmente se previa para salão de festas, mas que se tem ocupado como ginásio e escritório. No piso térreo localiza-se a garagem e, naturalmente, todos os edifícios de apoio que foram surgindo no terreno. No meio piso seguinte localiza-se a zona comum da habitação, com cozinha, sala e casa de banho. Segue-se a primeira zona de quartos, meio piso acima, com 3 quartos, um para o casal e um para cada filho, e uma casa de banho. Por último tem-se o piso do sótão, inexistente no projeto, onde existe mais um quarto, ocupado por um filho, e uma área de uso misto, que tanto é circulação para aceder ao quarto, como é um escritório e uma pequena oficina de costura.

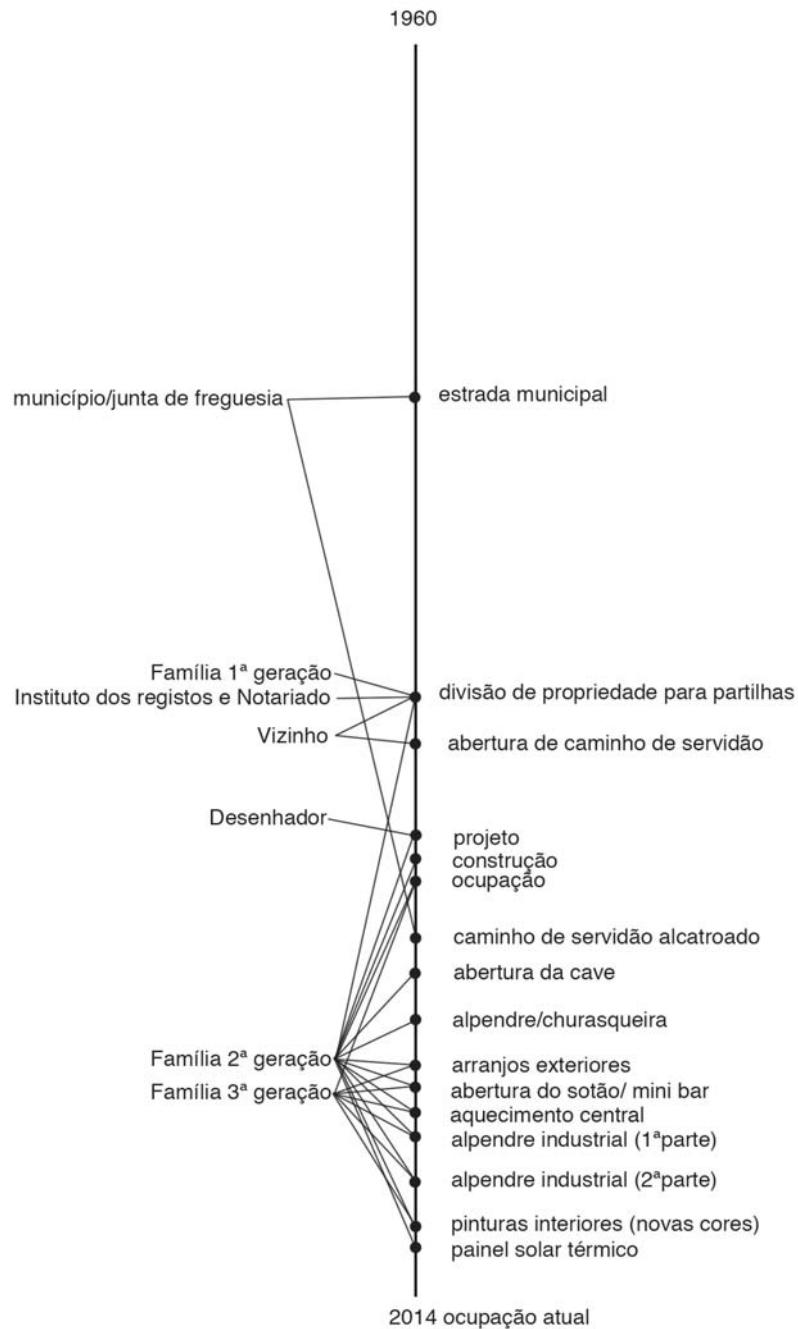
104. Citando de memória o proprietário em entrevista.

2. Bravães: um caso de estudo

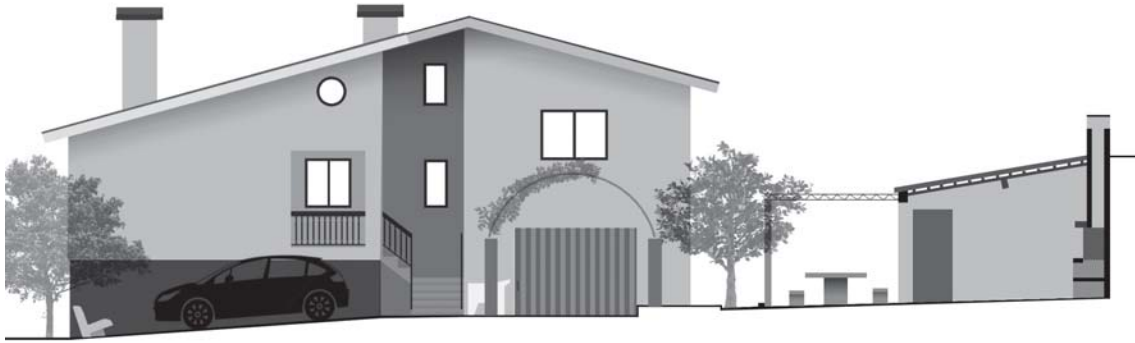


106. Planta explodida com identificação de usos

Como é possível verificar, a organização do espaço é resultado de uma sequência de controvérsias entre uma série de atores, institucionais, humanos ou não-humanos, que vão influenciando as sucessíveis opções na conceção e ocupação. Desde a influência da junta de freguesia e do município na definição do uso do solo, à influência do técnico e dos proprietários, do seu *background* cultural e da materialização da ocupação, o espaço final é uma obra de múltiplos autores, com mais ou menos influência na organização do espaço, mas todos fundamentais para a leitura do objeto final.



2. Bravães: um caso de estudo



108. Alçado da atual fachada principal da casa Freitas. (alçado lateral no projeto inicial)



horta para
autoconsumo

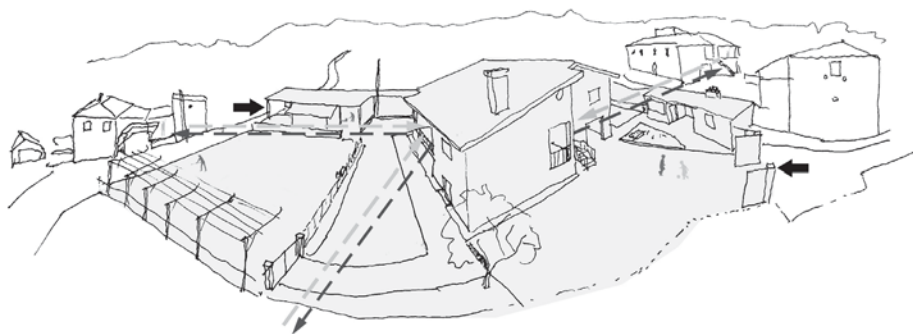
oficina de
cantaria

jardim

"terreiro"

cozinha exterior(churrasqueira)
alpendre para lenha

109. Panorâmica fotográfica da casa Freitas



110. Representação da interação com os vizinhos a partir das varandas da casa Freitas.

C) DESEMPENHO DO ESPAÇO

Como vimos, a casa Freitas é atualmente um somatório de objetos e transformações, todos preponderantes para percebermos o funcionamento atual do espaço. Começemos por analisar a entrada da casa e o seu reflexo na leitura do objeto. Embora a casa tenha sido implantada com varanda e entrada principal voltada para a estrada municipal a nascente, a utilização fez com que a porta de serviço da cozinha passasse a ser a entrada efetiva da casa, como acontece na maioria das casas desta região. Por consequência, a fachada lateral passou a ser reconhecida como a principal fachada da casa, não só por ser o lado do principal acesso mas, sobretudo, por representar a principal imagem da casa, tanto para quem visita como para quem habita o espaço.

“Talvez o lado virado para a estrada seja mais bonito. Mas nós acostumamo-nos a olhar para a casa deste lado e para nós este é o lado principal. Acaba por ter uma certa graça, com este recuo ao meio da fachada. E a pedra na base também acho que não fica mal. A janela redonda foi aquele capricho que nos apeteceu fazer, quando abrimos o sótão. Mas também não ficava bem se fosse quadrada porque ia ficar muito perto do telhado. Faz lembrar as janelas dos navios ou as janelas de sótão nos filmes. Tem algumas coisas que lhe dão alguma graça, mas não deixa de ser uma casa normal. Tem telhado, chaminé, janelas, portas.”

A casa, não sendo uma obra de arquiteto e tendo sido projetada de um modo algo irrefletido, sem grandes preocupações com a simbologia ou aparência da forma, acaba por resultar numa imagem com que os proprietários se identificam. A silhueta da casa corresponde ao símbolo imaginário que concebem de casa, enquanto lar. As janelas são só janelas, localizadas e desenhadas de acordo com o espaço interior. As chaminés são só chaminés, posicionadas nos locais onde o interior exigiu. As portas são só portas, ora largas para carros, ora estreitas para pessoas. A colagem destes elementos no objeto, aparentemente aleatória e sem grande critério ou reflexão, responde de uma forma descomprometida à necessidade dos proprietários e resulta num objeto que, tendo as suas particularidades, tem uma leitura familiar e comum. Tudo está posicionado de uma forma simultaneamente simples e ambígua. Não há simetria, embora haja a marcação de um eixo central. Não há duas janelas iguais¹⁰⁵, embora todas sejam inquestionavelmente janelas, no sentido mais familiar do termo.

A casa Freitas, entendendo a casa como o somatório das várias construções e do espaço exterior da propriedade, é um objeto vivo, simultaneamente lugar de repouso e de trabalho. A habitação apoia-se muito na vida exterior, existindo uma relação forte com os vizinhos. Esta relação materializa-se através das condições topográficas da envolvente e da própria configuração das casas, que permitem uma comunicação direta entre vizinhos a partir das varandas. Para além disso, duas das quatro casas que compõe a vizinhança próxima pertencem a familiares, o que reforça a vida comunitária de interação, partilha de bens e entreatajuda nas atividades agrícolas e domésticas.

105. Mesmo as duas que parecem iguais são diferentes no vidro, um transparente e outro translúcido.

2. Bravães: um caso de estudo



111. Fotografia do barracão



112. Vista apartir da entrada

Os limites da propriedade são definidos a nascente e a poente por variação de cotas, através de muros de contenção. Os limites a Norte e a Sul são de nível. Todo o perímetro é vedado com rede metálica plastificada, permitindo uma comunicação visual direta com a envolvente. As exceções são o edifício da oficina, cuja implantação forma uma parede no limite da propriedade, e a zona de entrada, com um portão metálico de chapa lisa. No entanto, apesar do portão ser uma barreira visual, acaba por estar a maior parte do tempo aberto, mesmo quando ninguém está em casa, por existir um clima de segurança proporcionado pela vizinhança.

A valorização funcional, face à preocupação estética, ainda está presente no discurso do Sr. Freitas, o membro mais ativo nas decisões da construção, mas já não faz parte do discurso da esposa, mais inconformada pela falta de adorno da habitação. Os filhos, tal como na casa Monteiro anteriormente estudada, revelam uma certa indiferença às transformações da habitação, que é sobretudo da iniciativa dos pais.

O chefe de família revela uma certa despreocupação estética, embora tenha consciência de que em alguns casos, essa mesma despreocupação acabou por resultar em manifestações desinteressantes.

“Já se sabe que este barraco nas traseiras não é a coisa mais bonita do mundo. Um dos motivos que tornou difícil a decisão de o construir junto à casa foi precisamente esse. Mas perdoa-se o mal que sabe pelo bem que faz. Funciona perfeitamente. Tão depressa estou em casa como já estou a trabalhar. E tem entrada autónoma, o que acaba por tornar o barraco num espaço independente. Um dia mais tarde, quando eu já não precisar de trabalhar na oficina, isto desmonta-se tudo. Pode-se vender ao ferro velho ou aproveitar para outra coisa qualquer. Quem sabe os ferros ainda sirvam para fazer uma rampa para cadeiras de rodas, se um dia precisarmos.”

A sua esposa, por oposição, tem mostrado alguma inconformidade, incentivando algumas alterações, sobretudo nos arranjos exteriores e decoração interior.

“Esta arcada fui eu que mandei o meu marido pôr. Vem embelezar e dar alguma graça à entrada. Já tinha visto noutras casas e achei piada. O jardim e tudo aqui à volta sou eu que faço ou mando o meu marido e meus filhos fazerem. Sou a única mulher da casa, os homens não querem saber destas coisas.”¹⁰⁶

Relativamente à casa afirma que deveria ser diferente.

“Eu acho que parece mal uma casa de pedreiro não ter pedra quase nenhuma. Qualquer dia temos de por umas pedrinhas à volta das janelas e nos cantos, como se usa agora. Já vi tantas casas assim e ficam lindíssimas.”¹⁰⁷

No interior, a organização do mobiliário e o aspeto decorativo tem sido igualmente de iniciativa da esposa.

106. Citando de memória a esposa em entrevista.

107. Idem

2. Bravões: um caso de estudo



113. Prato decorativo na cozinha da casa.



114. Pormenor de estante na sala.



115. Churrasqueira e entrada para a cozinha de fora. É visível a ocupação como anexo de lavoura.



116. Cozinha de dentro. Funciona como o principal espaço de reunião familiar.

“Ninguém muda nada de um lado para o outro se eu não mandar. Fui eu que decidi mudar a cor das paredes no interior. Agora cada quarto tem uma parede com uma cor. A cozinha tem uma parede azul, o hall tem uma parede verde. Veio dar mais vida à casa. O próximo passo é mudar a cozinha. Quero uma cozinha mais moderna, com os móveis lisos, sem feitiços nas portas para ser mais fácil de limpar.”¹⁰⁸

É da figura da mulher que partem as principais decisões de ocupação, do mobiliário, da decoração, do arranjo exterior, da produção agrícola, da criação de animais. É a mulher que limpa, ou manda limpar. É a mulher que compra, ou manda comprar. É a mulher que veste, ou manda vestir.

Em síntese, o desempenho da casa Freitas é, na visão dos vários ocupantes, bastante positivo na resposta que dá à utilização quotidiana, visão acentuada pelo discurso do homem, mas acaba por ser menos satisfatório sob o ponto de vista da imagem do objeto, numa visão apoiada sobretudo na atitude e no discurso da mulher. No entanto, existem aspetos do desempenho do espaço que mostram a ideia principal na organização do espaço da casa Freitas. Prevalece a atitude de valorizar o desempenho dos espaços face à sua ‘beleza’, comprovada na conversão do alçado principal “*talvez o lado mais bonito*”, em alçado lateral, já que a utilização privilegia um outro alçado. Esta atitude é preponderante na forma como a família lê o objeto casa e, sobretudo, fundamenta as várias evoluções que o objeto e a ocupação foram sofrendo.

NOTA FINAL

A casa Freitas é um exemplo de arquitetura evolutiva, na medida em que o espaço se foi adaptando às necessidades de ocupação dos moradores. Enquanto objeto físico, a casa reflete essencialmente as opções do marido. A família rege-se por uma cultura tradicional em que o homem tem a competência necessária e é por isso o principal ator nas decisões de construção do edifício, enquanto invólucro. No entanto, a mulher é a alma da ocupação da casa. Se a imagem física do objeto, o corpo, reflete sobretudo as opções do homem, a vida e ocupação da casa, a alma, é sobretudo o reflexo da mulher.

Do mesmo modo que, no ser humano, as variações culturais se refletem mais no vestuário que no corpo, na casa Freitas as alterações culturais têm-se refletido mais no mobiliário, decoração e envolvente, do que no edifício principal. Embora se identifiquem com a linguagem do objeto atual, a rotura com a imagem das casas e da vida rural em que o casal cresceu, acaba por influenciar um sentimento nostálgico, refletido no recurso constante a símbolos do mundo rural na decoração do espaço.

¹⁰⁸. Citando de memória a esposa em entrevista.

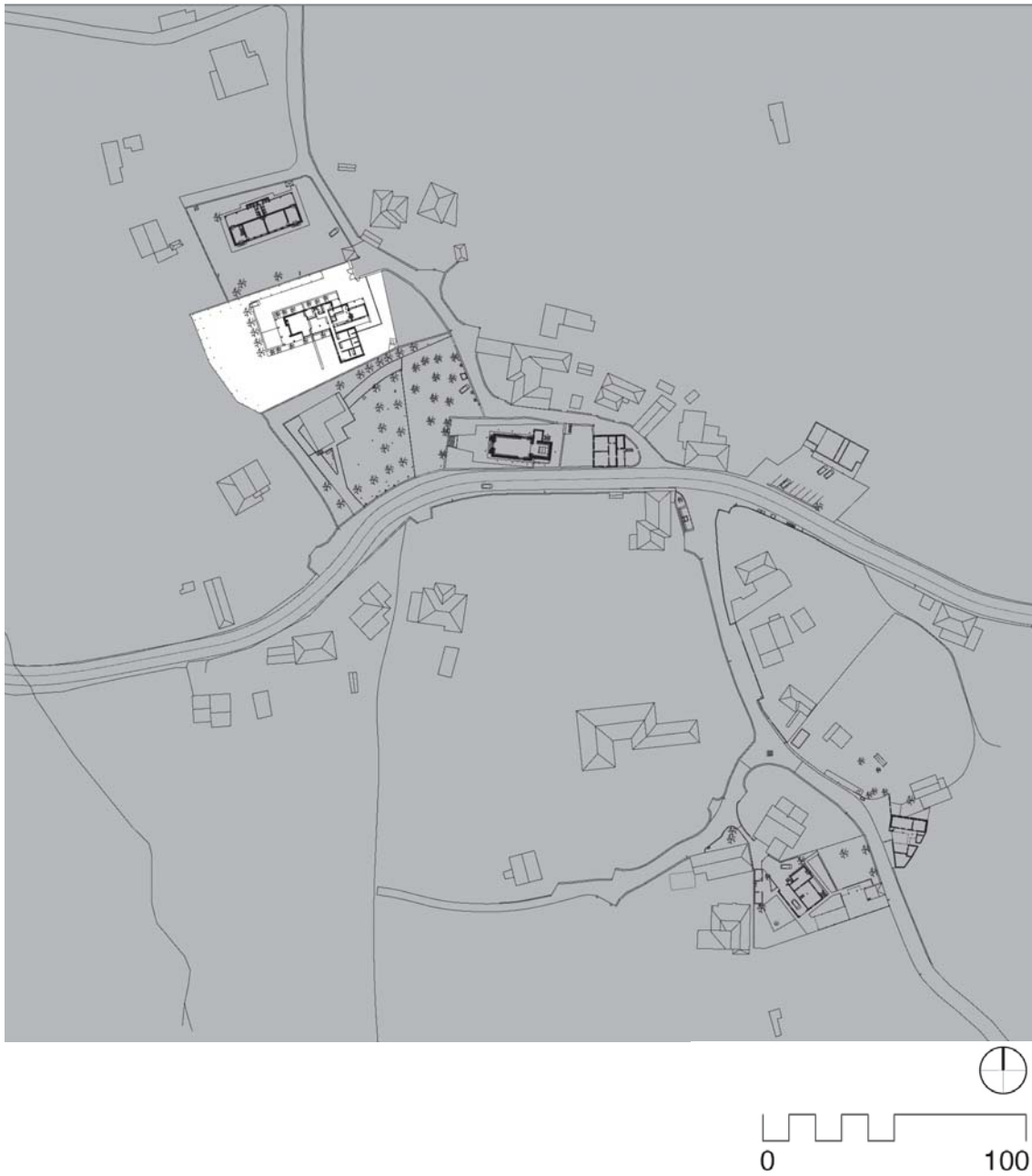
2. Bravães: um caso de estudo

As construções de apoio ao trabalho nesta casa, embora com materiais desligados da tradição minhota, surgem no seguimento de uma cultura há muito enraizada na população. A cultura tradicional de cozinha “suja” de trabalho, identificada no tópico do contexto cultural, reflete-se na necessidade que a família teve de construir uma cozinha de apoio, no exterior da casa. Este tipo de manifestações culturais que procuram sobretudo uma resposta ao uso, face à despreocupação estética, está presente um pouco por todo o processo construtivo, refletindo-se especialmente no alpendre da oficina nas traseiras.

As transformações que se foram materializando, tanto interiores como exteriores, embora tenham surgido de uma série de controvérsias entre vários atores, respeitam a ideia de manter a leitura exterior do objeto inalterável, na medida do possível. As novas construções afastam-se o mais possível da casa, contíguas aos limites da propriedade, na tentativa de manter o protagonismo da casa central. Esta atitude é um reflexo de uma cultura que vê na casa um objeto representativo dos seus habitantes e, nesse sentido, deverá manter-se como um objeto digno e puro. A evolução da cultura familiar materializa-se sobretudo no conteúdo e na envolvente da casa, com o compromisso de manter a integridade do objeto ‘casa’, com o qual se identificam, embora por vezes o considerem desadequado à cultura familiar, como comprova o depoimento da mulher. *“Eu acho que parece mal uma casa de pedreiro não ter pedra quase nenhuma”*.

A valorização da utilização familiar face a outras preocupações, a par com o protagonismo dado ao objeto ‘casa’, contribuem para uma outra leitura sobre a casa Freitas. A casa Freitas é sobretudo uma casa ‘egocêntrica’, ou ‘narcisista’, na medida em que todo o espaço exterior é voltado para o objeto ‘casa’ e, por consequência, volta as costas à vizinhança (como comprova a implantação e a natureza das várias construções exteriores). Nesse sentido, considerando ainda as manipulações legais que se identificaram no tópico da concepção e organização do espaço, esta casa reflete uma cultura de “chico-espertismo”, que sobrepõe o interesse privado ao interesse público. Da mesma forma que a concepção do espaço da casa materializa essa cultura egocêntrica, a própria materialização arquitetónica terá muito provavelmente contribuído para alimentar essa mesma cultura, num processo de comutação contínuo que se vai mantendo pelo lugar e, de um modo geral, por todo o território. Afinal, se o sr. Freitas fez, porque é que o vizinho não há-de poder fazer?

2. Bravães: um caso de estudo



117. Planta de localização na área de estudo.

2.2.4 CASA COSTA
Projeto: Arquiteto (2004)



118. Casa Costa vista desde caminho público

2. Bravães: um caso de estudo



119. Vista de pássaro sobre a casa Costa, sinalizada a cores. Fotografia do autor (drone)

NOTA INTRODUTÓRIA

A escolha deste caso deve-se sobretudo ao facto de se tratar de um projeto de arquiteto, o que levantará novas questões face aos outros casos estudados. No estudo da casa Costa repete-se aquela que tem vindo a ser a estrutura dos capítulos anteriores, em três tópicos fundamentais. No primeiro tópico procura-se fazer um retrato sobre o contexto cultural em que a obra surge, percebendo os motivos que terão levado a família a construir no lugar e a optar por um arquiteto. A família vive há muito numa vida partida entre Bravães e a cidade de Viana do Castelo. A cultura urbana, aliada à rejeição da cultura construtiva materializada na generalidade das construções da envolvente, terá sido preponderante para que recorressem a um arquiteto.

Em seguida, num segundo tópico relacionado com a conceção e ocupação do espaço atual, aborda-se a forma como o projeto se materializou. Embora estejamos perante uma “casa de arquiteto”, veremos que, mesmo neste caso, a autoria da obra dilui-se numa série de atores externos ao arquiteto, que acabam por ter um papel muito significativo na organização do espaço atual.

No terceiro tópico, relacionado com o desempenho da casa, é analisada a forma como o espaço responde à ocupação atual, tanto às necessidades impostas pelo quotidiano dos proprietários, como à forma como materializa os seus desejos estéticos. Será visível uma clara satisfação com a linguagem plástica do objeto ‘casa’, enquanto representativo da ideia cultural de beleza dos moradores, mas, por oposição, serão identificados alguns aspetos negativos relacionados com a utilização da casa.

No final, será visível que o papel do arquiteto é preponderante na forma como o espaço se organiza, embora se perceba que as suas ações são condicionadas por uma série de atores, quer ao nível da sua formação como arquiteto, com referências bastante evidentes a obras de autores reconhecidos, quer ao nível das condicionantes do terreno e da família, com uma série de alterações impostas ao projeto inicial efetuadas de uma forma pouco refletida, que acabam por lhe retirar alguma coerência enquanto objeto arquitetónico, mas que resultam numa resposta ao uso mais adequada.

2. Bravães: um caso de estudo

A) CONTEXTO CULTURAL

A família vivia desde há muito separada entre a cidade de Viana do Castelo e o lugar de estudo. A vida na antiga casa, em Bravães, sempre esteve ligada a uma cultura tradicional, com uma produção agrícola para autoconsumo. Já a vida na casa de Viana é muito marcada pela cultura urbana. Esta combinação cultural é fundamental para entendermos o processo de conceção e ocupação do espaço.

O Sr. Costa, bancário, trabalhou na cidade até à reforma, em 2012. Mesmo após a reforma, mantém relações com a cidade de Viana, onde integra a assembleia municipal. A esposa, também reformada, foi professora primária na escola da freguesia ao lado (Lavradas) e chegou a dar aulas, nos últimos anos de carreira, na escola de Bravães. A vida partida levou-os a comprar uma casa em Viana do Castelo, que à altura da compra ainda estava em construção. Não participaram no processo de projeto dessa casa, mas fizeram questão de conhecer o arquiteto, Rui Martins, e acompanhar o processo construtivo. A relação com esse arquiteto manteve-se, o que levou ao convite para projetar a nova casa.

Até 2006, a família Costa partilhava a casa de Bravães com os pais da mulher, numa casa onde funcionou um dos estabelecimentos comerciais do lugar, que se manteve até essa altura.

O falecimento da primeira geração, que era quem mantinha o estabelecimento comercial em funcionamento, ditou o fim da atividade e desencadeou um processo de partilhas pelos herdeiros, que impossibilitou que a família continuasse na posse da casa. Segundo os próprios, havia todo o interesse em continuar a morar na antiga casa e fazer um projeto de reabilitação, que reflete a recente cultura de reabilitação identificada no estudo da casa Monteiro.

*“Chegamos a dizer ao arquiteto que estávamos a pensar numa recuperação”.*¹⁰⁹

Embora soubessem que as filhas, já crescidas, mais tarde ou mais cedo iam sair de casa e uma grande parte da vida pública iria, como sempre, continuar a ser em Viana do Castelo, onde o Sr. Costa integrava a assembleia municipal, não hesitaram em comprar um terreno para construir em Bravães.

*“A nossa terra é aqui em Bravães. Sempre foi. Há a memória, as raízes. Foi aqui que criamos as nossas filhas. No entanto, a minha vida profissional sempre foi em Viana e isso, quer se queira quer não, afasta-nos um bocado da terra. Digamos que a nossa vida pública é mais em Viana mas o coração está em Bravães. “Temos vista para a igreja românica. Temos este espaço todo arranjadinho ao pé da porta. Este terreno nem sequer era nosso. Compramos porque gostávamos mesmo do sítio.”*¹¹⁰

109. Citando de memória Manuel Pinto da Costa em entrevista

110. Idem

2. Bravães: um caso de estudo



120. Casa em Gemieira (Ponte de Lima), provavelmente inspirada na linguagem arquitetónica de Frank Lloyd Wright, materializada na Robie House, Chicago (1908-1910)

121. Casa em Nogueira (Ponte da Barca), provavelmente inspirada na linguagem arquitetónica de Eduardo Souto Moura, materializada nas suas casas em Ponte de Lima (2001).

A cultura construtiva materializada pela generalidade das construções privadas da envolvente, concebida por não-arquitetos, não agradava aos proprietários, o que terá sido preponderante para a forma como desenvolveram o processo de construção, tanto na opção de recorrerem a um arquiteto como nas várias opções que foram tomando.

É importante perceber que a atividade dos arquitetos já tinha um volume considerável na época e começavam a vulgarizar-se uma série de ‘casas de arquiteto’ pela região.¹¹¹ A necessidade de adaptação do trabalho dos arquitetos à cultura local, e a própria cultura de cada arquiteto, fez com que nem sempre as obras resultassem em objetos desligados dos códigos que regem a formação arquitetónica. É comum identificar nas obras de arquiteto desta região uma referência direta a projetos de autores reconhecidos, numa possível tentativa de legitimar as novas obras. Essa referência direta também será detetada ao longo deste capítulo. Importa perceber à partida que o arquiteto Rui Lima Martins terá sido formado na Escola Superior de Belas Artes do Porto, entre 1973 e 1979¹¹², onde Fernando Távora lecionava. Este aspeto particular do contexto cultural do arquiteto será fundamental na conceção do espaço.

“Nós queríamos construir aqui uma casa portuguesa. (...) Há vários tipos de casa portuguesa, mas o que nós queríamos era uma coisa que se integrasse na paisagem, em pedra rústica. Tipo aquelas casas que se vê muito em Ponte de Lima. Dois pisos, toda em granito à vista, telhado tradicional, escada exterior, varanda. Uma casa típica aqui do Minho. Mas depois de conversarmos com o arquiteto fomos mudando de ideias.”¹¹³

“O arquiteto, nas poucas vezes que veio visitar a obra, conversava muito sobre o envolvente. (...) quando ele estava aqui ao portão na conversa comigo, tinha de estar sempre de costas para aquela casa ali (apontando para uma casa de qualidade duvidosa) porque dizia que lhe fazia doer a vista.

E de facto, aquela casa não tem nada que se aproveite, sempre achei. Como muitas outras que andam para aí. É cada atentado à paisagem que se vê. Era precisamente disso que queríamos fugir quando construímos aqui. E acho que conseguimos.”¹¹⁴

É visível, através destes depoimentos, que o background cultural da família e do arquiteto são claramente distintos (confirmado pelo primeiro depoimento), embora haja naturalmente alguns pontos de proximidade (confirmado pelo segundo depoimento). A dualidade cultural entre o arquiteto e a família Costa é fundamental para a compreensão do processo de conceção e ocupação do espaço que se segue.

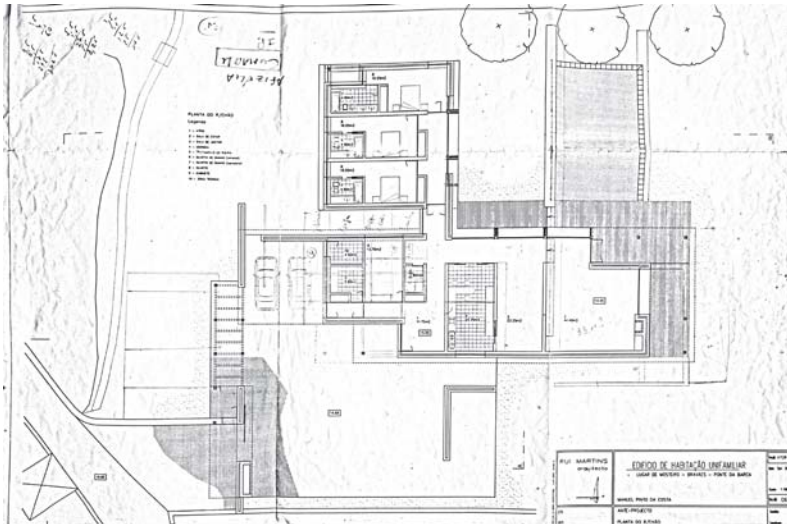
111. O município de Ponte da Barca não tem dados oficiais, mas a Arq. Gisela Paredes, técnica do GPPDE do município, confirma esta realidade.

112. Site promocional do arq. Rui Martins (<http://www.ruimartins.pt/pagina.html>)

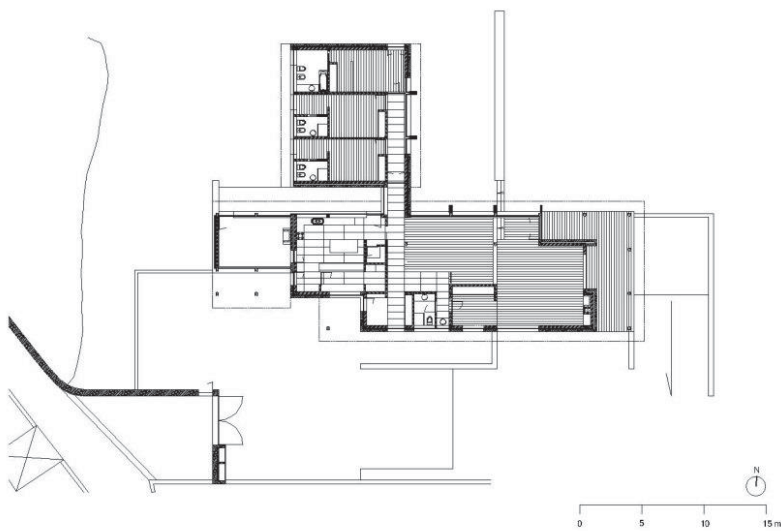
113. Idem

114. Citando de memória Manuel Pinto da Costa em entrevista

2. Bravães: um caso de estudo

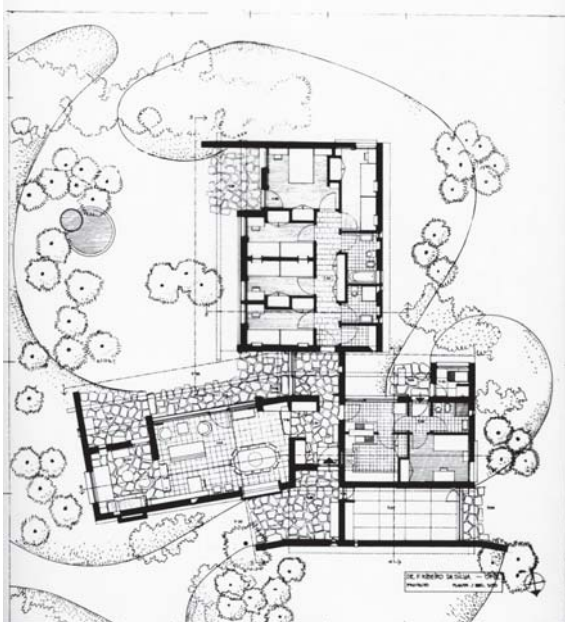


122. Planta da primeira proposta



123. Planta da primeira proposta, publicada na página do facebook do arquiteto.

Curiosamente, tal como acontecia na planta da sede da junta, projeto de outro arquiteto, nesta planta o Norte está errado (voltado a Sul neste caso).



124. Planta da casa Dr. Ribeiro da Silva (casa de Ofir), Fernando Távora, 1956

B) CONCEÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O terreno estava ao abrigo de algumas restrições, pela proximidade com a igreja, classificada como monumento nacional. A zona *non aedificandi* de 50 metros de raio em volta do monumento¹¹⁵ e proibição de construções de mais de um piso na envolvente próxima, condicionaram a implantação e forma da casa.

O projeto inicialmente submetido ao processo de licenciamento acabou por ter de ser alterado porque a família não concordava com alguns aspetos na organização da casa.

“Houve um primeiro projeto em que ele virava a cozinha para a escola (Norte) e punha a garagem aqui neste piso, em vez de a enterrar. Estava tudo impecável, menos a cozinha que queríamos virada para a igreja (Sul), e a garagem que não queríamos que fosse logo ao entrar. Ele disse que era melhor avançar para o licenciamento e depois tratava-se das alterações. Nós tínhamos alguma pressa e acabamos por concordar, mas não devíamos. Depois ele acabou por mudar a cozinha e a garagem, mas ficou 2 meses para redesenhar a planta e no fim chamou por nós para decidirmos a planta final numas horinhas. Nem nos deu tempo para pensar e amadurecer a ideia, tivemos de decidir logo na hora, sobre uma coisa que ele ponderou durante 2 meses. É um bocado injusto, mas a gente queria andar para a frente com isto e deixamos andar. A casa das máquinas acabou por ficar na garagem. Na primeira planta estava melhor, ao pé da cozinha.”¹¹⁶

Seguiu-se a fase de construção da casa, com alguns problemas de incumprimento de prazos de empresas contratadas, que resultaram em processos de tribunal. O arquiteto, segundo a família, não acompanhou a obra o suficiente e surgiram alguns problemas que podiam ter sido melhor resolvidos se ele estivesse presente.

“Não se trata da casa ter ficado diferente daquilo que imaginamos. Mas há coisas que podiam ter ficado melhor, só que o arquiteto portou-se muito mal connosco. Quando nós precisávamos realmente dele, ele nunca estava disponível.”¹¹⁷

A planta revela uma organização em 3 zonas funcionalmente distintas, articuladas por um vestíbulo central: uma zona comum, uma zona de serviços e uma zona privada, dos quartos. Este tipo de organização é semelhante à que Fernando Távora utiliza na casa de Ofir, que faz certamente parte do conjunto de referências do arquiteto Rui Martins, dada a sua formação na escola do Porto. Na zona comum encontram-se três áreas diferentes: uma zona de comer, do lado do vestíbulo e do acesso à cozinha, uma zona de estar e um pequeno escritório. A zona de estar da sala encontra-se dois degraus abaixo do resto da casa, o que também acontece na obra de Távora. A zona de serviço acabou por ser alvo de uma alteração ao projeto inicial¹¹⁸, que deslocou a garagem para

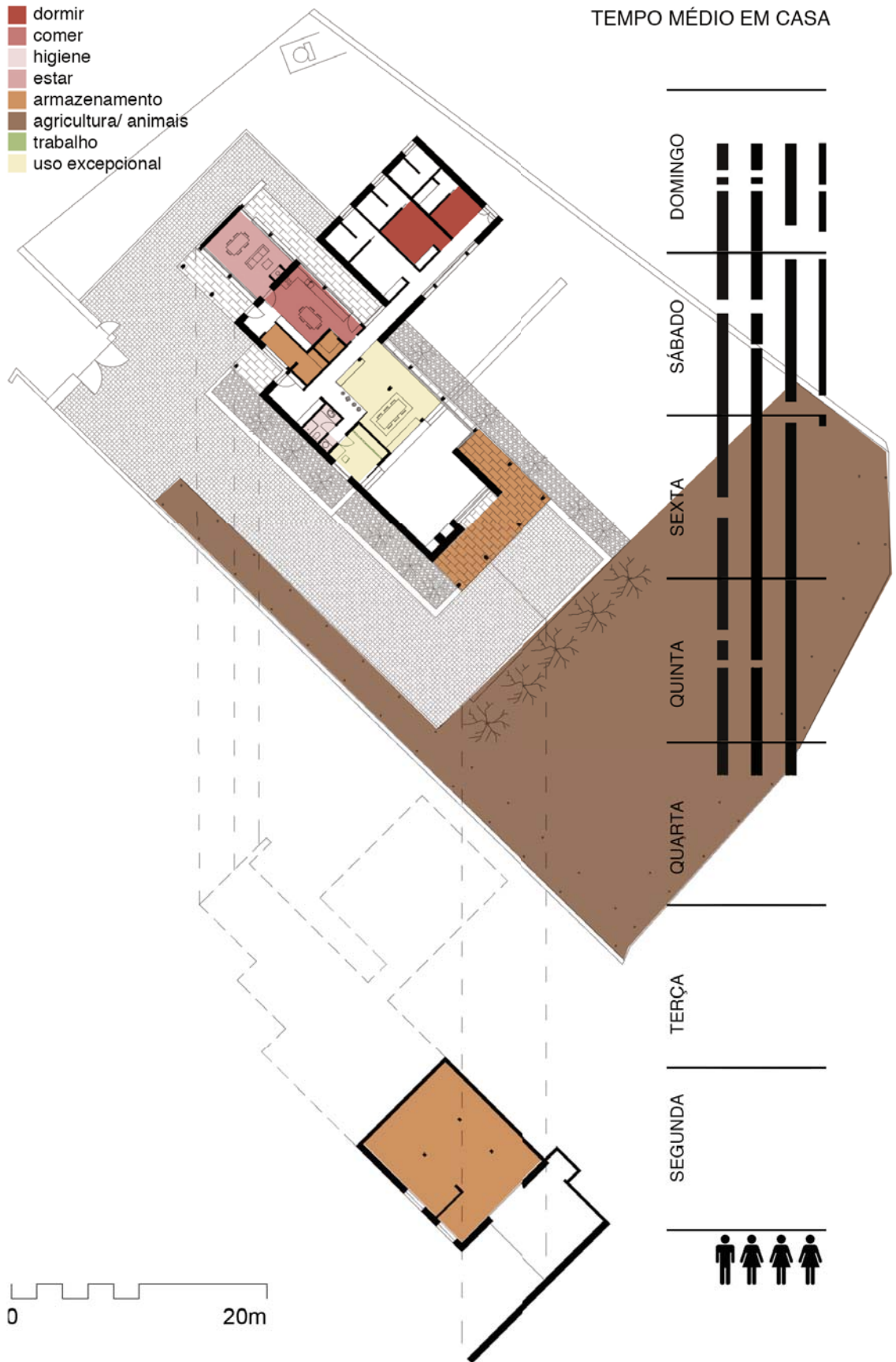
115. Segundo a planta de condicionantes do PDM de Ponte da Barca

116. Citando de memória Manuel Costa em entrevista

117. Idem

118. Informação obtida por consulta às várias fases de projeto no processo de licenciamento, arquivado com o número de processo 185/01 no arquivo municipal.

2. Bravães: um caso de estudo



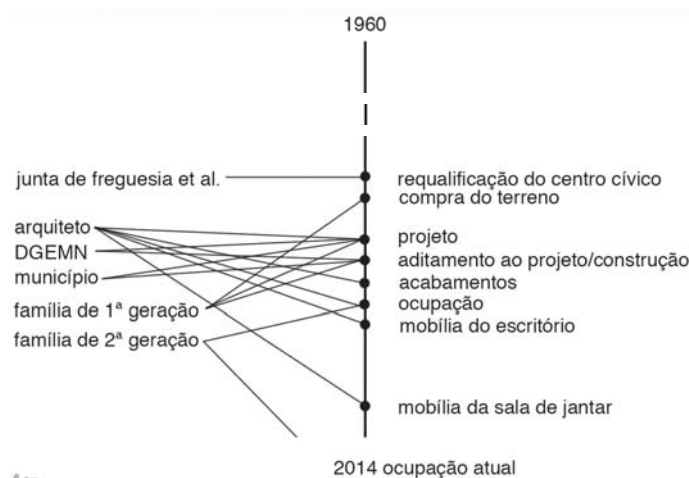
125. Planta explodida com identificação de usos

um piso inferior e ocupou o espaço resultante com uma segunda sala de estar ligada à cozinha. No projeto inicial seria mais clara a estratégia de colocar aqui os espaços mais técnicos, no entanto a ideia mantém-se com a presença da cozinha, da dispensa e da lavandaria. A zona privada integra um corredor que acede a três quartos, um para o casal e dois para as filhas, cada um com casa de banho e vestiário próprio.

Em relação à linguagem e construção do edifício, o arquiteto replica uma série de soluções experimentadas noutras obras que realizou ao longo da sua carreira, onde são recorrentes as coberturas com estrutura em madeira e as paredes exteriores em granito, soluções que aqui se verificam.¹¹⁹

A família passa 4 dias por semana em casa. Nos restantes dias, os pais estão em Viana e as filhas no Porto e em Lisboa. A mobília foi praticamente toda seleccionada e posicionada pelo arquiteto. A organização define claramente a localização das camas e dos móveis em cada quarto, recorrendo a armários embutidos nas paredes. À data da entrevista, Novembro de 2013, acabava de chegar uma estante para a sala de jantar desenhada pelo arquiteto. *“Não sei se é aqui que o móvel fica melhor, mas temos de o deixar ficar porque ele diz que quer vir tirar umas fotografias à casa.”*¹²⁰

O espaço resultante da casa Costa, que à partida seria um projeto de autor, no sentido clássico do termo, acaba por se revelar um projeto de ‘autores’, tal como os anteriores casos estudados. É certo que o arquiteto tem um papel preponderante que se prolonga desde as decisões de implantação e materialização do objeto, até à sua ocupação e definição do mobiliário. No entanto, não deixa de representar, na sua ação, uma série de outros atores, desde o terreno (com as suas limitações), a família (com as suas exigências), o monumento nacional (com as limitações impostas pela proximidade), a câmara municipal (com o PDM) e até o grupo de arquitetos que o formou.



126. Cronologia de atores na organização do espaço

119. Segundo é possível verificar pela sua página online de divulgação.

120. Citando de memória Manuel Costa após entrevista

2. Bravães: um caso de estudo



127. Sala desocupada.



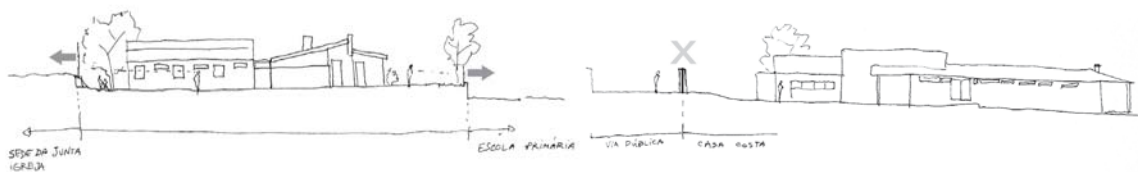
128. Sr. Costa mostra por onde deveria ter sido delimitada a sala.



129. Casa e vedação, vista do largo junto à sede da junta.



130. Entrada, vista da via pública.



131. Cortes esquemáticos de relação com envolvente.

C) DESEMPENHO

A preocupação em definir o lugar e o desenho da mobília será uma tendência que demonstra o pensamento moderno, racional e funcionalista, que fará certamente parte do *background* cultural deste arquiteto, dada a sua formação dos anos 70, na escola do Porto. No entanto, a preocupação de prever a utilização e criar um objeto racional e funcional, que responda às necessidades da ocupação, acabou por se revelar parcialmente desadequada, como se comprovará com o estudo do desempenho do espaço.

Na sua generalidade, o espaço da casa acabou por se revelar desajustado ao uso. A casa ainda está parcialmente desocupada. A família ainda não conseguiu mobilar tudo como desejaria, embora aqui viva desde 2006. A sala de estar está completamente vazia, um dos três quartos, embora tenha cama, não é ocupado. A filha mais velha, que trabalha em Lisboa, só vem mesmo aos fins-de-semana e dorme com a irmã, num hábito que mantiveram desde pequenas, quando a falta de espaço da antiga casa o exigia. Esse facto faz com que um dos quartos não seja ocupado.

A garagem, que se previa inicialmente inserida na zona técnica da casa, junto à cozinha, acabou por ficar longe da entrada da casa, o que leva a que os carros fiquem a maior parte das vezes estacionados no exterior, junto à entrada. O espaço que se previa como garagem foi adaptado a segunda sala de estar. Segundo os moradores, não foi construído com as mesmas preocupações de isolamento térmico que o resto da casa, tornando-se num espaço mais quente no Verão e frio no Inverno, quando comparado com o resto da casa. Mesmo assim, a pequena dimensão do compartimento faz com que seja facilmente climatizado, quando comparado com a sala principal, muito mais ampla, tornando-o na principal zona de estar da casa. Por consequência, a zona comum da habitação, constituída por uma área ampla de sala de jantar e sala de estar, não tem sido ocupada.

“A sala de jantar e a sala de estar são um espaço enorme, muito difícil de aquecer. A parede poente devia recuar 3,5 metros. Esta casa está toda desenhada em módulos de 3,5 metros. Praticamente ainda não usamos a sala de estar. Temos esta salinha pequena ao pé da cozinha que chega bem. E tem esta lareira que aquece logo o espaço. A lareira da sala grande, ainda não a usamos. Talvez nem a devêssemos ter feito. Chegamos a dizer ao arquiteto que queríamos diminuir a área, mas segundo ele era muito difícil e o projeto ia dar muitas voltas.”¹²¹

A casa está implantada numa zona sem vizinhos imediatos. A propriedade é confrontada com a escola primária a Norte e o centro cívico a Sul. A poente existe um terreno agrícola e a nascente, junto ao caminho público, os edifícios existentes pertencem a emigrantes, que passam cá pouco tempo. A forma como a barreira entre público e privado desta casa é definida, na maioria do seu perímetro, sugere uma certa abertura e permeabilidade visual. No contacto com via pública houve uma opção por gerar alguma privacidade com a criação de muros e portão opaco.

A preocupação com a manutenção de um ambiente estético cuidado, que traduza a cultura fami-

121. Citando de memória Manuel Pinto da Costa em entrevista

2. Bravães: um caso de estudo



132. Mobiliário proposto pelo arquiteto. Fotografia do autor. 2014.



133. Casa vista desde a horta, Poente.



134. Varanda com abóboras, 1955.
Fotografia do inquérito à arquitetura regional portuguesa



135. Varanda com abóboras, 2014
Casa Costa, Fotografia do autor

liar, está bastante presente nesta casa. Todo o espaço está arrumado e puro, podendo ser um sinal de que a casa é ocupada de um modo menos intenso, num regime de dormitório. Mas a leitura também pode ser feita de um modo diferente. A casa Costa prevê na sua organização inicial espaços específicos para funções mais técnicas como a lavandaria ou a dispensa, o que contribui para a arrumação e ambiente cuidado do resto da casa.

O desejo inicial de reabilitar uma casa, que depois se transformou na ideia de construir uma casa tradicional de raiz, ainda que reinventado com soluções e linguagem contemporânea proposta pelo arquiteto, acaba por estar presente no objeto atual. A família procurou sobretudo uma rutura com a cultura construtiva generalizada no lugar, que considera descaracterizadora e desligada da tradição, e acaba por organizar o novo espaço de uma forma muito ligada com a tradição rural. Segundo o arquiteto responsável pelo projeto, *“a tipologia de implantação proposta visa a recuperação de princípios construtivos e expressivos vulgarmente característicos na arquitetura tradicional.”*¹²² Para além do recurso a materiais mais tradicionais, como a pedra ou a madeira, a própria organização do espaço e o modo como ele é ocupado acabam por revelar a cultura rural tradicional que ainda está presente na família. Esse contexto cultural está igualmente presente na exploração de uma pequena horta para autoconsumo a poente da casa, para onde se volta uma varanda que tem sido ocupada parcialmente como um anexo de lavoura.¹²³

O desempenho da casa, embora não seja totalmente positivo, acaba por satisfazer a generalidade dos ocupantes. A família está claramente satisfeita com a casa, enquanto objeto arquitetónico, e reconhece na figura do arquiteto uma capacidade criativa e sensibilidade artística que dificilmente encontrariam noutro tipo de técnicos. No entanto, identificam um claro excesso de espaço, que poderia ter sido evitado e, sobretudo, demonstram um sentimento de descontentamento em relação ao específico arquiteto escolhido.

*“Se voltasse atrás não o escolhíamos (o arquiteto). Chegámos a dizer-lhe que a sorte dele era ser o nosso arquiteto e não é fácil mudar de arquiteto a meio de um processo, porque se fosse o nosso médico mudávamos logo. Não pela falta de qualidade, mas pela falta de disponibilidade. Ele até ia respondendo aos pedidos, mas levava uma eternidade e muitas coisas ficaram por resolver.”*¹²⁴

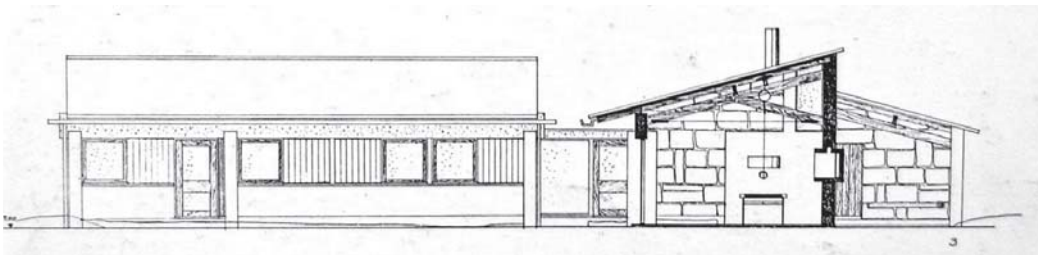
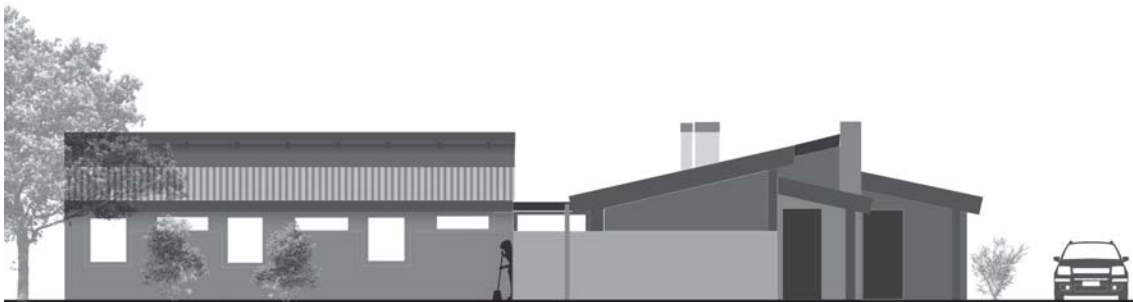
Na generalidade o resultado final agrada à família, embora a experiência com o arquiteto não tenha corrido dentro do desejável.

122. Excerto da memória descritiva do projeto de arquitetura (2001)

123. Sobre a tradição da varanda minhota funcionar como anexo de lavoura, consultar OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, 1992, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, p. 144

124. Citando de memória o proprietário após entrevista

2. Bravães: um caso de estudo



136. Alçado Nascente da casa Costa, ilustração do autor (com base nos alçados originais)

137. Corte da casa de Ofir (1956), desenho de Fernando Távora

NOTA FINAL

A cultura urbana que a família tem, tanto pelo contacto com a cidade de Viana do Castelo como pelo tipo de formação e profissões que desenvolveram, acaba por ser preponderante para a forma como rejeita a cultura construtiva generalizada pela envolvente e para a opção de recorrer a um arquiteto para executar o projeto.

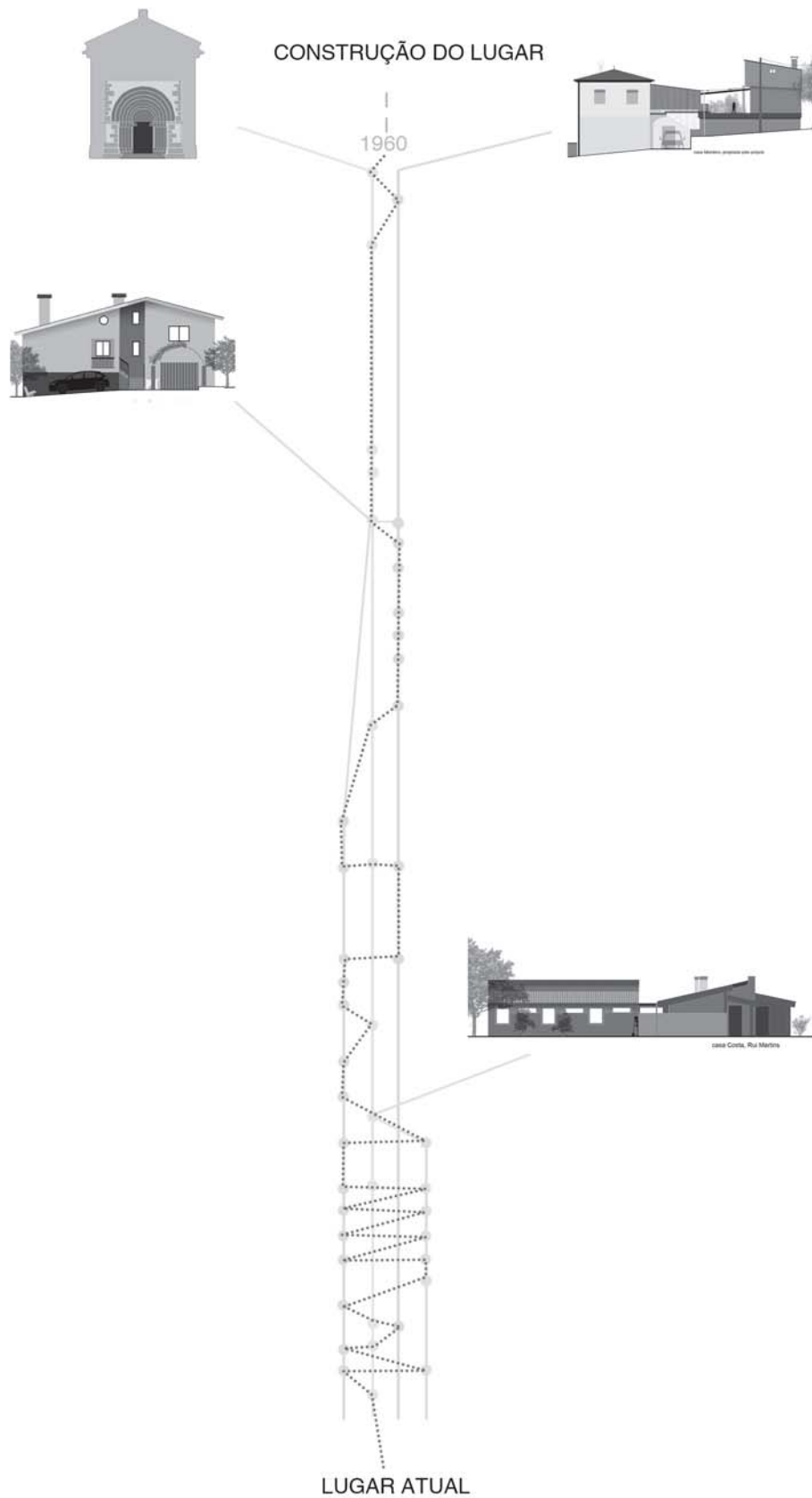
Embora a ação do arquiteto seja central na organização do espaço da casa Costa, foi possível verificar que há uma série de atores que influenciaram, direta ou indiretamente, a forma final que o espaço adquiriu, o que acaba por diluir o protagonismo do arquiteto na autoria da obra.

Ao analisar a casa é possível encontrar ligações e referências diretas a obras validadas pela cultura arquitetónica portuguesa. A organização espacial e alguns aspetos da forma são muito próximos da casa de férias em Ofir (1956), desenhada por Fernando Távora. Neste caso, é fácil perceber que não estamos perante uma mera coincidência. Formado na escola Superior de Belas Artes do Porto, onde Fernando Távora lecionava, o arquiteto teve certamente contacto com a casa de Ofir. Assim, esta obra acaba por contribuir para comprovar um outro aspeto da cultura construtiva da região, que tem sido em grande parte fruto da influência de técnicos mais habilitados. É visível um recente fenómeno cultural de multiplicação de “casas de arquiteto”, nas quais se tem materializado a tendência para replicar e readaptar símbolos e formas da cultura arquitetónica, formada por uma série de obras de autores reconhecidos. Embora a referenciação seja inevitável na conceção arquitetónica, há um risco das obras se perderem em processos de mera replicação, descurando-se a intencionalidade e o contexto do projeto. O resultado, nesses casos, será muito provavelmente superficial e inconsequente. Na casa Costa, apesar da referenciação ser bastante evidente, a casa resulta num objeto que materializa alguma preocupação com o contexto em que se insere (tanto no respeito pela proximidade com o monumento nacional, preponderante para a descrição do edifício, como no respeito à cultura familiar, preponderante para a linguagem expressiva do edifício). No entanto, o arquiteto, ao tentar manter o modelo com que organizou a primeira planta (referenciada na casa de Ofir, como vimos) acabou por impedir as alterações que a família propôs, como a diminuição do espaço da sala. Neste caso, houve uma sobreposição dos interesses do arquiteto ao contexto cultural da família, que acabaram por ser inconsequentes na organização do espaço. Visto isto, está provado que a assinatura de um arquiteto não será necessariamente sinónimo de projetos mais originais, intencionais e consequentes e, também por isso, nem sempre serão catalisadores de uma melhoria do meio e da vida das pessoas, como se prevê na base da disciplina da arquitetura.

O estudo deste caso lança uma dúvida, que vem de encontro a um dos principais objetivos desta dissertação. De que modo é que esta família, vivendo numa cultura de constantes permutas entre a casa de Bravães e a casa de Viana, participa na vida pública do lugar e contribui para a coesão da comunidade local?

No próximo capítulo procurar-se-á um método de mapear a interação entre as três casas estudadas, de modo a perceber de que forma é que elas se relacionam entre si e com o espaço /vida pública do lugar.

2. Bravães: um caso de estudo



138. Construção do lugar. Este gráfico resulta da sobreposição da cronologia de atores-autores apresentada nos vários casos de estudo. A construção do lugar (representada numa linha descontinua) resulta de todas as transformações de cada caso particular (representada com pontos)

Este subcapítulo, o último desta dissertação, procura dar conta das relações e interações que existem no lugar tanto ao nível do espaço, como ao nível da cultura.

Começamos por perceber as interações espaciais. Após os vários casos estudados, temos de compreender que o que este estudo levanta é apenas uma ínfima parte dos fenómenos que transformam o lugar, suficiente para comprovar a enorme complexidade com que tudo tem ganhado forma. É difícil, no estudo urbanístico convencional, encontrarmos modelos que nos ajudem a compreender os fenómenos de transformação e organização deste lugar. Poderão ser feitos alguns exercícios de abstração e comparação para facilitar a leitura. Como exemplo, podemos tentar imaginar que o lugar estudado é uma reinterpretação de um edifício de habitação coletiva servido por estradas, caminhos e automóveis, em vez de escadas, corredores e elevadores. No entanto, ao contrário do convencional edifício de habitação coletiva, estamos perante um espaço em constante mutação, que cresce fundamentalmente na horizontal, não só por expansão mas também por densificação. Da mesma forma que os caminhos, as estradas e o automóvel vão regrido a construção da habitação, a própria habitação rasga caminhos, liga-se às vias públicas, ramificando-as, influenciando assim a construção das vias públicas. Nesse sentido, esta leitura comparativa, ou qualquer outra que se tente fazer, embora seja uma estratégia viável de abstração e sintetização, acaba por ser insuficiente, dada a complexidade e especificidade do lugar em questão. Fica fundamentalmente uma ideia deste exercício de abstração: do mesmo modo que no edifício de habitação coletiva o espaço é lido como um objeto único, em que a circulação e os vários fogos contribuem para a definição do objeto no seu todo, este lugar em Bravães também é um objeto único, constituído por uma série de habitações, vias e espaços públicos, que formam o lugar, no seu todo.

Dentro do grupo dos casos particulares estudados, todos estão de uma forma mais ou menos direta, correlacionados. Começamos por analisar os casos mais evidentes, associados à proximidade física. Como se viu, a casa Costa (a casa de arquiteto) surge rodeada por uma série de equipamentos públicos, como a sede da junta, o largo, a igreja e a escola primária. O desenho dos elementos que delimitam a propriedade acaba por permitir alguma permeabilidade visual entre o espaço privado e o espaço público. Por isso mesmo, a própria casa é parte do espaço público, afirmando-se sobretudo como um objeto no cenário que o envolve. No sentido inverso, a casa, ao ter relações visuais claras com o espaço público envolvente, acaba por integrar parte da esfera pública no seu espaço doméstico. Neste caso concreto, essa integração é claramente intencional, comprovada pela escolha do terreno e pela atitude de voltar a cozinha para a igreja, para comerem com vista para o monumento.

As outras duas casas, a casa Freitas (desenhador) e a casa Monteiro (sem projeto), afastam-se dos principais equipamentos públicos e não terão interações tão diretas com a igreja e zona central do lugar, como a casa Costa. No entanto, a relação de proximidade com a estrada municipal torna estas duas casas igualmente marcantes na esfera pública do lugar. A casa Monteiro é um caso particularmente marcante, dada a contiguidade entre o edifício e a via pública, assim como a sua própria

2. Bravães: um caso de estudo

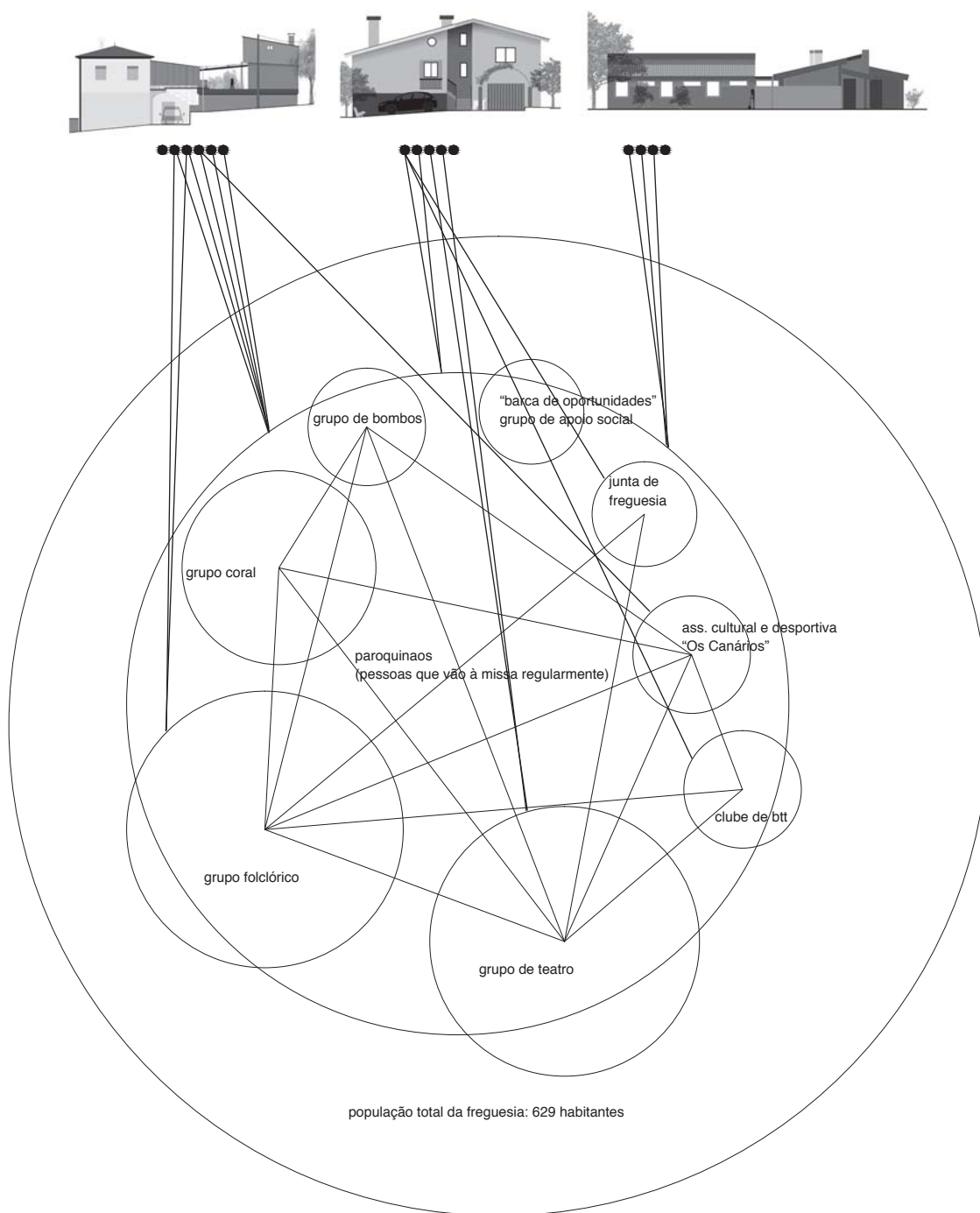


139. Planta de interação. Representação dos vários suportes físicos em que a interação ocorre.

morfologia, com pátio voltado para a estrada, uma condição que amplia a ligação entre público e privado. O olhar público invade muito facilmente o espaço doméstico da casa Monteiro, do mesmo modo que o uso doméstico invade muitas vezes o próprio espaço público (por exemplo, na circulação entre a casa e a horta, que passa pela estrada, e na utilização da estrada para estacionamento). O mesmo acontece com a casa Freitas. Embora a casa esteja bastante recuada em relação ao eixo da via e a relação visual entre a estrada e a casa não seja clara, a recente colocação do alpendre da oficina junto à estrada veio ligar como nunca o espaço doméstico ao espaço público. A relação de vizinhança próxima entre as casas Monteiro e Freitas acaba por evidenciar outro aspeto particular. Da mesma forma que a casa Costa, como vimos, é parte do cenário do espaço público e, no sentido inverso, o integra no seu espaço doméstico, a casa Monteiro acaba por ser parte integrante da casa Freitas e vice-versa. A janela da cozinha da casa Freitas e a varanda onde comem no Verão está voltada para a casa Monteiro, que constitui um pano de fundo constante para a vivência doméstica. O mesmo acontece no sentido inverso. O pátio da casa Monteiro, ao voltar-se para a estrada está a voltar-se para a casa Freitas e tem por isso a casa vizinha como uma presença constante na vivência do espaço. Embora as relações visuais sejam as mais evidentes, a proximidade leva a outro tipo de interações. A proximidade permite que o som de uma e doutra casa, como as crianças a brincar, as máquinas a cortar relva, a oficina de cantaria, as discussões familiares e todo o tipo de sons que possam surgir de um e de outro espaço, façam parte de uma atmosfera auditiva que liga os dois espaços domésticos. Outro sentido humano que capta a proximidade doméstica é o olfato. A proximidade permite que seja facilmente detetados os cheiros da comida que se prepara numa e noutra casa, especialmente quando são churrascos exteriores, bastante frequentes no lugar. Neste contexto de relação entre a casa Monteiro e a casa Freitas, é evidente a importância de outros fatores, como o cheiro e o som, na leitura da relação entre os espaços. Essa relação é, obviamente, transponível para a relação entre a casa Costa e o espaço público adjacente. A interação entre os espaços do lugar, e entre os respetivos ocupantes, materializa-se assim de formas muito variadas, não só pela morfologia espacial, essencialmente perceptível pela visão, como também por uma série estímulos, como o som ou o cheiro.

A interação entre a comunidade ocorre através de vários suportes. Fenómenos como a internet permitem que a interação entre indivíduos seja materializada de uma forma independente do espaço físico. O site da junta de freguesia, onde se vão publicando as notícias da comunidade, é um exemplo que materializa uma interação. As redes sociais são outro fenómeno de interação, simultaneamente direta e indireta. No Facebook, por exemplo, existe uma série de indivíduos da comunidade que são “amigos” e interagem de forma direta, mas a plataforma permite que se acedam a dados de pessoas e entidades com as quais não se tem de estar vinculado, o que materializa uma interação indireta muito difícil de mapear. O que interessa perceber é que muitas das interações entre os moradores do local ocorrem neste tipo de plataformas, o que acaba por diminuir a necessidade de interação física. Paralelamente aos meios informáticos, a comunicação ocorre através de plataformas mais convencionais. O método mais tradicional de comunicação será provavelmente a missa e a reunião que proporciona. Para além das conversas informais, existem os habituais avi-

2. Bravães: um caso de estudo



140. Gráfico de interação entre os elementos do agregado e as várias coletividades.

A área do círculo é diretamente proporcional à quantidade de pessoas envolvidas (aproximadamente, porque as próprias coletividades não têm um número de membros constante)

As ligações entre os círculos representam os grupos que partilham pelo menos um elemento comum.

(não foi possível levantar dados quantitativos, apenas foi possível saber se existe ou não pelo menos um elemento comum entre grupos diferentes)

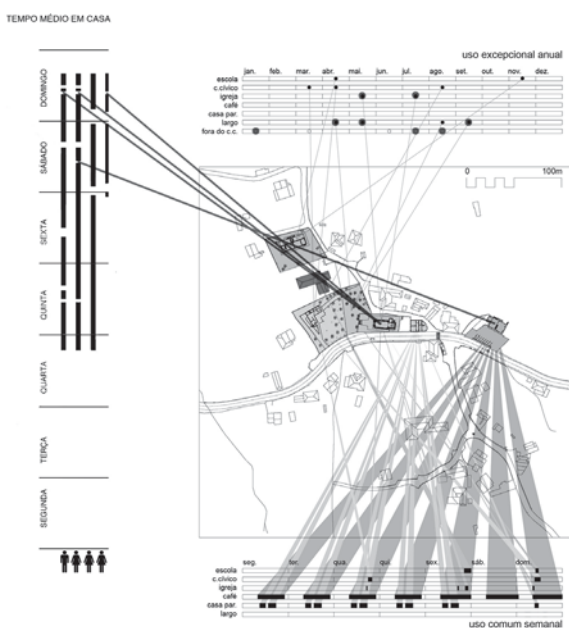
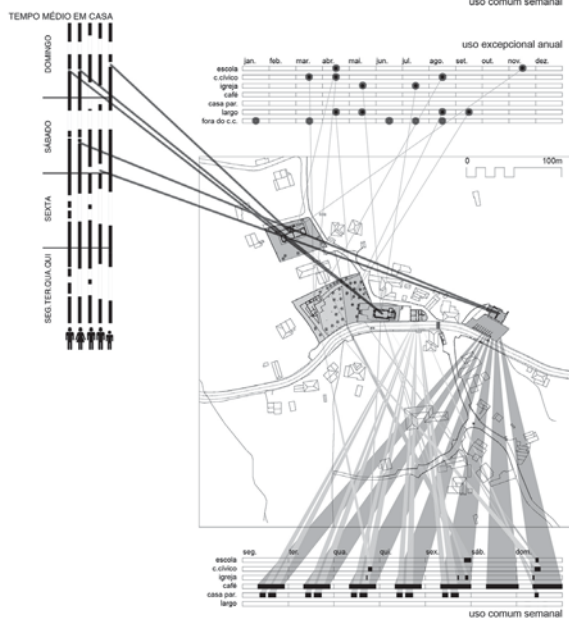
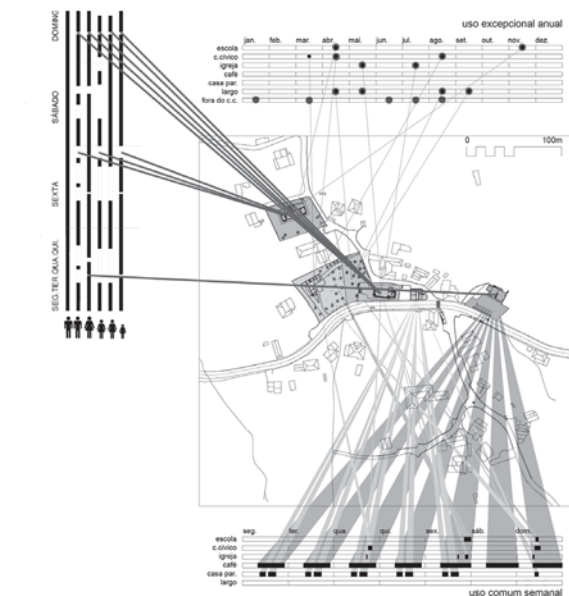
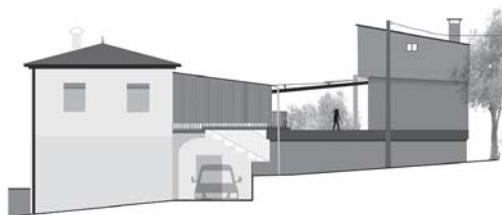
sos que o padre faz no fim da cerimónia, relativos a assuntos da atualidade da freguesia. O mesmo tipo de avisos são amplificados pelo sacristão no altifalante da paróquia, audível em todo o lugar de estudo. O estabelecimento comercial, à semelhança da igreja, é um local de interação pública, não só pelos encontros diretos entre os clientes e os proprietários, mas por ser um local que praticamente todas as famílias do lugar acabam frequentar durante uma semana comum, sendo por isso um lugar propício para a colocação de avisos e cartazes para eventos. Todos estes elementos de interação, física ou não, são fundamentais, e provavelmente não são sequer suficientes, para compreender a complexidade com que as interações humanas se materializam neste lugar e, sobretudo, fundamentais para que se possa traçar um retrato cultural do lugar.

Outro fenómeno, que foi já introduzido na evolução do espaço público, são as várias coletividades, ou grupos, que existem na freguesia. O gráfico da figura 140 traduz um levantamento quantitativo da população envolvida nos vários grupos, em que a área dos círculos corresponde à população envolvida. O círculo maior corresponde à população total da comunidade. Na figura seguinte o objetivo é relacionar as várias famílias estudadas com esses grupos e relacionar os grupos entre si. Note-se que o número de indivíduos de cada grupo, neste caso, é diretamente proporcional ao diâmetro dos vários círculos, e não à área, o que faz com que a diferença de tamanhos seja maior, para facilitar o desenho das ligações. Um fato curioso é que geralmente os grupos têm membros comuns a vários outros grupos (uma pessoa do rancho folclórico a pertencer ao grupo coral, ou uma pessoa da junta de freguesia a pertencer ao grupo de teatro), o que acaba por criar um circuito de interações fundamental para a dinamização da vida pública local. As coletividades são fundamentais para a vida pública porque para além do encontro que proporcionam, mobilizam um grupo considerável de indivíduos para uma causa comum (exemplo: a realização de uma festa), contribuem para o sentimento de pertença ao lugar e contribuem para o sentimento bairrista e autoestima dos habitantes (exemplo: o grupo de teatro aparece na televisão por causa do teatro da Páscoa anual, envaidecendo os participantes). No entanto, embora as coletividades sejam fundamentais para animação cultura do lugar, têm alguns aspeto negativos. Ao se incluir um determinado número de indivíduos num grupo, excluem-se outros, o que contribui para um afastamento da vida pública de alguns moradores, confirmado pelo depoimento de um dos elementos da família Costa.

“Não costumo ir ao magusto porque a festa, embora seja um evento público, é basicamente organizado pelo grupo folclórico para o pessoal do próprio grupo. Já lá fui um ano e não me senti integrada”

Outro aspeto negativo é a existência de alguns conflitos entre os vários grupos. Embora haja pessoas que pertencem a vários grupos, o que reflete uma interação entre os grupos bastante conciliadora e permeável, a pertença e a defesa dos interesses de um determinado grupo leva a que se gerem conflitos, que acabam por desagregar a comunidade. Essa realidade é visível no depoimento de um elemento da família Freitas, que pertence ao grupo de teatro.

2. Bravães: um caso de estudo



“Todos os anos costumamos convidar o grupo coral para cantar no teatro da páscoa, mas eles têm a mania que são importantes e fazem cada vez mais exigências. É gente muito mesquinha. Para o ano não sei se os convidamos. Mais vale por música gravada.”

No fundo, o que interessa perceber é que, sendo uma realidade simultaneamente positiva e negativa, a existência e a atuação das várias coletividades gera interações no interior do espaço deste lugar, atenuando a tendência para interações com o exterior do lugar que se exporá abaixo.

É visível que nos agregados familiares estudados as interações não são comuns a todos os moradores. Por mera coincidência, cada família tem um elemento do agregado que não interage com nenhum dos grupos da comunidade, cada um por motivos bastante diferentes. No caso da família Monteiro, trata-se de um idoso, cujo estado de saúde o impede de continuar a vida pública ativa que até à pouco mantinha. No caso da família Freitas, trata-se de um dos filhos que tem a maioria dos amigos na freguesia ao lado (Lavradas) e por isso canaliza a sua vida pública para fora do lugar. No caso da família Costa, trata-se de uma das filhas que trabalha em Lisboa e só passa alguns fins-de-semana no lugar.

Para chegar a dados concretos da interação pública dos vários elementos do agregado, para além de ter sido feito o levantamento dos vários grupos a que cada indivíduo está ligado, foi desenhado um mapa de utilização média semanal, em que se quantifica o tempo que cada elemento passa em casa e no espaço público do lugar. Num panorama anual, foram levantados os vários eventos públicos e o lugar onde eles ocorrem, mapeando a participação familiar nesses eventos. Embora hajam variações consideráveis de família para família, é visível alguns aspetos comuns. A igreja e o estabelecimento comercial são o único equipamento público que todas as famílias frequentam numa utilização comum semanal. No caso da igreja, a ocupação é simultânea (na missa de domingo), proporcionando o encontro, ao passo que a ida ao estabelecimento comercial é aleatória e dificilmente resulta num encontro. Outro aspeto comum a todas as famílias é que, como seria de prever pelo retrato cultural que se tem vindo a fazer ao longo desta dissertação, a maioria do tempo que os moradores passam fora de casa é também passado fora do lugar. Ou seja, a ocupação semanal das famílias estudadas está essencialmente dividida entre o espaço da casa e o exterior do lugar, sendo o espaço público ocupado de uma forma muito residual e pontual.

2. Bravães: um caso de estudo

NOTA FINAL

Este subcapítulo procura responder a uma questão lançada no início desta dissertação, que se prende com a necessidade de compreender os principais atores que influenciam o fenómeno de conceção espacial deste lugar. Embora a resposta tenha vindo a ser dada ao longo de todo o caso de estudo, procura-se fazer uma síntese, defendendo que o lugar não pode ser lido como um conjunto de fragmentos, mas como um todo. Foi visível ao longo de todo o capítulo a infinidade de atores que influenciam as transformações espaciais nos vários casos concretos. Todos esses atores, embora sejam mais ou menos influentes, são indispensáveis para uma leitura completa do espaço do lugar. Os vários atores, como se viu ao longo do capítulo, tanto podem ser humanos (instituições, moradores, técnicos projetistas) como não humanos (cultura do lugar, cultura dos atores humanos). Dificilmente se consegue definir a cultura de cada ator, dada a aleatoriedade da natureza de cada um. No entanto, é possível fazer um retrato cultural atual do lugar que certamente influenciará as transformações futuras, à semelhança do que ocorreu nas transformações passadas. Nesse sentido, este subcapítulo procura contribuir para o retrato cultural do lugar na atualidade, dando resposta a uma outra questão levantada no início deste estudo.

Dadas as mudanças culturais e espaciais de que o lugar foi alvo no último meio século, e tendo sido comprovado durante este capítulo que no passado este lugar tinha uma cultura muito ligada à ocupação e vida local, é necessário perceber se essa cultura de viver no lugar e com o lugar ainda se mantém, e de que forma se materializa. Como vimos, a tendência é uma sucessiva dependência de lugares externos, comprovada pelos gráficos de ocupação semanal, mas continua a existir uma cultura de interação local, materializada através das várias coletividades, das relações de proximidade e vizinhança e nas várias formas de comunicação, quer seja física (como o altifalante), quer seja virtual (como as redes sociais). Embora algumas das interações, como o som, o cheiro ou o Facebook, não sejam à partida tão evidentes como outras, como os encontros ou as relações visuais, todas as formas de interação são fundamentais para a leitura do espaço e para que se trace um retrato cultural completo.

CONCLUSÃO

O espaço construído sofre alterações constantes e a transformação dos espaços assume um papel vital na construção da cultura dos lugares. Este estudo contribui para perceber qual tem sido o papel dos vários atores-autores na transformação dos territórios e, fundamentalmente, qual deverá ser o papel do arquiteto nas transformações futuras. Torna-se necessário, para uma atuação consequente e refletida, que os arquitetos conheçam os territórios onde operam, mesmos os territórios mais vulgares. Para tal, analisa um lugar comum, com características que poderiam estar em qualquer lugar do vale do Lima. É feito o retrato de um lugar específico, em Bravães, através de uma pesquisa documental e um trabalho de campo, que funde o olhar arquitetónico da minha formação e olhar da antropologia interpretativa com que me identifico.

O contacto direto com os moradores revelou-se fundamental para estudar os territórios deste tipo, já que a informação documental encontrada, tanto no arquivo municipal como junto das entidades locais (junta de freguesia, associação cultural), é muito reduzida e aleatória, impedindo que se cheguem a resultados consistentes. Dada a aleatoriedade da documentação (plantas, fotografias familiares, arquivo de atas da assembleia de freguesia, entre muitos outros), foi fundamental cruzar várias naturezas de dados para que se produzissem novos desenhos e novos argumentos que ajudam a caracterizar o lugar. Um dado fundamental que contribuiu para a consistência deste estudo é a existência de um Monumento Nacional no lugar, que faz com que hajam alguns registos na base de dados SIPA, fundamentais para definir com rigor a evolução do lugar.

Selecionaram-se quatro espaços concretos (o espaço público e três casas privadas) que representam a variedade tipológica do lugar, construídos em contextos culturais bastante distintos, em tempos diferentes, com tipos de autores diferentes, que constituem uma amostra significativa da realidade do lugar. Conclui-se que o lugar se constrói através do somatório das várias transformações que ocorrem, tanto no espaço público, como no espaço privado. O lugar pode ser visto como um todo em constante mutação. Nesse sentido, todos os pormenores, todos os atores-autores e todas as culturas ligadas ao lugar, acabam por ser preponderantes na sua construção e na sua leitura. Multiplicam-se sucessivamente os atores envolvidos na definição do espaço rural, onde o técnico projetista, que raramente é arquiteto, acaba por ter um papel mínimo na estruturação do território.



Mudam-se os temp(l)os, mudam-se as vontades.
142. Capela da Madalena, Lindoso, Ponte da Barca.
Fotografia do inquérito à arquitetura regional portuguesa e fotografia atual, do mesmo local.

O espaço público de Bravães, o primeiro espaço analisado, tem sido construído a partir de um alargado número de entidades que, em muitos casos, estão desligadas da cultura e das necessidades da comunidade do lugar. As intervenções têm sido pensadas de um modo descontínuo, no espaço e no tempo, resultando numa série de retalhos que se vão cosendo e interligando, de uma forma frágil e pouco consequente. O espaço público do lugar não é um espaço único, é um somatório de espaços, de oportunidades, de tempos e de culturas, um espaço sobrando das propriedades privadas, que as várias entidades foram adquirindo e transformando para o domínio público, onde e quando foi possível adquirir e transformar.

Os três espaços privados analisados, cada um com as suas características próprias, revelam uma atitude comum de construção individualista e egocêntrica, que procura sobretudo dar resposta aos impulsos e necessidades particulares, resultando em objetos voltados para si mesmos, que criam roturas e marcam diferenças, revelando a inexistência de uma estratégia de construção comum do lugar, que já era evidente no espaço público.

A primeira casa estudada permite perceber como se materializaram as várias transformações numa fase em que o controlo urbanístico era muito pouco consequente, resultando numa cultura de autoconstrução e auto-legitimação que ainda se mantem na cultura construtiva atual.

A segunda casa, num período em que o PDM já se encontrava em vigor, não deixa de ser um caso de autoconstrução e auto-legitimação, embora as operações tenham sido efetuadas mediante algum controlo urbanístico, que resultou em técnicas mais audaciosas na manipulação legal e transformação espacial, com as quais o desenhador acabou por compactuar no desenho inicial da casa, que já previa alterações clandestinas.

A terceira casa surge num contexto muito mais restritivo, dadas as condicionantes legais impostas pela proximidade com a igreja (Monumento Nacional). Neste caso, muito mais recente que os anteriores, a autoconstrução não se verifica. A cultura urbana que a família tem acaba por ser preponderante para a forma como rejeita a cultura construtiva generalizada pela envolvente, que os levou a optar por um arquiteto para executar o projeto. Esta casa permite confirmar um recente fenómeno cultural de multiplicação de “casas de arquiteto”, em que se tem materializado a tendência para replicar e readaptar símbolos e formas da cultura arquitetónica, formada por uma série de obras de autores reconhecidos. A rigidez imposta pelo impulso do arquiteto em manter um determinado modelo arquitetónico, referenciado na casa de Ofir de Fernando Távora, acabou por se revelar desligada das necessidades dos ocupantes, refletindo-se num subaproveitamento do espaço atual.



143. Estátua menir, datada do segundo milénio A.C. descoberta na alvenaria de um estábulo na Ermida, Ponte da Barca.
144. A mesma estátua, após a descoberta.

A cultura de alguns dos atores que constroem o lugar, arquitetos incluídos, acabou por se revelar distanciada da própria cultura local, resultando em algumas obras com a qual a população não se identifica. A aceitação de um tipo de modelos arquitetónicos replicados e validados por uma determinada cultura implica, por oposição, uma rejeição de novos modelos com características que a cultura rejeita. Nesse sentido, foi visível a existência de um grupo significativo da população que rejeita as “casas de arquiteto” e, conseqüentemente, não vê na figura do arquiteto uma mais-valia para a construção dos espaços, uma atitude que justifica, em parte, a falta de envolvimento dos arquitetos na construção do território que ainda se verifica em 2014.

Foi comprovado que a vida pública, historicamente enraizada neste lugar, ainda existe e é fundamental para que se faça o seu retrato. A interação entre os espaços do lugar materializa-se de formas muito variadas, não só pela morfologia espacial, essencialmente perceptível pela visão, como também por outros estímulos emitidos pelos espaços, como o som e o cheiro. Quanto à interação dos habitantes do lugar, materializa-se através do encontro físico, proporcionado pelas relações de vizinhança, pelas atividades comuns (como a missa ou as festas) ou pela envolvimento em coletividades (como o grupo folclórico ou o grupo coral).

Para lá dos encontros físicos, não poderemos desconsiderar a existência de encontros e transferências culturais noutros suportes, como as redes sociais, igualmente fundamentais no funcionamento cultural do lugar, mas cuja complexidade não permitiu um estudo incisivo, que ficará em aberto para futuras investigações. Os resultados obtidos neste estudo não são suficientes para um retrato completo do lugar, mas são uma amostra que reflete muitos dos fenómenos que aqui ocorrem, o que me permite tirar algumas conclusões gerais conseqüentes.

A cultura dos lugares transforma-se diariamente, atribuindo sucessivamente novos significados aos objetos, que os vão dotar de novos valores. Aquilo que ontem servia e era bonito, hoje pode não servir e ser feio. A igreja românica que o povo pintou de branco e encheu de capelas laterais e talhas douradas até aos anos 30, não agradou à DGEMN que a despiu de tinta e adorno, para que voltasse ao seu estado “original”. A escola primária, que já não serve as necessidades da cultura atual, levou a num projeto de reabilitação. A casa Monteiro, que durante tempos funcionou como um estabelecimento comercial de sucesso para o Sr. Monteiro, não agrada agora à filha e à sua família. O alpendre da oficina da casa Freitas não agrada aos moradores, que admitem desmontá-lo no futuro. O móvel que o arquiteto desenhou para a casa Costa não está no melhor sítio e a família admite mudá-lo mal o arquiteto tire as fotografias. Como vemos, as variações culturais têm vindo a validar e a reprovar sucessivamente as transformações espaciais do lugar, num processo natural de evolução que certamente se prolongará no futuro.

Cabe aos arquitetos, não só pelos códigos da disciplina em que se regem mas também pela sobrevivência da própria profissão, passarem a ser figuras em que a cultura popular deposite confiança. Para isso, é fundamental compreender a cultura em que se intervém, não descurando que essa cultura, mais tarde ou mais cedo, se vai alterar. Nós, os arquitetos, conhecemos durante a formação uma série de obras arquitetónicas que se imortalizaram pela sua excecionalidade e crítica temporal, sendo seduzidos por *“qualquer coisa de diferente, de especial, de sublime e extraterreno, qualquer coisa como uma intocável virgem branca”*¹. No entanto um dia, aparecerá sempre uma nova cultura perante a qual a nossa obra já não serve, e terá toda a legitimidade em alterá-la porque na verdade nunca foi só nossa, sempre esteve sujeita às contingências da vida. Pensemos a arquitetura como um acontecimento da vida, como tantos outros, e pensemos sempre a sua decadência, o seu ciclo, as possibilidades de transformação e a sua reversibilidade, porque não é justo para o futuro consumir sucessivamente solo desocupado, nem é justo para as futuras gerações que a nossa obra um dia não se possa transformar, desmontar ou destruir.

Termino com a noção de que este lugar é apenas um ponto insignificante na rede de lugares que cobre o território Português e que muitos outros lugares, com características e funcionamentos próprios, merecerão estudos mais incidentes que uma fugaz visita ou um distante plano de desenvolvimento regional. Haverá sempre lugares novos para estudar, assim como muito fica por fazer no estudo deste lugar em Bravães, não só por haver construções não estudadas que poderiam levantar novas questões igualmente pertinentes, mas porque a arquitetura nunca está acabada e os casos estudados vão naturalmente evoluir e transformar-se, a par da cultura do lugar.

O estudo deste lugar começou quando nasci e vai-me acompanhar inevitavelmente para o resto da vida, porque este lugar também é meu e eu também sou deste lugar.

*“O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já.”*²

1. TÁVORA, Fernando, Excerto da citação utilizada na introdução do trabalho.

2. SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1984

Bibliografia

- ADRIL, “Estratégias Locais de Desenvolvimento do Vale do Lima”, 2010
- AURORA, Conde D’, “Roteiro da Ribeira-Lima” 3 edição: Porto, 1959
- BOURDIEU, Pierre, “A distinção crítica social do julgamento”, Editora Zouk (edição brasileira), 2006.
- CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho. “Arquitecturas rurais e critérios de intervenção : Uma experiência no Vale do Lima (2003 - 2006)”, Tese de mestrado na FAUP, 2006
- CAVACO, Cristina “Broadacre City, Leitura histórica e estética das formas arquitectónicas e urbanas”, 1998
- Colóquio Internacional de Arquitectura Popular, 3 a 6 de Abril 2013, publicação de programa e comunicações. Município de Arcos de Valdevez, 2013
- COSTA, Lúcio, “Documentação Necessária”, publicado no primeiro número da “Revista do Património”, Brasil, 1938
- DELGADO, Carlos, “Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de Outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) - Metapolis do Porto: expansão urbana em áreas de forte aptidão agrícola.”, 2010
- DIAS, Jorge, “The Portuguese Contribution to Cultural Anthropology”, 1964
- DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, “Espigueiros Portugueses”, Lisboa, 1994
- DOMINGUES, Álvaro, “Rua da Estrada” Porto: Dafne, 2009
- DOMINGUES, Álvaro, “Vida no Campo” Porto: Dafne, 2012
- DOMINGUES, Álvaro, SILVA, Cidália TAVARES, André & OLIVEIRA, “Arquitectura em Lugares Comuns”, Porto: Dafne 2008
- GEERTZ, Clifford, “Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology”. New York: Basic Books, 1983
- HALL, Peter Geoffrey, “The City on the Highway”, Cities of Tomorrow”, blackwell Publishers, Edição updated, Massachusetts, 1996
- HILL, Jonathan, “Actions of Architecture: Architecture and creative users”, Londres: Routledge, 2003
- JORDÃO, Joaquim, “A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM, Publicação associada ao Seminário “A Ocupação Dispersa no quadro dos PROT e dos PDM”, realizado na Universidade de Évora em 12 de Novembro de 2009, no âmbito do Projecto “Custos e benefícios, à escala local, de uma ocupação dispersa””, 2009

- LATOUR, Bruno, “We Have Never Been Modern”, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1993
- LEAL, João, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2009,
- LEITÃO, M. A. “A evolução da paisagem rural do norte de Portugal”, Dissertação de mestrado em arquitectura paisagista na UTL, 2011
- LÉVI-STRAUSS, Claude, “Myth and Meaning”, Schocken 1995
- LINO, Raul, “Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples”, Lisboa, 2001
- MARQUES, Teresa Sá, “Dinâmicas Territoriais e as relações urbano-rurais”, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, 1ª série, volume XIX, Porto 2003
- MATEUS, Augusto e ass., *Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020*, 2013
- MENERES, António, “Ponte da Barca, memórias da Arquitectura Popular”, Câmara municipal de Ponte da Barca, 2013
- MENESES, Francisco Jalles “O urban sprawl em cidades portuguesas de média dimensão – análise da década de 1991 A 2001”, tese de mestrado em eng. Civil na UTL, 2010
- MIGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico “A difícil delimitação do «urbano» e do «rural»”, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº22, Coimbra: CES, 1987
- MUNCK, Victor de, “Culture, self, and meaning”. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 2000
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, “A Igreja de Salvador de Bravães”, Opera Omnia, Guimarães, 2009
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando, “Arquitetura Tradicional Portuguesa”, Lisboa, publicações D. Quixote, 1994
- PROVIDÊNCIA, Paulo; XAVIER, Quintas; QUINTAIS, Luís “JOELHO #2, Intersecções: Antropologia e Arquitectura”, Coimbra, 2009
- RIFORTER - Plano estratégico de Desenvolvimento do Município de Ponte da Barca, Estudo Prévio, 2006
- RUDOLFSKY, Bernard, “Architecture without Architects - A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture”, New York, 1965
- SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1984
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich Schumacher “Small Is Beautiful: Economics as if People Mattered”, Harper Perennial 1989
- SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS “Arquitectura Popular em Portugal”. Lisboa: SNA, 1961.
- TAVARES, Domingos, “Francisco Farinhas, Realismo moderno”. Porto: Dafne, 2008

TÁVORA, Fernando, “Escola Primária do Cedro”, In: *Arquitectura* 85, 1964

TEIXEIRA, Manuel, “Arquitecturas do Granito – arquitectura popular”, município de Arcos de Valdevez, 2013

TRIGUEIROS, Luís, “Fernando Távora”, Lisboa: Blau, (ed.), 1993

VENTURI, Robert, BROWN, Denise SCOTT, IZENOUR, Steven, “Learning from Las Vegas, Revisited Edition”, 1977

VILLANOVA, Roselyne de et al “Maisons de rêve au Portugal”, França: CREAPHIS, 1994

YANEVA, Albena, “Border Crossings: Making the Social Hold: Towards an Actor-Network Theory of Design” Reino Unido, 2009

Sites

ALEXANDRE, Rui; GONÇALVES, José Fernando - Trabalhar com arquitectos <http://www.trabalharcomarquitectos.pt/sobre>

ARKITETOS, Blogue de arquitectura da autoria do arq. Francisco do Vale <http://arkitectos.blogspot.pt/2009/02/casa-barroso-pires-ponte-da-barca.html>

DOMINGUES, Álvaro, in *Ruralidade é Mito. Existe em ‘resorts’ e turismo rural*, entrevista ao DN http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2271103&page=-1

INE - Instituto Nacional de Estatística http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Junta de Freguesia de Bravães <http://www.jf-bravaes.pt/>

MARTINS, Rui Lima, site promocional <http://www.ruimartins.pt/pagina.html>

Município de Ponte da Barca <http://www.cmpb.pt/>

NADA SOBRE A BARCA – Blogue de sátira popular <http://nadasobreabarca.blogs.sapo.pt/52651.html>

PORTUGAL ROMÂNICO <http://portugalromanico.net/>

SIG - Sistema de informação geográfica de Ponte da Barca [http://sig.cmpb.pt/adf/\(S\(b5ba5kshb-ncpof4qsmxj1n14\)\)/Viewer.aspx?id=84](http://sig.cmpb.pt/adf/(S(b5ba5kshb-ncpof4qsmxj1n14))/Viewer.aspx?id=84)

SIPA, igreja românica de Bravães, (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2175)

YANEVA, Albena, *Mapping Architectural Controversies*, <http://www.msa.ac.uk/mac/Main/MappingArchitecturalControversies>

Audiovisuais

DIAS, Manuel Graça, “arquitecturas sem arquitectos” programa RTP no ar entre 1992 e 1996.

“Documentário sobre a vida e a obra do arquiteto Fernando Távora, incluindo entrevista com o próprio, e depoimentos dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Álvaro Siza Vieira.”, arquivo RTP, 2001

Legislação

Compropriedade: Direito a exigir divisão de propriedade, Artigo 1412º do Código Civil

Programa de construção das sedes da junta dos anos 80, despacho nº53/86 publicado no Diário da República II série.

Plano Diretor Municipal de Ponte da Barca, Diário da República, 2.ª série — N.º 134 — 15 de julho de 2013

Arquivo municipal

Casa Freitas, processo 140/93

Casa Monteiro, processos 399/70, 393/78, 290/86

Casa Costa, processo 185/01

Sede da junta processo 46/99, relativo ao 2º projeto. O processo do primeiro projeto não está numerado e apareceu entre documentação não organizada, após longas tentativas de pesquisa.

Café Canarinho, processo 56/97

Consulta manual de arquivo fotográfico. O arquivo fotográfico são caixas com fotografias aleatórias. Não está organizado e tem essencialmente fotografias dos anos 90.

Projeto de construção da estrada municipal 1329 (1972), encontrado numa das várias pastas relativas a “assuntos diversos” de Bravães.

Município:

Arq. Pedro Sousa

Arq. Gisela Paredes

Bravães:

Rosa Monteiro

Manuel Alves

Aníbal Freitas

Ana Cerqueira

Manuel Costa

Aurora Amorim

Ana Costa

Alberto Cerqueira

Rosa Silva

Jaime Ferreri

Teresa Gonçalves

Pedro Silva

Salvuardo que muitas outras pessoas contribuíram de modos indiretos/ passivos.

Fontes das imagens

1. Desenho do autor
2. PROVIDÊNCIA, Paulo; XAVIER, Quintas; QUINTAIS, Luís “JOELHO #2, Intersecções: Antropologia e Arquitectura”, Coimbra, 2009
3. OAPIX, <http://www.oapix.org.pt/>
4. Recorte de fotografia original em <http://vistasemvoltas.blogspot.pt/2013/01/28-de-marco-de-2012.html>
5. <http://arkitectos.blogspot.pt/2009/05/viver-com-tranquilidade-descubra-as.html>
- 6, 7, 8. Fotografias do autor
9. Desenho cedido pelo Barcatelier
10. <http://www.stone-ideas.com/2010/02/01/arquitetura-casas-para-se-levar/>
11. VENTURI, Robert, BROWN, Denise SCOTT, IZENOUR, Steven, “Learning from Las Vegas, Revisited Edition”, 1977
12. Fotografia e desenho do autor
13. JORDÃO, Joaquim, “A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM, Publicação associada ao Seminário “A Ocupação Dispersa no quadro dos PROT e dos PDM”, realizado na Universidade de Évora em 12 de Novembro de 2009, no âmbito do Projecto “Custos e benefícios, à escala local, de uma ocupação dispersa””, 2009
14. Mapa do autor
15. Recorte feito pelo autor do mapa da figura 13
16. Mapa do autor
17. Ortofotomapa google earth 2011, adaptado pelo autor
18. Desenho do autor
19. Ortofotomapa google earth 2011, adaptado pelo autor
20. Fotografia do autor captada com drone
21. Gráfico do autor
22. Desenhos do autor
23. Fotografia e montagem do autor
24. ANEVA, Albena, Mapping Architectural Controversies, <http://www.msa.ac.uk/mac/Main/MappingArchitecturalControversies>
25. Fotografia do arquivo municipal
26. Fotografia do autor
27. <http://linhaderumo.blogspot.pt/2011/12/leituras-64-casas-portuguesas-de-raul.html>
28. OAPIX, <http://www.oapix.org.pt/>
29. VENTURI, Robert, BROWN, Denise SCOTT, IZENOUR, Steven, “Learning from Las Vegas, Revisited Edition”, 1977
30. Fotograma retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=PdoqPSm5M-o>
31. <http://quintasdeleitura.blogspot.pt/2010/04/proxima-sessao.html>

32. Adaptado pelo autor a partir da figura 13
33. Fotografia e pós-edição do autor
34. Ortofotomapa do Bingmaps <http://www.bing.com/maps/>
35. Planta DWG cedida pelo município, adaptada pelo autor.
36. Fotografia do autor
37. Fotografia do autor captada com drone
38. Compilação de fotografias do autor e imagens de jf-bravaes.pt
39. Desenho do autor
40. Fotografia do autor
41. Fotografia (captada com drone) e pós edição do autor
- 42, 43, 44. Desenho do autor
45. Fotografia do autor
46. Imagem retirada em 2014 da exposição patente na junta de freguesia de Bravães.
47. <http://www.origens.pt/explorar/doc.php?id=4847>
48. Base de dados SIPA http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2175
49. Fotografia do autor
50. Digitalização feita pelo autor de planta original no arquivo municipal
51. Desenho do autor
52. Fotografia do autor
53. Fotografia de arquivo familiar de Rosa Silva, Bravães
54. Desenho do autor
55. Desenho do autor
56. Fotografia do autor
- 57, 58, 59. Digitalização feita pelo autor de planta original no arquivo municipal
60. Arquivo pessoal do antigo presidente da junta, Alberto Cerqueira
- 61, 62. Imagem do processo 46/99 do arquivo municipal.
63. Fotografia do autor
64. Desenhos do autor
65. Desenhos e fotografia do autor
66. Fotografia cedida pela junta de freguesia.
- 67 a 71. Fotografias do autor
- 72 a 76. Imagens/ desenhos do autor.
77. Fotografia do autor captada com drone
78. Recorte de imagem do Google Street View, Captada em 2010
79. <http://arkitectos.blogspot.pt/2009/02/casa-barroso-pires-ponte-da-barca.html>
- 80, 81. <http://www.revarqa.com/content/1/312/casa-cerca-residencia-senior-ponte-barca/>

82. <http://nadasobrebarca.blogs.sapo.pt/52651.html>
83. Fotografia do autor
84. Desenho do autor
85. Fotografia do autor
86. Fotografia (captada com drone) e pós edição do autor
87. OAPIX, <http://www.oapix.org.pt/>
88. Desenho do autor
- 89, 90. Fotografias do autor
- 91 a 95. Desenhos do autor
96. Fotografia do autor
97. Desenho do autor
98. Fotografia do autor
99. Fotografia (captada com drone) e pós edição do autor
100. <https://www.facebook.com/alojamentocasadatorre>
101. Desenho do autor
- 102, 103. Imagem do processo 140/93 do arquivo municipal e desenho e levantamento do autor.
104. Fotografia e desenho do autor
105. Desenho do autor
- 106 a 109. Desenhos do autor
110. Fotografia e desenhos do autor
- 111 a 116. Fotografias do autor.
117. Desenho do autor
118. Fotografia do autor
119. Fotografia (captada com drone) e pós edição do autor
120. Fotografia do autor. Montagem recorre a fotografia encontrada em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robie_House#mediaviewer/Ficheiro:Frank_Lloyd_Wright_-_Robie_House_2.JPG
121. Fotografia do autor. Montagem recorre a fotografia encontrada em: <http://portugalbrands.com/blog/eduardo-de-moura-an-honor-to-portuguese-architecture/>
122. Fotografia de planta original, na posse de Manuel Pinto da Costa, Bravães
123. Página de facebook do Arq. Rui Martins.
<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.466167400103741.121840.465750363478778&type=3>

124. <http://casadribeirodasilva.blogspot.pt/2012/06/casa-dr-ribeiro-da-silva-fernando.html>
- 125, 126. Desenho do autor
- 127 a 130. Fotografias do autor
131. Desenhos do autor
- 132, 133. Fotografias do autor
134. OAPIX, <http://www.oapix.org.pt/>
135. Fotografia do autor
136. Desenho do autor
137. <http://casadribeirodasilva.blogspot.pt/2012/06/casa-dr-ribeiro-da-silva-fernando.html>
- 138 a 141. Desenhos do autor
142. OAPIX, <http://www.oapix.org.pt/>
- 143, 144. BAPTISTA, António Martinho. *“A estátua-menir da Ermida : Ponte da Barca, Portugal”*, Câmara municipal de Ponte da Barca, 1985